

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

**AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA COMO DISPOSITIVOS PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Santa Maria, RS,
2019

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

**AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA COMO
DISPOSITIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Gestão de Organizações Públicas.**

Orientador: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Santa Maria, RS, Brasil
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

**AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA COMO
DISPOSITIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Gestão de Organizações Públicas.**

Aprovada em 12 de julho de 2019:

Jairo da Luz Oliveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Sheila Kocourek, Dra. (UFSM)

Rogério Luis Reolon Anése, Dr. (IFFAR)

Santa Maria, RS, Brasil

2019

DEDICATÓRIA

A minha família, em especial ao meu esposo Ricardo Crestani de Aguiar, meus pais Simone Mossi Rodrigues e Antônio José Trindade Conde, meus irmãos Maria, Heitor e Bibiana, e minhas avós Teresa e Eloisa. A presença de vocês nesta importante etapa da minha vida, o apoio incondicional e todo o incentivo recebido foram fundamentais para a concretização deste objetivo.

AGRADECIMENTOS

É preciso reconhecer que a vida só faz sentido quando podemos compartilhar e receber sentimentos. Acima de tudo, a presença de Deus em minha vida é a prova de que independente do tamanho e complexidade dos desafios que nos são impostos, Ele estará sempre intercedendo por nós, e tudo - absolutamente tudo - tem o momento certo para acontecer e nenhuma dor é maior do que possamos suportar. Dessa forma, a concretização deste trabalho ocorreu graças ao auxílio, compreensão e incentivo recebidos de inúmeras pessoas. Por isso, de forma especial, agradeço:

- ao meu orientador, Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira pela oportunidade concedida junto ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, por ter acreditado na minha proposta de estudo desde os primeiros encontros e pelo ser humano, compreensível, incentivador e entusiasta que és;

- ao meu esposo, Ricardo Crestani de Aguiar, por ser o meu principal incentivador desde o processo de seleção e por estar ao meu lado em todos os momentos desta minha caminhada, dedicando o seu amor, compreensão, apoio e cuidado;

- aos meus pais Antônio J. Trindade Conde e Simone Mossi Rodrigues, minhas avós Eloisa e Teresa, meus irmãos Maria, Heitor e Bibiana, meu agradecimento por serem minha fonte de energia, entusiasmo e por compreenderem a minha ausência;

- aos primos Caliandra Crestani e Jander Wegner, pela acolhida durante a jornada acadêmica e por sempre me receberem com uma palavra amiga;

- aos colegas de curso por ter tornado o desafio de cursar um Mestrado Profissional muito mais leve e cheio de aprendizados. Em especial aos colegas André Paines, Daiane Freitas, Gabriella Helbert, Jéssica Schmidt e Vanessa Giacomelli por terem dividido muito mais que trabalhos e artigos, mas terem compartilhado a amizade, companheirismo, angústias e felicidades ao longo desses anos;

- aos colegas de trabalho do IFFAR Campus São Vicente do Sul que sempre me incentivaram e apoiaram a realização desta pesquisa;

- à UFSM pela oportunidade de estar inserida em uma instituição pública, gratuita e de qualidade;

- aos professores Dr. Rogério Luis Reolon Anése (IFFAR) e Dra. Sheila Kocourek (UFSM) pelas significativas contribuições e pela disponibilidade em auxiliar na consolidação desta pesquisa;

- aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas que colaboraram de alguma forma para a concretização deste estudo;

Enfim, agradeço a todos os amigos e familiares que, de alguma forma, colaboraram para que eu realizasse o tão desejado Mestrado e que compartilham da alegria desta conquista.

RESUMO

AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA COMO DISPOSITIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AUTORA: Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Os Institutos Federais enquadram-se como uma política pública educacional comprometida com a transformação e difusão de conhecimentos, capazes de modificar a vida social e estabelecer uma interação mais direta entre o setor público e a sociedade. Contudo, consolidar-se como referência em ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis, além de ser um espaço coletivo que oportunize a troca de experiências e interações com a comunidade, tornam desafiadores os propósitos dessas instituições. Nesse sentido, a extensão apresenta-se como uma fundamental estratégia para os Institutos Federais, com o objetivo de integrar e articular a instituição, atores sociais e comunidade em busca do desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da região de atuação e abrangência. Diante disso, essa proposta de estudo buscou analisar como as atividades extensionistas do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) vêm contribuindo para o desenvolvimento regional, a partir das demandas apresentadas pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Jaguarí. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando como método a pesquisa bibliográfica e documental, aplicada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do COREDE Vale do Jaguarí; também foram analisadas as atas das reuniões do COREDE Vale do Jaguarí e os projetos de extensão do IFFAR, nos *Campi* Jaguarí e São Vicente do Sul, a fim de identificar como as demandas sociais foram expostas por este conselho, e de que forma foram acolhidas pelo IFFAR. Os resultados deste estudo indicaram que existem lacunas em relação ao nível de interação entre o IFFAR e o COREDE Vale do Jaguarí. Constatou-se a necessidade de aperfeiçoamento dos projetos de extensão executados pelos *campi* Jaguarí e São Vicente do Sul, no sentido de identificar a origem da demanda e relacioná-la às estratégias institucionais indicadas no PDI do IFFAR e no PED do COREDE Vale do Jaguarí. Do mesmo modo, identificou-se que existe uma carência de compreensão dos atores sociais, estes ocupantes de assentos de representação no COREDE Vale do Jaguarí, em relação ao seu papel de representação social e a importância da atuação efetiva dos representantes das instituições de ensino no COREDE para o alinhamento das estratégias institucionais e a promoção do desenvolvimento regional. A partir desses resultados propõe-se às instituições uma série de ações voltadas para a interação institucional e identificação das demandas sociais; o aprimoramento dos projetos de extensão; e a consciência do papel de representação social.

Palavras-chave: extensão; desenvolvimento regional; controle social.

ABSTRACT

THE EXTENSION ACTIONS OF THE FARROUPILHA FEDERAL INSTITUTE AS A REGIONAL DEVELOPMENT DEVICE

AUTORA: Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

The Federal Institutes are framed as a educational public policies committed to the transformation and diffusion of knowledge, capable of changing social life and establish a more direct interaction between the public sector and society. However, consolidating itself as a reference in teaching, research and extension, focusing on vocational, scientific and technological training at all levels, besides being a collective space that allows the exchange of experiences and interactions with the community, that make the purposes of these institutions challenging. In this sense, the extension presents itself as a key strategy for the Federal Institutes, with the objective of integrating and articulating the institution, social actors and community in search of socioeconomic and cultural development within the region of action and scope. Therefore, this study proposal sought to analyze how the extension activities of the Farroupilha Federal Institute (IFFAR) have been contributing to regional development, based on the demands presented by the Regional Development Council (COREDE) of Vale do Jaguari. For that, a research of qualitative character was carried out, using as method the bibliographical and documentary research, apply on Institutional Development Plan (PDI) and Strategy Development Plan (PED) of Vale do Jaguari COREDE; also analyzed the minutes of Vale do Jaguari COREDE's meetings and the IFFAR extension projects , in the Jaguari and São Vicente do Sul campus, in order to identify how the social demands were exposed by this council, and how they were received by the IFFAR. The results of this study indicated that there are gaps in relation to the level of interaction between IFFAR and Vale do Jaguari COREDE. It was verified the need to improve the extension projects executed by the Jaguari and São Vicente do Sul campus, in order to identify the demand source and relate it to institutional strategies indicated in the IFFAR PDI and in the PED of the Vale do Jaguari COREDE. Likewise, it has been identified that there is a lack of understanding of social actors, these occupants of representation seats in the Vale do Jaguari COREDE, in relation to their social representation role and the importance of the effective performance of the representatives of the educational institutions in COREDE for the alignment of institutional strategies and the promotion of regional development. From these results, series of actions are proposed to the institutions aimed at the institutional interaction and identification of social demands; the enhancement of extension projects; and an awareness of the role of social representation

Keywords: Extension projects; Regional development; Social control.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição da Rede Federal de EPT.....	38
Figura 2 - Organização do Estado do Rio Grande do Sul a partir dos COREDEs	45
Figura 3 - Distribuição das Unidades do IFFAR	51
Figura 4 - Cinco fases de análise qualitativa e suas interações	53
Figura 5 - Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questões norteadoras da análise documental, vinculadas aos objetivos específicos da pesquisa	54
Quadro 2 - Dimensões Operativas da Política de Extensão do IFFAR	61
Quadro 3 - Estratégias e Diretrizes da Política de Extensão do IFFAR.	63
Quadro 4 - Demonstração da Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari	70
Quadro 5 - Participação do IFFAR na Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da análise dos 74 projetos de extensão em relação aos aspectos teóricos sobre o desenvolvimento.....	89
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área dos Projetos de Extensão do IFFAR - <i>Campi Jaguari e São Vicente do Sul</i> (2014-2017).....	81
Gráfico 2 - Linha Temática dos Projetos de Extensão do IFFAR - <i>Campi Jaguari e São Vicente do Sul</i> (2014-2017)	82
Gráfico 3 - Público-Alvo dos Projetos de Extensão do IFFAR - <i>Campi Jaguari e São Vicente do Sul</i> (2014-2017).....	84
Gráfico 4 - Origem da demanda dos Projetos de Extensão do IFFAR - <i>Campi Jaguari e São Vicente do Sul</i> (2014-2017)	85
Gráfico 5 - Principais necessidades de cunho humano e social atendidas com os projetos de extensão	90

LISTA DE SIGLAS

COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
COMUDE	Conselho Municipal de Desenvolvimento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EaD	Educação à Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFFAR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
LEPEP	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVO PRINCIPAL	18
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: uma aproximação teórica com a realidade investigada	21
2.1	DIVERSAS CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO	21
2.1.1	Desenvolvimento local	23
2.1.2	Desenvolvimento regional	24
2.1.3	Desenvolvimento territorial	26
2.1.4	Abordagem teórica do estudo	27
2.2	ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL: PREMISSAS SIGNIFICATIVAS COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.	29
2.3.	OS INSTITUTOS FEDERAIS: INSTITUIÇÕES FORMADORAS DOS AGENTES TRANSFORMADORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	36
2.4	A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS COMO ESPAÇO DE CONTROLE SOCIAL, ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	42
3	METODOLOGIA	50
3.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	50
3.2.	UNIVERSO DE ESTUDO E FONTE DE DADOS	51
3.3.	MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS	52
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
4.1	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS NORTEADORES	56
4.1.1	Conhecendo o IFFAR e seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018	56
4.1.2	O COREDE Vale do Jaguari e seu Plano Estratégico de Desenvolvimento	65
4.1.3	Análise comparativa entre o PDI do IFFAR e do PED do COREDE Vale do Jaguari	72
4.2	ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFFAR - <i>CAMPI JAGUARI</i> E SÃO VICENTE DO SUL	78
4.2.1	Classificação dos projetos em relação ao público-alvo, área e linha temática da extensão.	79
4.2.2	Relação entre os projetos de extensão e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR.	86

4.2.3	Análise dos projetos em relação aos elementos teóricos do tema	88
4.3	RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFFAR E AS DEMANDAS SOCIAIS DO COREDE VALE DO JAGUARI.	92
4.3.1	Relação entre os projetos de extensão e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguarí.	95
4.4	PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES	99
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A - SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	112
	APÊNDICE B - ESQUEMA DE MAPEAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO COREDE VALE DO JAGUARI	114
	ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA – COREDE VALE DO JAGUARI	117
	ANEXO B - REGISTRO DA PESQUISA JUNTO AO IFFAR	119

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais foram criados no ano de 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo um dos pilares do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE, por sua vez, representa um conjunto de programas que visam melhorar os índices da educação no Brasil, através de objetivos que buscam a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais, e a democratização do acesso à educação pública e gratuita. Nesse contexto, os Institutos Federais surgem como uma política pública destinada a contribuir com os processos de desenvolvimento da região onde os mesmos estão inseridos, por meio da oferta de educação básica, técnica e tecnológica, assim como pelo desenvolvimento da pesquisa e da extensão, atuando de forma indissociada e articulada com a comunidade.

Os Institutos Federais são instituições de educação profissional, que atuam no ensino médio, técnico, superior e de pós-graduação. Estes, contam com uma estrutura pluricurricular e multicampi, e estão distribuídos em todos os estados do Brasil. Nos termos do Art. 2º da Lei 11.892/2008, os Institutos Federais são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Com base nisso, a estrutura pluricurricular e multicampi, junto à definição de território de abrangência, estabelecem o compromisso de intervenção dessas instituições em suas respectivas regiões, associada à articulação de políticas públicas por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, estas atuando de forma indissociável. (PACHECO, 2011).

No âmbito do ensino, os Institutos Federais são caracterizados pela verticalização e transversalidade do ensino, que possibilita ao docente transitar nos diferentes níveis de ensino e ao discente compartilhar espaços de ensino-aprendizagem que viabilizem a trajetória de formação desde a educação técnica de nível médio até o doutorado. No contexto da transversalidade, atuando de forma interligada, a pesquisa está presente nos Institutos como um princípio educativo e científico, a serviço da comunidade, com o propósito de difundir os novos

conhecimentos adquiridos e aplicá-los a favor do aprimoramento tecnológico dos processos locais e regionais.

Nesta lógica de ensino pautada no tríplice aspecto, a extensão se apresenta como uma das dimensões de atuação dos Institutos, que tem o propósito de interagir permanentemente com a sociedade, através do estabelecimento de uma relação transformadora que permite integrar as demandas sociais de forma que transpareça e contempla, de certa maneira, as necessidades socioeconômicas e culturais da região (PACHECO, 2011). Nesse mesmo sentido, por meio da extensão, os Institutos Federais assumem a função, junto ao Estado e a sociedade, de impulsionar o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos, visto que representam um espaço de articulação entre os segmentos da sociedade.

A extensão já está explícita na lei de criação dos Institutos Federais como uma das finalidades dessas instituições, conforme indica o parágrafo VII do Art.6: *“desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”*. Com isso, fortalecer o papel institucional inovador da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atualmente presente em todos os Estados, por meio dos 38 Institutos Federais totalizando 644 campi em andamento.¹

O Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) possui sua sede administrativa – Reitoria – no município de Santa Maria/RS, na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente possui 11 *Campi*, 8 Centros de Referências e 34 Polos de Educação à Distância. Os *Campi* São Vicente do Sul e Jaguari estão localizados na região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE)² Vale do Jaguari, a qual é composta por nove municípios, sendo eles: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. No âmbito da organização geográfica do Estado do Rio Grande do Sul, o Vale do Jaguari foi o último dos COREDEs a ser criado, tendo sua origem do COREDE Central, no ano de 2008.

A região do COREDE Vale do Jaguari corresponde 4% da área total do Estado do Rio Grande do Sul, com mais de 11 mil quilômetros quadrados de extensão e representa 1,05% da população do Estado.³ No que se refere ao potencial econômico, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística

¹ "Rede Federal - Mec." <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acessado em 9 jul. 2017.

² Conselho Regional de Desenvolvimento. Seu conceito e atuação será discutido neste estudo.

³ "Vale do Jaguari - FEE." <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Jaguari>. Acesso em 8 jul. 2017.

(FEE), a região apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2,7 milhões, aproximadamente, em 2015, o que representa 0,72% do total do Estado. A vocação econômica atual da região, conforme dispõe seu Planejamento Estratégico, está inserida nas áreas de agropecuária, agricultura familiar, comércio e serviços de abastecimento de insumos para agropecuária, turismo cultural, histórico e de balneários, serviço de saúde, indústria de couro e formação educacional.

Diante desse contexto, que evidencia o papel da extensão nos Institutos Federais voltado para atuar através da interação entre instituição e sociedade, por meio de ações transformadoras que reflitam no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, e considerando que além de ter percorrido a trajetória acadêmica no IFFAR, obtendo a formação de Tecnóloga em Gestão Pública, a autora do presente estudo atua como servidora pública na mesma instituição, e a partir de experiências profissionais, surgem os questionamentos desta pesquisa: como o IFFAR interage com a comunidade regional, no sentido de identificar as demandas sociais voltadas ao desenvolvimento regional? De que forma os projetos de extensão estão sendo pensados e executados? Esses projetos estão contribuindo com as prioridades de desenvolvimento regional apontadas pelo COREDE Vale do Jaguari?

Para responder a essas questões, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e empírica, de caráter descritivo e com análise qualitativa dos dados, a partir do método de análise indicado por Yin (2016).

Primeiramente analisou-se os documentos institucionais norteadores do IFFAR e do COREDE Vale do Jaguari, buscando elementos de convergência e divergência entre os mesmos. Posteriormente o foco de análise passou a ser os projetos de extensão do IFFAR nos *campi* de Jaguari e São Vicente do Sul, realizados no período de 2014 a 2017, a fim de diagnosticar como esses projetos de extensão foram elaborados, se os mesmos estavam em consonância com as estratégias institucionais do IFFAR e se atenderam as demandas sociais do COREDE Vale do Jaguari, apontadas através de seu Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), bem como nas atas e documentos de registro das reuniões protagonizadas pela organização da sociedade civil e governamental. Por fim, foram elaboradas propostas de intervenção quanto aos aspectos identificados, que poderão ser adotadas pelas instituições, a fim de melhorar e aproximar o diálogo e atuação de ambas em prol do desenvolvimento regional.

1.1 OBJETIVO PRINCIPAL

O objetivo principal deste estudo é analisar como as atividades extensionistas do Instituto Federal Farroupilha, vêm contribuindo para o desenvolvimento regional, a partir das demandas apresentadas pelo COREDE Vale do Jaguari.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I - Reconhecer se o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar (2014-2018) está alinhado às demandas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari (2015-2030), no sentido de garantir ações de extensão que visam o desenvolvimento regional;

II - Analisar os projetos de extensão desenvolvidos pelo IFFAR, nos *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul, no período de 2014 a 2017, compreendendo a forma como esses projetos são constituídos e se os mesmos estão alinhados com os objetivos da Política de Extensão do IFFAR e atendem aos aspectos de desenvolvimento regional;

III - Identificar se as demandas sociais existentes nas atas do COREDE, no período de 2014 a 2017, se transformam em atividades de extensão legitimadas pelo IFFAR, nos *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul, visando o desenvolvimento regional;

IV - Propor ações de intervenção para as instituições representadas neste projeto, com o objetivo de dar visibilidade ao papel social do IFFAR por meio das ações extensionistas, a fim de identificar as demandas oriundas do COREDE Vale do Jaguari, com vistas a promover o desenvolvimento regional.

1.3 JUSTIFICATIVA

No que tange a necessidade de justificar a proposta de pesquisa, faz-se necessário salientar a formação da pesquisadora no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado pelo IFFAR *Campus* São Vicente do Sul, que possibilitou compreender o quanto o papel de representação – em um contexto político, de classe ou social – é importante para desenvolver um local, uma região ou uma nação. Do mesmo modo, a atuação da mesma como Assistente em

Administração no IFFAR há mais de 10 anos, tendo passado por diferentes experiências profissionais, faz perceber que a educação, além de ter um poder de transformação social, é o principal caminho para se fortalecer a representação coletiva, voltada para atender as prioridades de uma região.

Por outro lado, o compromisso dos Institutos Federais com o desenvolvimento local e regional está previsto nas suas concepções e diretrizes, que os enquadram como uma política pública educacional comprometida com a transformação e difusão de conhecimentos, capazes de modificar a vida social, estabelecendo uma interação mais direta entre o setor público e a sociedade regional. Contudo, consolidar-se como referência em ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis, além de ser um espaço coletivo que oportunize a troca de experiências, relações e interações com a comunidade, tornaram-se grandes desafios para essas instituições.

Para cumprir com essa premissa o IFFAR tem o desafio de dialogar com as várias interfaces da sociedade, de forma que atenda os aspectos culturais, sociais, ambientais, políticos e técnicos, sem atuar exclusivamente na transferência de informações técnicas. Nesse sentido, prevê em seu PDI (2014-2018) a organização das políticas de extensão baseadas em programas, ações e projetos voltados para a resolução de problemas locais e regionais.

Dentre as estratégias para a promoção das políticas de extensão do IFFar, o PDI recomenda: (i) arranjos produtivos, sociais e culturais; (ii) empreendedorismo; (iii) empresas juniores e incubadoras sociais; (iv) incubadoras culturais; (v) esportes e jogos olímpicos e paralímpicos; (vi) desenvolvimento de equipes gestoras de programas; (vii) infra estruturas para os programas; e (viii) laboratórios de ensino, pesquisa, extensão e produção (LEPEP's).

Entretanto, com o mesmo fim estratégico a região do Vale do Jaguari, por meio do COREDE, apresentou a revisão do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, orientado para o período de 2015-2030, o qual além de apontar as características socioeconômicas da região, realiza uma análise indicando as oportunidades, ameaças, potencialidades e riscos, considerando cada dimensão de atuação e estabelecendo estratégias e ações para cada uma dessas áreas. Nesse sentido, nota-se a importância do diálogo e alinhamento das estratégias previstas em ambos os planejamentos – do IFFAR e do COREDE Vale do Jaguari – a fim de interligarem ações extensionistas que possam promover de forma efetiva e

direcionada estas ações contemplando às necessidades da região o desenvolvimento socioeconômico, a partir de espaços legitimados como são os COREDEs.

Considerando o exposto, o presente trabalho se justifica através da necessidade de refletir como se estabelece o processo de alinhamento das políticas de extensão com vistas a atender de maneira efetiva as demandas regionais advindas pelo COREDE Vale do Jaguari. No mesmo sentido, objetiva integrar de forma articulada o IFFAR ao COREDE Vale do Jaguari no que tange a estratégias extensionistas para o desenvolvimento da região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: uma aproximação teórica com a realidade investigada

O presente capítulo pretende abordar o referencial teórico-conceitual, o qual contextualiza o problema e objetivos da pesquisa. Busca-se aprofundar a relevância do papel do Estado, bem como a participação da sociedade civil no sentido de se buscar o desenvolvimento regional. Pretende-se também refletir sobre o papel dos conselhos regionais de desenvolvimento, sua relevância e protagonismo junto a sociedade, no sentido de buscar estabelecer um controle social⁴ sobre as reais necessidades da população no espaço que as mesmas vivem.

2.1 DIVERSAS CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Com o sentido de ampliar reflexões sobre o tema proposto, torna-se importante conceituarmos sobre a vertente deste estudo – o desenvolvimento – e compreender o que representa o tema desenvolvimento regional. O termo desenvolvimento, aplicado nas áreas de economia e estudos sociais, nos apresenta uma compreensão que vai além do efeito ou ação de desenvolver algo; determinada nos dicionário formais, relaciona-se também ao crescimento de uma região, país, estado ou comunidade, através de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Boisier (2001) considera que o conceito de desenvolvimento teve origem na ciência econômica, com economistas clássicos que trataram o tema atrelado ao crescimento econômico, como é o caso dos autores Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Já a partir de autores da economia neoclássica, como Marshall, Walras, Pareto, Pigou, entre outros, o conceito de desenvolvimento passou a ter o enfoque de distribuição como tema central. Na mesma linha de pensamento, Dallabrida (2017) nos mostra que os autores da economia clássica problematizam questões sobre como melhorar as condições de vida da população, por meio do aumento do acúmulo de riquezas.

⁴ A expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos de 1980. A utilização da expressão com este sentido foi propiciada pela conjuntura de lutas políticas pela democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar. (BRAVO E CORREIA, 2012, p. 157)

Do mesmo modo, Oliveira (2002) nos faz compreender que o desenvolvimento é o resultado do crescimento econômico seguido da melhoria na qualidade de vida. Nesse aspecto, o autor aprofunda a discussão, ao considerar que o desenvolvimento relaciona a alocação de recursos gerados pelos diferentes setores da economia com o reflexo na melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social.

Contudo, Dallabrida (2017) aponta que o fenômeno do desenvolvimento não pode ser entendido de maneira generalizada, pois a capacidade explicativa de algum conceito teórico ou abordagem sobre desenvolvimento precisa ser validada pela realidade socioeconômica, cultural e histórica de cada território. Em sua obra, Dallabrida apresenta um resgate das colocações de Adam Smith para afirmar a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico, utilizando da definição de Smith (1983) para o termo desenvolvimento, ao determinar que a riqueza das nações é medida pela produtividade do trabalho útil, sendo este o que produz excedente de valor em relação ao custo de produção, e da quantidade de trabalho destinada no processo produtivo.

Já no âmbito da economia neoclássica, um autor que traz relevantes contribuições para o tema desenvolvimento é o economista e cientista político Joseph Schumpeter. Suas obras de 1934, 1954 e 1988, segundo Dallabrida (2017) contribuíram com discussões importantes a respeito do papel central do empresário inovador e da teoria evolucionária do desenvolvimento, a qual distingue a definição de desenvolvimento do crescimento econômico. Na interpretação de Dallabrida (2017, p.35), “o desenvolvimento, para Schumpeter, está intimamente ligado ao conhecimento tecnológico, à instituições eficientes e ao espírito capitalista, ou empreendedor, do empresário”.

Contudo, frente a diferentes concepções sobre desenvolvimento que a academia aponta apresenta-se, na sequência, algumas referências acerca de alguns enfoques sobre o tema desenvolvimento – local, regional e territorial – sem a pretensão de esgotar o tema, mas no intuito de apontar aspectos chaves que determinam a indicação da abordagem teórica deste estudo.

2.1.1 Desenvolvimento local

Para Dallabrida (2017) o conceito de desenvolvimento local apontado por Buarque (1999) possui certa concordância para vários autores, trazendo o contexto de que “é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais⁵ e assentamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 2006 *apud* DALLABRIDA, 2017, p. 87). Esse processo, para o autor, depende principalmente da capacidade de organização dos atores e da sociedade local, no sentido de transformar suas potencialidades produtivas em busca da competitividade (DALLABRIDA, 2017).

Por outro lado, Johnson e Lundvall (2005), tomam por base o relatório do Banco Mundial⁶ e constroem que o desenvolvimento local envolve objetivos interligados e indissociáveis, através da educação, saúde, meio ambiente, cultura e bem-estar social. Os autores também defendem que há diferentes caminhos para o desenvolvimento, sendo praticamente impossível determinar o que seriam as melhores estratégias para o desenvolvimento, devendo se buscar a combinação de políticas e estratégias diferenciadas, que contemplem as necessidades de acordo com cada realidade.

Nesse mesmo contexto, o autor Vázquez-Barquero (2009) corrobora com entendimento apresentado por Johnson e Lundvall (2005), ao afirmar que as estratégias de desenvolvimento local devem ser pensadas para cada caso, conforme cita:

A estratégia de desenvolvimento local deve ser considerada de forma diferente em cada caso, uma vez que as necessidades e demandas das localidades e territórios são diferentes, assim como as capacidades dos habitantes, das empresas e da comunidade local e, além disso, cada comunidade visualiza de forma diferente as prioridades que as políticas de desenvolvimento devem incorporar (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2009, p. 5, tradução nossa)

Diante de tais considerações, percebe-se que o desenvolvimento local está

⁵ Considerando a expressão unidades territoriais, Boisier (2001) afirma que a ideia do local só faz sentido quando se olha "de fora e de cima". Assim, as regiões constituem espaços locais do país, do mesmo modo que um município representa o local de uma região.

⁶ O relatório do Banco Mundial intitulado *Ingressando no século XXI* concentra-se em dois fenômenos combinados - a globalização e a localização -, e sua mensagem é que novas respostas institucionais se fazem necessárias.[...] Nesse documento, a globalização é entendida como a necessidade sentida pelos governos nacionais de buscar entendimentos com outros governos e organizações internacionais. Já a localização requer que eles cooperem com cidades, regiões e comunidades locais. (JOHNSON E LUNDVALL, 2005, p. 87)

intimamente relacionado à capacidade de atuação dos atores sociais locais e de fatores como cultura, perfil da comunidade e empresas locais. Vázquez-Barquero (2009) também traz contribuições sobre as estratégias de desenvolvimento local e aponta fatores condicionantes para se atingir os resultados esperados. Um desses fatores refere-se ao “potencial de desenvolvimento existente em cada território”, em que o autor avalia que cada região possui características específicas, as quais determinam o seu potencial de desenvolvimento, estando estas relacionadas a sua estrutura produtiva, disponibilidade de conhecimento técnico e mercado de trabalho, estrutura social e política, bem como a capacidade empresarial e a cultura local.

Considerando as citações acima, é possível afirmar que um dos caminhos apontados para o desenvolvimento local relaciona-se ao estabelecimento de estratégias que atendam a peculiaridades locais, no sentido de estabelecer prioridades de desenvolvimento, conforme o seu potencial produtivo. Dessa forma, o desenvolvimento de uma região, depende fortemente da capacidade dos atores locais e da integração da comunidade, instituições e empresas com o desenvolvimento local.

2.1.2 Desenvolvimento regional

Em relação à temática desenvolvimento regional, primeiramente apresenta-se o conceito de região apontado pelos autores Bassan e Siedenberg (2003), os quais ressaltam que uma região é representada por quatro dimensões: primeiramente por sua formação geomorfológica, que considera aspectos referentes ao relevo, vegetação, etc.; em segundo, pela formação histórico-cultural, que traz questões sobre seus colonizadores, culturas e tradições repassadas aos descendentes; em terceira dimensão apresenta-se a formação econômico-social, com a distribuição espacial da população, as origens do processo produtivo e a base da economia local; e a quarta e última dimensão o lugar, os aspectos políticos e administrativos que envolvem a região. Desse modo, os autores descrevem o termo região como um espaço com características naturais específicas criadas ao longo do processo de formação histórico-cultural, através do qual se estabeleceu uma identidade social, econômica e política, com vistas a atender às necessidades de sua população, determinando, desta forma, uma identidade regional própria.

Nesse sentido, Boisier (2001), entende que o desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural que retrata o progresso de uma região, estando associado à combinação de três dimensões, sendo elas: espacial; social e individual. A dimensão espacial condiz com a região em si, compreendendo que o desenvolvimento desta está relacionado a transformações coletivas e sistemáticas do território; a dimensão social corresponde à comunidade e o desenvolvimento está associado ao “processo de fortalecimento da sociedade civil e a percepção de pertencimento regional” (BOISIER, 2001, p. 7, tradução nossa); já a dimensão individual percebe-se nas oportunidades que cada pessoa, que compõe a população regional, tem de realizar-se e desenvolver-se no âmbito humano, social e profissional.

Oliveira (2002) corrobora com o entendimento de que o desenvolvimento compreende um processo de mudanças e transformações, das quais entende que enquadram-se nas dimensões de ordem econômica, política, humana e social, definindo que:

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40)

Na afirmação acima o autor relaciona o desenvolvimento ao crescimento econômico, o que considera não ser condição essencial e exclusiva para desenvolver uma região, mas avalia como um fator determinante para a superação da pobreza e, conseqüentemente, para a construção de um padrão de vida capaz de atender as necessidades do ser humano. Essa visão é compartilhada por Furtado (1961, p. 115-116), que associa ao aumento do fluxo de renda e determina esse fluxo como o “incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”.

Diante disso, observa-se a especificidade do tema em questão, ao compreender que o desenvolvimento, no contexto geral de um país é a capacidade de se pensar estratégias específicas para cada região, as quais devem ser voltadas para potencializar os recursos disponíveis, considerando os aspectos de natureza cultural e as demandas da comunidade que ali está inserida. Dessa forma, pode-se afirmar que uma região só será desenvolvida a partir do olhar que se dá para a sua realidade, cultura e potencial produtivo, no mesmo sentido que o estado e, por conseguinte, o país, só se desenvolverá a partir de políticas públicas direcionadas

para cada região, contemplando, da mesma forma, suas potencialidades locais, culturais e arranjos produtivos.

2.1.3 Desenvolvimento territorial

Na discussão sobre o tema desenvolvimento territorial Dallabrida (2017) indica que surgiu a partir da década de 90, devido a necessidade de definições para o estabelecimento de políticas públicas para a revalorização do meio rural, que até então era negligenciado pela ideia de que o desenvolvimento voltava-se a estruturação de espaços urbanos. Dessa forma, ao buscar referências sobre desenvolvimento territorial inúmeras produções relacionam-se ao desenvolvimento de territórios rurais.

Outra vertente sobre o desenvolvimento territorial está pautada aos aspectos políticos de descentralização administrativa, voltada ao planejamento governamental. Nesse sentido, Silva (2013) apresenta uma definição de território, como sendo um espaço de construção social, caracterizado pelos seus recursos físicos e valores histórico-culturais que determinam a identidade das pessoas que nele habitam. Com base nesse entendimento, o autor elucida que:

o território constitui uma base flexível sobre a qual agem distintas forças endógenas e exógenas, de maneira que ele se encontra continuamente submetido a relações de poder – conflitivas e/ou cooperativas – nos processos históricos de apropriação e dominação do território, bem como pressões por mudanças, que podem implicar expansão ou deslocamento. (SILVA, 2013, p. 93)

Dessa forma, a concepção da ideia de território na perspectiva do desenvolvimento está relacionada à capacidade das relações socioeconômicas de uma região, sendo uma variável determinante na definição de políticas de intervenção. Essa afirmação corrobora com a visão de Dallabrida (2011) que compreende que o território representa uma série de interesses de uma comunidade, seja de uma cidade ou região, que possui uma identidade própria determinada pela sua natural delimitação.

Boisier (2005) faz referência a um importante trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD / OIT / UNOPS / EUR, 2002), em que destaca alguns pontos relevantes sobre o desenvolvimento de territórios:

i) o desenvolvimento de um território é fortemente condicionado pela

vontade e capacidade dos atores locais; ii) o desenvolvimento de um território gira em torno da valorização das potencialidades locais; iii) em todos os lugares é comprovada a importância de pequenas e médias empresas; iv) desenvolvimento depende da capacidade de integrar as iniciativas empresariais; v) o território deve dotar-se de instrumentos apropriados; e vi) o segredo do sucesso está na capacidade de interação ativa entre o local, o nacional e o internacional. (BOISIER, 2005, p. 51-52, tradução nossa)

Diante de tais considerações, compreende-se que o desenvolvimento territorial apresenta uma ampla definição, voltada para a ideia de potencialização dos recursos – humanos e produtivos – existentes em um local, na busca pela dinamização socioeconômica e melhoria da qualidade de vida da população ali representada (DALLABRIDA, 2017).

2.1.4 Abordagem teórica do estudo

A partir das considerações apresentadas nas seções anteriores, observa-se que os conceitos sobre desenvolvimento local, regional e territorial apresentam aspectos comuns e, por vezes, estão inter-relacionados ao analisar em uma perspectiva macro sobre o desenvolvimento. Dallabrida (2017, p. 88) destaca três elementos comuns nessas definições: “(i) refere-se a um processo de mudança estrutural localizado; (ii) remete uma responsabilidade fundamental à sociedade regional; (iii) inclui a dinamização socioeconômica associada à melhoria da qualidade de vida da população”.

Dessa forma, a escolha teórica pelo tema desenvolvimento regional parte da definição apontada por Boisier (2001, p.7) que define desenvolvimento regional como “um processo de mudança estrutural localizada (num âmbito territorial chamado ‘região’) associada a um processo permanente de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade local e de cada indivíduo membro de tal comunidade e habitante de tal território” (tradução nossa). Diante disso, a opção de utilizar o conceito de desenvolvimento regional para este estudo se afirma na condição de analisar o papel de duas instituições que estão inseridas nesse contexto regional, o COREDE Vale do Jaguari como espaço de representação dos atores locais, no âmbito regional, e o IFFAR como instituição de ensino com o propósito de desenvolvimento regional a partir da formação em diversos níveis. Assim, compreende-se que o conceito de desenvolvimento regional também engloba aspectos locais e territoriais, necessários para fundamentar a pesquisa.

Como visto nas definições, um dos pontos comuns ao se tratar do desenvolvimento de um local, território ou região está na capacidade de articulação e organização social. Nesse aspecto, evidencia-se o papel dos atores sociais e das instituições no processo de desenvolvimento, apontado por Vázquez-Barquero (2009) como a “capacidade de organização dos atores sociais”, em que atribui aos atores públicos e privados a responsabilidade de articulação para a execução de programas e iniciativas de desenvolvimento coordenadas e integradas ao potencial produtivo da região.

Em relação ao papel dos atores sociais e a importância de sua organização para o desenvolvimento regional, Dallabrida (2017) defende que a participação do cidadão na definição de estratégias de desenvolvimento é de fundamental importância para a sua consolidação. O autor identifica como canais de representação o Estado, a partir dos representantes políticos, e os fóruns regionais, a partir da própria participação cidadã ou da representação na definição das estratégias de desenvolvimento para a região. Por esse motivo, Dallabrida (2017) reforça o entendimento de Boisier (1989), ao interpretar que:

a capacidade de organização social regional é crucial a uma forma mais complexa de pensar o desenvolvimento regional. Trata-se da existência, ou não, de atores regionais que possam se mobilizar politicamente em prol dos interesses coletivos, superando interesses de classes ou corporativos. (DALLABRIDA, 2017, p. 176)

Diante disso, reafirma-se a importância da organização social e de espaços de representação que oportunizem a gestão participativa dos recursos públicos, do planejamento governamental e de ações de desenvolvimento regional, como será visto nas próximas seções, as quais objetivam contextualizar a atuação dos diferentes atores sociais, aqui compreendidos pelo Estado, as Instituições de Ensino, representadas pelos Institutos Federais, e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em relação ao tema central deste estudo.

2.2 ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL: PREMISSAS SIGNIFICATIVAS COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.

Para compreender a representação do Estado no desenvolvimento social histórico, em um primeiro momento faz-se necessário realizar um breve resgate do processo de construção da organização política do Estado, da constituição do Estado de Direito e do surgimento das políticas públicas. O Estado representa a organização política, administrativa e jurídica, constituindo-se a partir da existência da sociedade em território fixo e sujeito a uma soberania (AITH, 2006; SILVA & BASSI, 2012).

Nesse contexto, compreende-se a educação como um direito humano, relacionada aos princípios de valores supremos e constitui-se como uma política pública de Estado que visa “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205 da Constituição Federal de 1988). Sendo assim, pode-se identificar que a organização política já existia desde o processo civilizatório, através do qual a humanidade estabelece a convivência e aprende a resolver conflitos, definir seus direitos e obrigações e a viver em sociedade.

Até a Idade Média os direitos humanos eram fundamentados em concessões e punições divinas, chamadas de “leis naturais”, as quais fugiam da compreensão humana. No entanto, Aith (2006), ao contextualizar a evolução histórica dos direitos humanos, aponta o fim da Idade Média e o surgimento do Estado absolutista como o marco de um processo de mudanças consideráveis no modelo de organização social e proteção dos direitos humanos. Entre os séculos XVII e XVIII se iniciou um grande processo de criação e propagação dos direitos humanos, com base na origem do Estado, da Sociedade e do Direito. Grandes teóricos da época já traçaram o que seriam esses direitos, como Thomas Hobbes, em 1651, que defendia “o direito de proteger-se a si mesmo era irrenunciável, sendo todos os outros direitos derivados deste” (HOBBS, 1651, *apud* AITH, 2006, p. 222). Enquanto Locke, considerado um grande teórico do liberalismo, apontava a liberdade, a propriedade e a vida como sendo os três direitos naturais básicos (AITH, 2006).

A transição entre o mundo medieval e o mundo moderno, segundo Aith (2006), apresenta uma valiosa doutrina a respeito da consolidação dos direitos humanos e traz fatos que fundamentam a construção dos mesmos. Para o autor, o

Estado de Direito, é um dos fundamentos da constituição da sociedade política no mundo moderno, atribuindo aos direitos humanos a exigência de um ambiente social que garanta a todos o respeito à dignidade, por meio dos princípios básicos de convivência. Desse modo, faz referência à Comparato (1999) para afirmar que o Estado de Direito representa o modelo para a garantia dos direitos humanos, sendo eles “a liberdade, a igualdade e a fraternidade (solidariedade)” (COMPARATO, 1999 *apud* AITH, 2006, p. 226). A liberdade relaciona-se pela vontade do indivíduo, expressa na ideia de autonomia. A igualdade representa o sentido de que todos somos iguais perante a lei. O último princípio, o da fraternidade (ou solidariedade), tem como objetivo garantir a igualdade material, através de condições mínimas de existência a todos, a partir da qual surgem os direitos sociais (AITH, 2006).

Observa-se que essa evolução histórica dos direitos humanos trouxe como resultado, além da proteção individual, uma proteção ampla dos direitos relacionados ao povo, às famílias, aos grupos sociais menos favorecidos e à nação como um todo. A esses direitos humanos, pode-se atribuir “o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito à propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade, o direito ao meio ambiente e o direito de comunicação” (AITH, 2006, p. 225). Nesse contexto, a finalidade do Estado reside em garantir que os direitos dos seres humanos que o integram sejam preservados, promovidos e protegidos, atribuindo a obrigação aos governos representativos, em executar políticas públicas que atendam essas premissas.

No Brasil, o papel do Estado ainda perpassa, segundo Silva & Bassi (2012), pela igualdade de oportunidades, como parte de um processo de amadurecimento da soberania e desenvolvimento nacional. Entretanto, o Estado pode ser compreendido como um ator neutro e permanente no processo, que possui uma governança dirigida e orientada, de modo geral, pela sociedade. Nesse caso, o governo torna-se transitório e representa naquele momento a soberania popular, conforme apontam os autores:

O governo, dado uso das atribuições que lhes são conferidas, deve representar e atender os anseios do Estado, pensando estrategicamente e agindo de modo planejado para o bem público. Esta intervenção ocorre por meio de políticas públicas. (SILVA & BASSI, 2012, p. 17)

Conforme citação acima, cabe a cada governo estabelecer sua agenda pública, cumprindo suas atribuições de modo que o Estado seja representado,

pensando estratégias e planejando ações para o bem da nação, através de políticas públicas. Entretanto, no campo da política pública, os estudos apontam que não há consenso quanto a sua definição. A área das políticas públicas tem como fundadores, segundo a autora Souza (2007): H. Laswell (1936); H Simon (1957); C. Lindblom (1959, 1979); e D. Easton (1965). Esses estudiosos incorporaram o tema a diferentes realidades, a fim de definir a utilização do termo políticas públicas, como será visto na sequência.

H. Laswell (1936), segundo Souza (2007), introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de agrupar o conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica formada nos governos. Busca-se estabelecer o diálogo entre cientistas sociais e os grupos de interesse do governo. H Simon (1957), de acordo com a autora, trouxe o conceito de “racionalidade limitada dos decisores públicos” (*policy makers*). Esta definição encontra-se limitada pelo conhecimento racional. Já C. Lindblom (1959, 1979), ao questionar a ênfase de racionalidade de Laswell e Simon, apontou outras variáveis, como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, para a formulação e à análise de políticas públicas (SOUZA, 2007).

Contudo, D. Easton (1965) apresentou a política pública como um sistema, o qual tem uma relação entre a formulação, os resultados e o ambiente, considerada a definição que mais retrata a política pública na atualidade, segundo Matias-Pereira (2012). O autor trabalha com a definição de Easton (1970) e traz a compreensão das políticas públicas como um processo político gerado a partir de demandas originárias do meio ambiente (*inputs*) e de demandas originadas do próprio sistema político (*withinputs*). Entende-se, dessa forma, que a área das políticas públicas envolve a atividade política, a qual tem o papel de processar as demandas originárias do meio ambiente social, associadas a demandas do próprio sistema político, e transformá-las em ações reais que modifiquem uma realidade social (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Em outro estudo, Silva & Bassi (2012), acrescentam a definição de Heidemann (2009), a qual inclui “dois elementos-chave: *ação e intenção*”, afirmando que uma política sem intenção formal manifestada pode ocorrer, entretanto, uma política positiva não existirá sem que as ações materializem a intenção, ou seja, “não há política pública sem ação” (SOUZA, 2006 *apud* SILVA & BASSI, 2012, p.18). Por outro lado, Comparato (*apud* GONÇALVES, 2006) compreende a política

pública como um conjunto de atividades e normas que antecedem a realização de um determinado objetivo.

A autora Souza (2007, p.70) ainda complementa que, depois de desenhadas e formuladas, as políticas públicas “se desdobram em planos, programas, bases de dados ou sistema de informação e grupos de pesquisa. Quando postas em ação, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação”. Assim, busca-se garantir que determinadas demandas sociais venham a ser atendidas, amparando de certa maneira a questão social, cada vez mais presente na sociedade do capital.

Entende-se por questão social a expressão das desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista, conforme define Iamamoto (1999):

A questão social representa o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p.27)

Dito isto, compreende-se as políticas públicas como sendo a área do conhecimento que representa respostas às demandas sociais, através de agendas políticas, sendo estas um estágio de reafirmação dos propósitos eleitorais firmados através de programas e ações concretas que vislumbram o desenvolvimento e/ou mudanças em um cenário real. Apontadas as contribuições teóricas a respeito da definição da área de políticas públicas, identifica-se os métodos para a formulação e análise das políticas públicas. Nesse contexto, Souza (2007) faz referências aos principais modelos desenvolvidos para explicar como o governo desenvolve ou não determinada ação que repercutirá em uma política pública, dentre os quais, considera-se importante abordar sobre o tipo da política pública e o ciclo da política pública, conforme nos faz pensar Theodor Lowi (1964, 1972).

Lowi (1972 *apud* Souza, 2007) apresenta quatro formatos de política pública. O primeiro diz respeito às políticas distributivas, as quais desconsideram os recursos limitados e geram impactos mais individuais, privilegiando determinados grupos sociais ou regiões. O segundo formato relaciona-se às políticas regulatórias, que são “mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse” (SOUZA 2007, p. 73). Já o terceiro formato a autora explica que compreende as políticas redistributivas, as quais englobam maior número de pessoas e são as de mais difícil encaminhamento, devido ao seu impacto. Abrangem as políticas sociais universais, o sistema previdenciário e o sistema tributário. Por fim, o quarto formato

que assume a política pública, segundo Lowi (1972 *apud* Souza, 2007), diz respeito às políticas constitutivas, que lidam basicamente com os procedimentos. Esses formatos, no entanto, dizem respeito muito mais a políticas públicas com viés econômico e de renda, do que a políticas públicas voltadas ao capital social e de valores.

No que tange ao ciclo da política pública, Souza (2007) nos faz compreender que se trata de um processo deliberativo, dinâmico e de aprendizado, o qual perpassa pelos estágios de “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (SOUZA, 2007, p.74), dentre os quais a principal abordagem diz respeito à formulação de agenda. Também no que tange o processo de formulação e o ciclo das políticas públicas, Frey (2000 *apud* Silva & Bassi, 2012) esclarece que este pode ser alterado no seu decorrer, em virtude de mudanças que ocorrem no meio político, sendo importante considerar estes aspectos dinâmicos e complexos dos processos políticos.

Silva & Bassi (2012) sintetizam que as políticas públicas, apesar de terem um propósito coletivista e o governo ter o dever de pensá-las em benefício da sociedade, são efetivadas através da opção deste, que pode ou não dar continuidade a uma ação e isso representar uma política pública, pois se trata de uma escolha que afeta no coletivo. Nesse mesmo propósito, os autores destacam como origem de demanda das ações públicas aspectos como desejo, interesse, necessidade, sobrevivência e ideologia, estando esses interligados pelas organizações socialmente constituídas. Nesse sentido, com o propósito se poder ampliar as concepções sobre o papel do estado, das políticas públicas e da organização da sociedade civil, é significativo poder falar sobre controle social, e o que isto representa para ampliarem-se concepções sobre desenvolvimento regional, a partir do poder que o espaço comunitário possui, e onde a vida acontece.

Nesse aspecto, Schmidt (2016) traz o enfoque da política pública como a percepção da necessidade de intervenção na realidade social, seja ela de controle ou de mudança, a qual tem origem a partir de um problema político. Dessa forma, o autor nos traz a concepção da comunidade como o centro de um núcleo de discussão política, devendo estar organizada em um meio comunitário e cooperativo, pelo qual se fortaleça os aspectos de cidadania, participação social, democracia e deliberação coletiva.

Essas instituições, segundo Schmidt (2016), muitas vezes vão demonstrar o formato organizado da sociedade civil, as quais influenciam e pressionam o governo sobre o que fazer ou não, sendo este um processo natural e legítimo que deveria, em síntese, resultar em demandas prioritárias da sociedade e a implementação destas ações a partir do governo. Diante disso, evidencia-se outra categoria importante para o desenvolvimento regional, que é a governança territorial, através da qual a sociedade se organiza e se faz representar através de espaços coletivos para a tomada de decisão. Contudo, observa-se a importância da relação entre o Estado e a sociedade, está atuando de forma organizada territorialmente, a fim de gerir os assuntos públicos a partir de uma lógica colaborativa, participativa e qualificada, que resulte no desenvolvimento de políticas públicas orientadas aos interesses coletivos, estando estes acima de interesses individuais, de classe ou partidários.

Entretanto, Gonçalves (2006) entende que o conceito de políticas públicas, para ser considerado abrangente exige a presença e ação estatal, pois somente o Estado detém a legitimidade social. O mesmo autor ainda considera importante a presença dos grupos de interesse no processo de formulação das políticas públicas, além de entender que as organizações não-governamentais podem ser as encarregadas de executar as políticas públicas, que são definidas exclusivamente pelo Estado.

Aith (2006, p.234) corrobora do mesmo pensamento ao afirmar que “a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento das políticas públicas conta, cada vez mais, com a participação ativa da sociedade civil organizada”, as quais possuem um papel fundamental de estabelecer o controle social. Contudo, para compreender o papel do Estado nas políticas públicas, em um primeiro momento faz-se necessário discorrer sobre os tipos de políticas, divididas entre *políticas de Estado* e *políticas de governo*, identificando em qual delas se enquadra as políticas públicas educacionais.

A diferenciação entre política de estado e política de governo considera-se necessária, na visão de Aith (2006), para compreender os limites que o Estado tem ao realizar uma política pública, no sentido de estabelecer a sua atuação com base nas atividades essenciais do mesmo. Do mesmo modo, a diferenciação entre as políticas de estado e políticas de governo permite distinguir os limites da participação da sociedade, a qual demonstra-se cada vez mais preocupada em dar

visibilidade à necessidade de se implementar as políticas públicas. Dessa forma, Aith (2006) afirma que através da conjugação de três fatores, sendo eles: objetivos; forma de elaboração, planejamento e execução; e forma de financiamento, é possível diferenciar as políticas públicas entre políticas de Estado e políticas de governo.

Com base na classificação apontada por Aith (2006), políticas de Estado são aquelas que objetivam garantir a soberania nacional e a ordem pública, que têm como principal finalidade as atividades essenciais do Estado, exigem continuidade, são financiadas exclusiva e necessariamente pelos recursos públicos e estão sujeitas aos princípios que regem a Administração Pública. Por outro lado, as políticas de governo trabalham com objetivos pontuais, voltados para a proteção e promoção dos direitos sociais. Considera-se também como políticas de governo as ações voltadas para a satisfação do interesse público, as quais não são consideradas atividades essenciais do Estado e não exigem continuidade, podendo variar de acordo com o governo eleito. Além disso, as políticas de governo podem receber recursos de fonte privada para sua execução, obviamente passando pela regulação estatal e, do mesmo modo que as políticas de Estado, estão sujeitas à fiscalização por parte dos órgãos de controle.

Diante do exposto, a educação – enfoque dado neste estudo – enquadra-se como uma política de estado, pois trata-se de um direito social, assegurado pela Constituição Federal, de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios, devendo estes proporcionar aos cidadãos meios de acesso, não somente à educação, como também à cultura, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (CF 1988, Art. 23,V). Desse modo, compreende-se a educação como um direito social capaz de mudar uma realidade, a partir do momento que possibilita a transformação social do cidadão. Por outro lado, as instituições de ensino assumem o papel de agentes da educação, responsáveis por oportunizar esse processo de transformação social, a partir da oferta da educação e da possibilidade do desenvolvimento social. Entende-se que para a efetivação e implantação desta política de Estado junto às instituições de ensino, no campo acadêmico o tripé ensino, pesquisa e extensão representam a materialidade da política no cotidiano da comunidade. Nesse contexto, apresenta-se na sequência a reflexão a respeito das instituições de ensino, formadoras de agentes transformadores do desenvolvimento a partir da educação.

2.3. OS INSTITUTOS FEDERAIS: INSTITUIÇÕES FORMADORAS DOS AGENTES TRANSFORMADORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Como visto até então, para que o desenvolvimento de uma região ocorra, pressupõe-se que os fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos devam ser considerados, com a perspectiva de melhoria da qualidade de vida da sociedade ali situada. Diante disso, passamos a compreender o papel que as instituições de ensino, neste caso em análise os Institutos Federais, assumem frente à sociedade, com vistas a colaborar com o desenvolvimento regional.

Para tanto, antes de abordar sobre o papel dos Institutos Federais frente ao desenvolvimento regional, é importante contextualizar sobre o surgimento dessas instituições, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, as quais, segundo a sua própria lei de criação, equiparam-se às universidades federais em termos de regulação, avaliação e supervisão do ensino superior. Por esse motivo, e também por considerar recente o surgimento dos institutos federais, como será visto adiante, é que as abordagens apresentadas neste capítulo trazem importantes referências das universidades, mas que podem ser aplicadas e compreendidas à realidade dos institutos federais.

Desse modo, não com o intuito de comparar, mas sim de realizar a construção de um fio histórico entre o surgimento das instituições de ensino superior pública e o surgimento dos Institutos Federais, para refletirmos sobre sua importância e significados para a formação no Brasil, utiliza-se a abordagem de Schwartzman (2006), que assinala o surgimento da primeira universidade pública a ser constituída no Brasil foi a Universidade de São Paulo (USP), em 1930, tendo posteriormente, em 1931, a primeira legislação universitária no país, a qual estabelecia como principal objetivo o de controlar o tamanho e o padrão das profissões, determinando uma “universidade modelo”, que serviria como padrão para as demais. Entretanto, antes mesmo da expansão do ensino superior, surgiu, em 1909, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a qual criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, distribuídas nos diferentes estados, com o intuito de qualificar a mão-de-obra disponível, como forma de potencializar a instalação de indústrias no país. Atualmente são mais de 100 anos da Rede Federal EPT.

Apesar dessa intenção econômica, ao analisar o viés social pode-se considerar o surgimento da rede federal como um importante marco não só de

profissionalização, mas também de desenvolvimento social. Nesse contexto, Piana (2009) identifica as Instituições de Ensino Superior (IES), como sujeitos ativos das políticas públicas educacionais, as quais têm papel fundamental na consolidação da relação entre Estado e sociedade.

Já os Institutos Federais, por sua vez, foram criados no ano de 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e são considerados instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos do Art. 2º da referida lei. Historicamente, conforme abordado anteriormente, a Rede Federal EPT foi criada na gestão de Nilo Peçanha, em 1909, e objetivou a oferta do ensino profissional gratuito, oportunizando o ingresso a educação da classe menos favorecida.

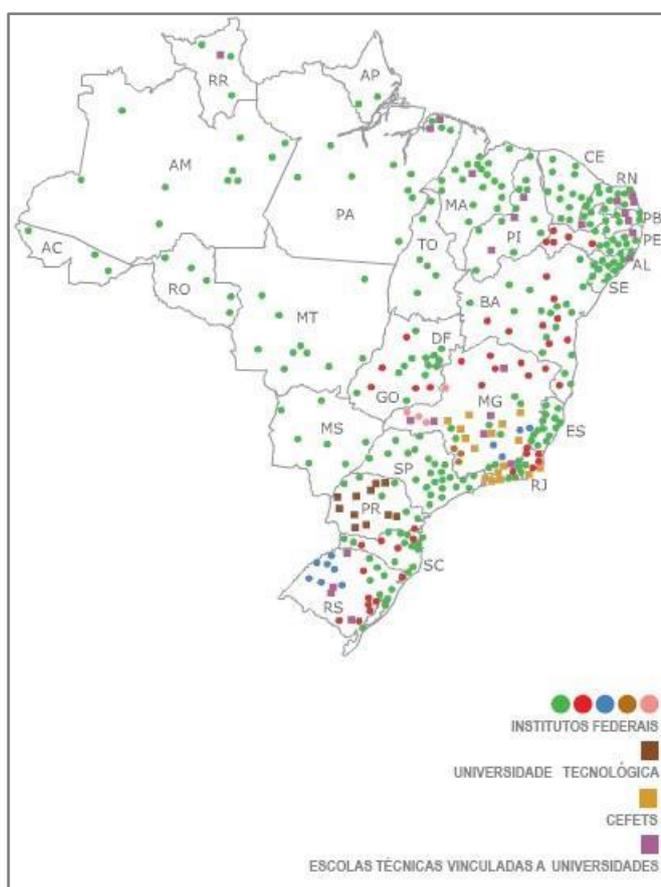
Na sequência, a década de 1980 marcou um novo cenário econômico e produtivo, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, aliadas à produção e à prestação de serviços (MEC, 2017). A partir desse cenário a educação profissional ampliou sua missão, com vistas a atender os diversos setores da economia brasileira, que passaram a emergir do setor produtivo, diversificando os programas e cursos oferecidos, a fim de elevar o nível e a qualidade do ensino.

Diante desse contexto, a Rede Federal EPT passou por diversas fases⁷: de Escolas de Aprendizes e Artífices (em 1909) passaram a Liceus Industriais, em 1937; em 1942 os Liceus Industriais deram origem às Escolas Industriais e Técnicas, assumindo a formação profissional equivalente ao nível secundário; em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas adquiriram autonomia didática e de gestão, passando a denominar-se Escolas Técnicas Federais; em 1961 o ensino profissional foi equiparado ao acadêmico; em 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o qual transformou gradativamente as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, processo que foi retomado em 1999; finalmente, em 2008 iniciou-se o processo de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que constituem-se hoje, conforme mostra a Figura 1, em 38 Instituições, presentes em todos estados, oferecendo

⁷ Com base nas informações disponíveis na “linha do tempo” da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf>

cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, sendo equiparados às universidades, no que tange à autonomia didático-pedagógica. Paralelamente à expansão da Rede Federal EPT, o governo brasileiro passou a investir na expansão das universidades ao instituir, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o qual tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Figura 1 - Composição da Rede Federal de EPT



Fonte: Portal do MEC/Rede Federal EPT

Com isso, se observa uma expansão significativa, principalmente no ensino superior, ao oportunizar mais acesso às Universidades Federais e também ao instituir a possibilidade da educação superior nos Institutos Federais. Contudo, o surgimento dessas demandas, segundo a autora Fleck (2011), representa uma reflexão sobre o papel das universidades e suas práticas de relação com a sociedade.

Esta reflexão cabe ao contexto dos Institutos Federais, pois ao considerar que sua missão, assim como a das universidades, relaciona-se fundamentalmente ao desenvolvimento da região em que estão inseridas, surgem os desafios de inserção e consolidação dessas instituições no âmbito regional, como referências para a promoção do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento. Do mesmo modo, Fleck (2011) faz uma crítica ao modelo atual das universidades, organizadas em uma estrutura hierárquica rígida e com um sistema burocrático, constituídas com base no mesmo modelo de décadas atrás, o que dificulta a integração com a região, devido a forma que a estrutura oferece. Faz-se essa analogia aos Institutos Federais, que por se tratarem de uma organização estrutural diferenciada e inovadora, transitando em diversos níveis de ensino, recaem sobre o desafio de inovar o sistema burocrático e estrutural rígido para se consolidarem como referência em ensino, pesquisa e extensão, além de ser um espaço coletivo que oportunize a troca de experiências, relações e interações com a comunidade.

Entretanto, um aspecto importante a ser considerado, que talvez seja a principal diferença dos Institutos Federais e Universidades, consiste na característica de atuação no ensino em diferentes modalidades, o que faz com que os Institutos Federais atuem desde a educação básica, de nível médio, até o ensino superior, na modalidade de pós-graduação. Além disso, conforme dispõe o Art. 8º da Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008), o desenvolvimento da atuação acadêmica deve garantir o mínimo de 50% das vagas para atender a educação profissional técnica de nível médio, o que torna ainda mais desafiador o estabelecimento de práticas interativas com a comunidade.

2.3.1. As Instituições de Ensino e o seu papel frente ao desenvolvimento regional.

Ao se propor discutir o papel das instituições de ensino no desenvolvimento regional, a autora Chiarello (2015), refere-se a noção de espaço e região e ao grau de interação dessas instituições com os segmentos da sociedade. Esse entendimento remete à compreensão de capital social que se desenvolve neste espaço, no mesmo sentido em que, ao trazer a compreensão sobre o papel da universidade, considerando-o “determinante no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes – universidades, empresas,

sociedade civil – promovem o desenvolvimento” (CHIARELLO, 2015 p. 241), reforça-se a tese de que a interação entre instituições de ensino, sociedade, empresas e o Estado é de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento, seja de uma região, de um estado ou de uma nação.

Nesse aspecto, Hernández-Arteaga, Mora-García e Luna (2017), ao referenciar Cecchi et. al (2011), complementam que a universidade, além de exercer um papel de interlocutor entre os atores sociais do desenvolvimento, possui função política, a qual se traduz na busca pelo consenso entre forças e poderes sociais. Diante disso, observa-se que além de cumprir com o seu papel historicamente proposto – o da formação profissional de nível superior – as universidades, assim como os institutos federais, buscam trabalhar de forma integrada e indissociada o ensino, a pesquisa e a extensão, a fim de promover o desenvolvimento da região, através da formação de atores sociais qualificados no âmbito do ensino, com potencial para pesquisa e extensão, conhecendo a realidade local.

Sendo assim, percebe-se que a educação, nos dias atuais assume novos contornos na sociedade brasileira, através do compromisso atribuído às instituições de ensino, que além do processo educativo, objetiva socializar, construir e desvendar novos conhecimentos (PIANA, 2009). Nesse sentido, compreendendo que os institutos federais, assim como as universidades, são as instituições que trazem a base do conhecimento, são nelas e através delas que deve ser procurado e proposto soluções para os problemas regionais e estratégias para se utilizar dos potenciais existentes nas regiões.

Por outro lado, Boisier (2005) diferencia as universidades de acordo com as regiões em que as mesmas estão inseridas, afirmando que as instituições situadas nos locais que determina como “periferia da periferia” - distantes dos grandes centros - devem ser, ao menos, duas vezes mais eficazes que as situadas em grandes metrópoles, pois estas se beneficiam do processo avançado de desenvolvimento que se tem nessas regiões. Dessa forma, supor que a geração de conhecimento é a única responsabilidade das instituições de ensino é, na visão do autor, um erro fatal em uma época que se fala sobre novos tipos de aprendizagem. Nesse sentido, Boisier (2005) afirma que as universidades inseridas nas regiões da “periferia da periferia” devem reafirmar a sua pertença e relevância, compreendendo o sentido de “pertencer” voltado para a inserção da instituição na comunidade local e o fortalecimento de sua identidade frente à comunidade, e a “relevância” voltada

para a adequação entre o papel da universidade e as necessidades de curto e longo prazo da comunidade em que está inserida.

Diante das constatações acima expostas, nota-se que as instituições de ensino são detentoras de um importante papel para o desenvolvimento regional, através da difusão do conhecimento e de alternativas que visam à integração entre instituições e sociedade, por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, a extensão, compreendida como uma das dimensões de atuação dos Institutos, se apresenta com o propósito de interagir permanentemente com a sociedade, através do estabelecimento de uma relação transformadora que permita integrar as demandas sociais de forma que transpareça as necessidades socioeconômicas e culturais da região (PACHECO, 2011).

Dessa forma, por meio da extensão, os Institutos Federais assumem a função, junto ao Estado e a sociedade, de impulsionar o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos, visto que representam um espaço de articulação entre os segmentos da sociedade. Dentre as características e finalidades dos Institutos Federais, atreladas à prática de extensão, pode-se destacar os seguintes aspectos que reafirmam o potencial dos institutos para o desenvolvimento regional:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Art. 6 da Lei 11.892/2008)

Observa-se que os Institutos Federais além de terem o papel de ofertar a educação profissional e tecnológica, se inserem nas regiões com o intuito de diversificar e oportunizar o acesso à educação superior, de forma pública e gratuita, em regiões distantes dos grandes centros, com o propósito de contribuir no desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação de cada Instituto. Entretanto, essa responsabilidade de desenvolver a região que está inserida não

pode ser vista como uma atribuição única e exclusiva destas instituições, mas sim de um processo articulado entre os atores sociais locais. Com esse propósito, o próximo item do presente referencial busca refletir sobre o papel dos conselhos regionais, que além de se tratarem de um espaço de controle social, são os principais articuladores e representantes da sociedade, em um processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações de desenvolvimento regional.

2.4 A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS COMO ESPAÇO DE CONTROLE SOCIAL, ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para compreender a importância da existência de conselhos regionais e sua atuação efetiva como espaço de controle social, articulação representativa e de desenvolvimento regional, faz-se necessário entender que a gestão pública, voltada à administração gerencial, para se tornar eficaz depende de um processo de descentralização. No mesmo sentido, uma das principais qualidades que devem ser percebidas como essenciais nesse processo de descentralização democrática é a capacidade de governança territorial atribuída a esses conselhos, a fim de que a atuação seja voltada à gestão social do território que representam.

No que tange aos conceitos de descentralização e gestão social, apresentam-se as contribuições de Tenório (2011), o qual compreende que ambos os conceitos são convergentes, na medida em que proporcionam a democratização através de processos de decisão e relações político-administrativas. No mesmo sentido, o autor nos faz compreender que o papel da cidadania, em ambos os conceitos, é visto como um compromisso voltado a promover a integração de diferentes atores sociais e a reflexão política sobre a participação isonômica e voltada ao bem-comum.

Dessa forma, o conceito de gestão social vai ao encontro da interpretação de descentralização e participação cidadã, que “é compreendido como a gerência de espaços públicos, de arranjos institucionais participativos, projetados para promover uma matriz social” (TENÓRIO, 2011, p. 74), voltada ao gerenciamento participativo, em que “o processo decisório é exercido por meio dos diferentes atores envolvidos” (p. 75). No caso do Brasil, os temas descentralização, gerenciamento participativo e democratização ganharam destaque a partir da Constituição Federal de 1988, que

alterou significativamente a natureza das relações intergovernamentais (TENÓRIO, 2011; ZIMMERMANN E DALLABRIDA, 2011).

No mesmo sentido, as experiências de processos participativos demonstram que a administração pública brasileira caminha para fortalecer essa relação entre Estado e sociedade, o que ratifica as discussões fomentadas por Pedro Bandeira, ainda em 1999, em que já apontava a participação da comunidade no planejamento de políticas públicas, programas e projetos como crucial para o aumento da eficácia das ações governamentais. Para Bandeira (1999), a governança também é um aspecto importante para o desenvolvimento participativo, ainda destaca que:

A governança abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório. (p. 15)

Conforme aponta o autor, compreende-se que o processo de gestão social participativa parte dos arranjos institucionais e da garantia de participação cidadã nos processos decisórios. Em relação aos arranjos institucionais, estes podem ser considerados facilitadores da interação entre os atores locais, no intuito de transformar os interesses individuais em demandas coletivas. Esses arranjos são identificados, conforme Tenório (2011), através de:

[...]arranjos produtivos locais, agências de desenvolvimento, colegiados territoriais, comitês, consórcios, grupos tarefas, polos de desenvolvimento, redes e outros mecanismos institucionais facilitadores da promoção decisória em função do bem comum. (p. 79)

Já a participação da sociedade e a importância da articulação de atores sociais para a promoção do desenvolvimento local e regional, pode ser argumentada, segundo Bandeira (1999), por meio de cinco vertentes, em que o autor defende a participação da sociedade relacionada, primeiramente, à garantia da eficiência e da sustentabilidade das ações relacionadas ao desenvolvimento; em segundo lugar, evidenciando a importância da atuação da sociedade civil para a garantia da governança e do desenvolvimento participativo; em terceiro, argumenta-se em relação ao capital social, estando este relacionado a fatores culturais; como quarto argumento, apresenta-se o fortalecimento da competitividade regional; e por fim, tem-se a formação e consolidação das identidades regionais como a quinta vertente em defesa à participação cidadã nos processos de planejamento.

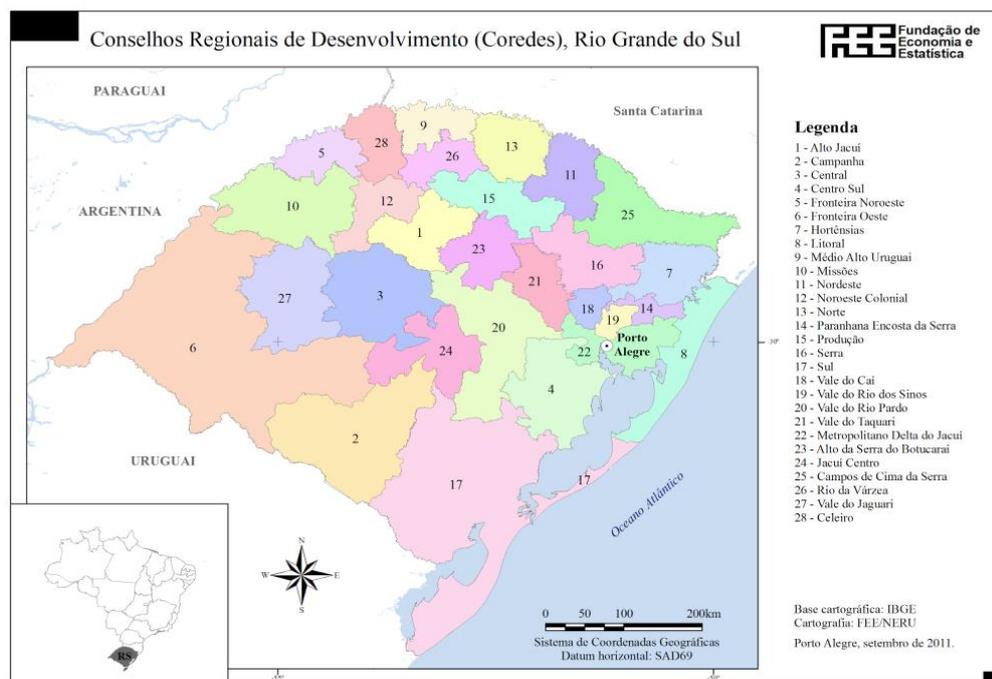
Sendo assim, de modo geral, observa-se que a gestão social, representa um conjunto de ações e processos sociais articulados, capazes de transformar uma realidade territorial, por meio do exercício da cidadania, da democracia e do fortalecimento da identidade territorial. Nesse contexto, ela está associada ao controle social, segundo Allebrandt et al (2011), no sentido de que quando se remete este em relação ao desenvolvimento regional, refere-se ao controle das políticas públicas, seja no âmbito federal, estadual, regional ou municipal. Significa dizer, de acordo com os autores, que o controle social é um elemento da gestão social que estabelece a participação da sociedade civil na formulação, controle e fiscalização das políticas públicas (ALLEBRANDT et al, 2011).

Em se tratando de território, pode-se considerar como outra categoria importante para a compreensão da atuação dos conselhos regionais, conforme já abordado neste referencial. Para complementar o entendimento, traz-se a visão de Maia (2014) que, com base nas aproximações conceituais extraídas de autores que trabalham com o tema, compreende que um território é formado a partir da mobilização de atores sociais locais que buscam a solução de problemas comuns a um dado espaço e objetivam a consolidação de uma identidade regional. Do mesmo modo, Bandeira (2011) defende que a abrangência territorial de uma região, bem como a articulação e mobilização dos atores locais, são fatores importantes para que as regiões tenham relevância de caráter social, político e econômico, trazendo condições para a sustentabilidade e para a aplicação de novos modelos de governança do território.

Feita essas considerações a respeito do processo de descentralização, gestão social e processos participativos, é possível conceituar a experiência do estado do Rio Grande do Sul (RS), que há mais de 20 anos, traz na sua agenda a preocupação e o debate sobre as desigualdades regionais. Nesse contexto, o RS vem sendo destaque dentre os demais estados do Brasil, a partir da experiência com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Esses órgãos foram criados oficialmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, os quais são compreendidos como fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Atualmente, o estado do RS conta com 28 COREDEs, conforme mostra a Figura 2, os quais têm por objetivo, conforme o exposto no Art. 2º de sua lei de criação, a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos

e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida, além do estímulo à permanência dos cidadãos na sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Figura 2 - Organização do Estado do Rio Grande do Sul a partir dos COREDES



Fonte: FEE - Fundação de Economia e Estatística

Conforme Bandeira (2011), “a politização do tema das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul foi um dos principais fatores que abriram espaço para o surgimento e para a continuidade da atuação dos Coredes” (p. 216), e ainda ocupa lugar importante nas agendas de discussões governamentais do estado, tornando-se referência sobre governança territorial. A experiência do RS na implantação dos conselhos se assemelha, segundo Bandeira (2011) a outros países da América Latina e da Europa, como na França, no Chile, na Espanha, no Canadá, na Austrália, nas Filipinas e na Hungria, esta, localizada na Europa Ocidental. Nesses países, segundo o autor, as instituições, similares aos conselhos do RS, trazem o propósito de representação social no processo de discussão e planejamento, como órgãos consultivos dos poderes executivos ou legislativos locais, tendo a representação dos segmentos da sociedade como a principal finalidade de atuação.

Fundamentalmente, além de definir as atribuições e objetivos dos COREDEs, a Lei Estadual nº 10.283/1994 determina a estrutura básica dos conselhos, a qual é composta por Assembleia Geral Regional, Conselho de Representantes, Diretoria Executiva e Comissões Setoriais, sendo a Assembleia Geral Regional o órgão máximo de deliberação. Ainda, o Decreto Estadual nº 35.764, de 28/12/1994 regulamenta a Lei de criação dos COREDEs e estabelece algumas diretrizes de funcionamento de sua estrutura, bem como determina regras para a constituição ou desmembramento dos conselhos criados. Através do decreto, ficou assegurada a garantia da representatividade de todos os segmentos organizados da sociedade civil, dos poderes públicos da região e das instituições de ensino superior, de forma equilibrada e proporcional à composição da Assembleia, e também a paridade entre trabalhadores e empregadores.

Compete à Assembleia Geral, nos termos do Art. 5º, parágrafo único, eleger a Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento, que é composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo, com mandato de dois anos⁸, além de definir a composição do Conselho de Representantes e eleger seus membros efetivos e suplentes a cada dois anos; aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento; apreciar e deliberar sobre o relatório anual do Conselho de Representantes; apreciar e aprovar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual.

Ao Conselho de Representantes, que corresponde ao órgão executivo e deliberativo de primeira instância do Conselho Regional de Desenvolvimento, compete: formular as diretrizes para o desenvolvimento regional, a serem submetidas à Assembleia Geral Regional; promover a articulação e integração regional entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais; promover a articulação do Conselho Regional de Desenvolvimento com os órgãos do Governo Estadual e Federal com vistas a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região; e elaborar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento. Às Comissões Setoriais compete assessorar o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva nas suas deliberações e decisões, estudar e dimensionar os problemas regionais, e elaborar programas e projetos regionais.

⁸ Os cargos previstos na composição dos Conselhos, bem como da Diretoria, não são remunerados, cabendo ao Estado destinar em seu orçamento dotação específica de recursos para a manutenção das atividades dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

A coordenação geral do trabalho de todos os Conselhos Regionais de Desenvolvimento é realizada pelo Fórum dos COREDEs, que foi criado em 1999 e é composto de todos os presidentes dos COREDEs. Segundo Bandeira (2011), a atuação do Fórum tem sido importante para desenvolver a visão estratégica dos Conselhos, assim como para contribuir com as negociações entre a administração estadual, assembleia legislativa e órgãos do Governo Federal, atuando como articulador das ações desenvolvidas pelos COREDEs.

Contudo, na visão de Bandeira (2011), a criação dos COREDEs no RS, ao contrário dos outros países que também são destaque em experiências com esse tipo de organização, como no caso da França, não esteve associada a uma necessidade de descentralização territorial da administração, mas sim ligadas à necessidade de se ter organizações que promovam a cooperação dos atores sociais que defendam os interesses da região. Diante disso, são percebidas algumas dificuldades enfrentadas pelos COREDEs, as quais são apontadas nas obras de Veiga (2006) e Bandeira (2011). A primeira delas, apontada por Bandeira (2011), refere-se à falta de visualização dos COREDEs como referência territorial de planejamento e de descentralização da estrutura administrativa do Estado, por muitos órgãos da administração estadual. Com isso, a capacidade de atuação e autonomia dos Conselhos é prejudicada e os mesmos acabam limitando-se basicamente a atividades de caráter consultivo ao planejamento governamental.

Veiga (2006) considera a escala territorial inadequada como um dos problemas que dificultam a atuação dos COREDEs, a medida em que alguns conselhos são demasiadamente maiores que os outros (em números de municípios), o que dificulta a realização de discussões produtivas, devido ao excessivo número de representantes atuantes. O autor também defende como uma questão negativa à atuação dos COREDEs o frágil entendimento da visão estratégica, ao avaliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional⁹ como sendo uma “listagem de carências regionais, mais ou menos hierarquizadas, a depender da competência do grupo de trabalho específico que coletou (VEIGA, 2006, p. 11).

Por outro lado, Allebrandt et al (2011) compartilham o seguinte entendimento:

⁹ O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional é um documento previsto na legislação de criação dos Conselhos e tem por objetivo estruturar o conteúdo e propostas de desenvolvimento dos conselhos, a fim de interagir com os demais órgãos da administração, no sentido de incluir os objetivos estratégicos do plano na proposta orçamentária do estado.

Os Coredes e Comudes¹⁰ constituem-se em processos de cidadania deliberativa, que vem produzindo mudanças, ainda que lentamente, na perspectiva pública dos indivíduos, na cultura da sociedade civil, na postura e modo de agir da sociedade política e no modus operandi da máquina burocrática e dos governos. Mas esse é um processo de mudança em longo prazo, para os quais é necessária uma prática contínua e não episódica e pontual. Constituem-se em processo dialógico, que necessita ser construído e reconstruído permanentemente pelos participantes, para evitar o risco do controle corporativo, político ou administrativo por meio de cooptação e manipulação. (ALLEBRANDT et all, 2011, p. 942-943)

Como visto, os autores evidenciam a importância do papel da sociedade nesses conselhos deliberativos, mas entendem que a compreensão política e cidadã desse papel social deve ser constantemente trabalhada para que os conselhos não sejam desvirtuados de seu objetivo principal: desenvolvimento local e regional a partir do contexto social. Outros aspectos apontados por Bandeira (2011) como dificuldades na atuação dos COREDEs referem-se ao excessivo número de mudanças procedimentais na forma de participação da população nas decisões de alocação de recursos, o que gera a descontinuidade da articulação entre os COREDEs e o Estado. Nesse sentido, Veiga (2006) considera que os Conselhos destinam muito tempo às Consultas Populares e Orçamento Participativo, o que pode desvirtuar do objetivo principal dos COREDEs, conforme aponta:

[...] em vez de mobilizar a capacidade de inovação dos principais empreendedores (privados, públicos sociais) na elaboração de uma estratégia de construção da competitividade sistêmica do território, os COREDE abandonam esse objetivo central. [...] Em poucas palavras: os COREDE abdicam de seu papel no atacado ao se consumirem em pequenas ações de varejo. (VEIGA, 2006, p. 12)

Entretanto, apesar do envolvimento destinado na condução do processo de consulta popular, esta é uma ferramenta importante de trabalho dos COREDEs, ao passo que possibilita, na visão de Bandeira (2011), acompanhar e supervisionar as ações de alocação de recursos por parte da administração do estado, evitando o favorecimento político ou o clientelismo, muito visto na administração pública. Dessa forma, “o desafio dos Coredes é cumprir com o dever legal de participar da organização e implementação desses processos sem abandonar a formulação de diretrizes estratégicas de desenvolvimento para as regiões” (BANDEIRA 2011, p.

¹⁰ Conselhos Municipais de Desenvolvimento. Os COMUDEs foram criados pela Lei Estadual nº 11.451/2000, que acrescentou dispositivos à Lei de criação dos COREDES, a fim de determinar que em cada município do estado implantasse essa estrutura, que se assemelha e é vinculada ao COREDE, tendo como responsabilidade contribuir no processo de discussão, definição e implantação de políticas públicas de investimentos e ações que voltadas para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

243), de modo que as demandas levadas à escolha da população estejam relacionadas com a visão estratégica de desenvolvimento daquela região e previstas em seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, refletindo assim na atuação efetiva da comunidade.

Por fim, a participação efetiva da comunidade e seu reflexo na representatividade dos COREDEs frente ao desenvolvimento relacionam-se diretamente ao papel das Instituições de Ensino Superior no processo de construção dessa ideologia participativa. Primeiramente porque, conforme aponta Bandeira (2011), ao sintetizar uma importante palestra de Joseph Stiglitz¹¹, de 1999, a participação cidadã resulta em boas ações de governança ao possibilitar maior transparência das ações do governo, assim como o desenvolvimento de programas, projetos e ações mais eficientes e eficazes, aumentando a sustentabilidade política das ações.

No mesmo sentido, às instituições de ensino compete valorizar o capital intelectual daqueles que possuem a responsabilidade cidadã das pessoas que vivem e trabalham nas comunidades onde os COREDEs possuem visibilidade, conforme Bandeira (2011) assinala. Ao fazer referência ao estudo de Goddard (1998), que analisou os efeitos econômicos e regionais das Universidades, aponta como um dos fatores o que se pode denominar de capital intelectual, o qual é capaz de oferecer contribuições para o desenvolvimento social e comunitário das regiões, por meio da formação de lideranças e da conscientização destas sobre seu papel em detrimento à formulação da visão estratégica de uma região.

¹¹Joseph Stiglitz é um economista estadunidense. Foi presidente do Conselho de Assessores Econômicos (Council of Economic Advisers) no governo do Presidente Bill Clinton (1995-1997), Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial, onde se tornou o seu economista chefe. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, também designado por "Prêmio Nobel de Economia, juntamente com Michael Spence e George A. Akerlof, em 2001 "por criar os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas". Stiglitz defende a nacionalização dos bancos americanos e é membro da Comissão Socialista Internacional de Questões Financeiras Globais. Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre." https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Stiglitz. Acessado em 19 mar. 2018.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia do trabalho, evidenciando as características do estudo, o processo de coleta de dados adotado e sua análise, além da descrição do objeto de estudo e de como as atividades foram realizadas, buscando atingir os objetivos propostos.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente estudo será norteado pela abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando como método a pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa nos possibilita, segundo Bardin (1977), valorizar significados e intencionalidades como sendo inerentes aos atos, às relações e às estruturas de uma sociedade, sendo essas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas. No mesmo sentido, Yin (2016), afirma que por meio da pesquisa qualitativa é possível realizar estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos, oferecendo maior liberdade na seleção de temas de interesse.

Desse modo, entende-se que esta metodologia trabalha com a experiência social dos sujeitos expressas em seu cotidiano, registrados nos documentos oficiais que os legitimam tanto pessoas como instituições (PRATES, 2002, p. 19). A pesquisa qualitativa representa, segundo Yin (2016, p. 6) “um modo atraente e produtivo de fazer pesquisa”, pois possibilita desenvolver novos conceitos, além de oferecer uma análise a partir da utilização de diversas fontes, o que proporciona credibilidade e confiabilidade no estudo. Minayo (2007) complementa que a pesquisa qualitativa proporciona um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo.

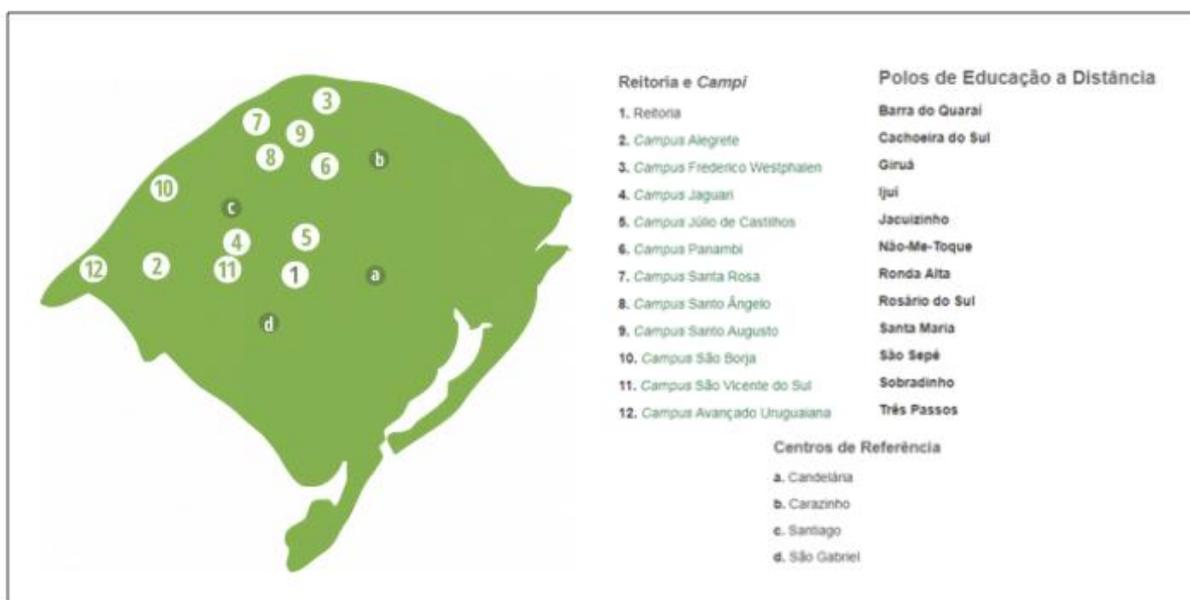
De modo complementar, a pesquisa documental apresenta-se como perspectiva metodológica, que possibilita melhor compreensão das questões que envolvem o cotidiano de vida das pessoas e sua relação com o mundo, além de permitir identificar processos sociais e de novas abordagens, assim como a revisão e criação de novos conceitos e categorias durante o processo investigativo (MINAYO, 2007). Por outro lado, a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a fim de explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes, sendo estas: artigos, livros, manuais, enciclopédias, etc.

Segundo Severino (2017), a diferença básica entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica está no tipo de fonte que cada uma utiliza. Enquanto a primeira utiliza fontes primárias, a segunda adota essencialmente fontes secundárias para análise. A finalidade da pesquisa, tanto documental quanto bibliográfica, pode ser compreendida pela possibilidade de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, oferecendo “meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente (MANZO, 1971, p. 32).

3.2. UNIVERSO DE ESTUDO E FONTE DE DADOS

Conforme posto nos objetivos deste estudo, a pesquisa será aplicada no Instituto Federal Farroupilha, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o qual está situado no Estado do Rio Grande do Sul, presente em 28 municípios, por meio de seus Campi, Unidades Avançadas, Centros de Referência e Polos de Educação à Distância, conforme ilustra a Figura 3. Conforme os aspectos metodológicos apontados, a delimitação da pesquisa ocorre com o propósito de aprofundar o estudo, proporcionando um modelo teórico de aplicabilidade para a análise em outras realidades.

Figura 3 - Distribuição das Unidades do IFFAR



Fonte: Portal do IFFAR, adaptado pela autora, 2019.

Nesse sentido, a delimitação do universo de estudos aplica-se ao Instituto Federal Farroupilha, nos *Campi* localizados geograficamente na região do COREDE Vale do Jaguarí, compreendidos como sendo os *Campi* de Jaguarí e São Vicente do Sul, por considerar que estes representam na região a possibilidade de ensino técnico e tecnológico, públicos e gratuitos. Como recorte temporal, optou-se por considerar o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR, que compreende o interstício de 2014 a 2018, por considerar que este documento está iniciando o processo de revisão e, com isso, os resultados deste estudo poderão vir a contribuir com a formulação de estratégias para articulação da instituição com os segmentos sociais, no intuito de fomentar ações e projetos de extensão que visam o desenvolvimento regional.

3.3. MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

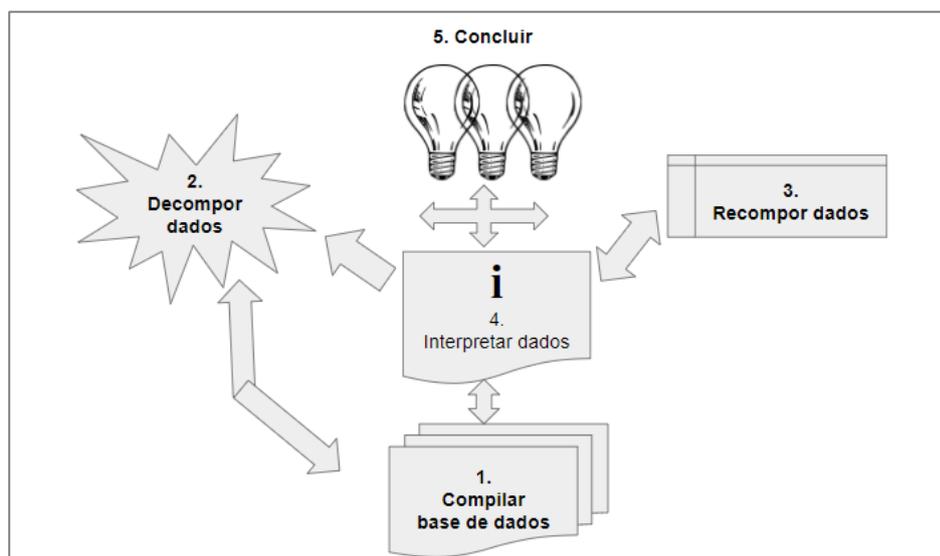
No que se refere às possibilidades para organização e análise de dados, considera-se que na pesquisa qualitativa existem diferentes técnicas. Na visão de Yin (2016), independente da orientação adotada, a análise qualitativa segue um ciclo de cinco fases, sendo elas: i) compilar; ii) decompor; iii) recompor (e arranjar); iv) interpretar; e v) concluir.

Diante de tais aspectos, a presente pesquisa, primeiramente, conta com uma revisão bibliográfica que estabelece as principais categorias de análise do tema central deste estudo, que trata do desenvolvimento regional. Posteriormente, a pesquisa será conduzida pela análise documental, utilizando a análise do modelo teórico proposto por Yin (2016). Desse modo, cada objetivo específico passará pelas cinco fases de análise, como ferramenta para identificar os principais aspectos que se relacionam às categorias de análise do tema desenvolvimento regional, e suas implicações ou não com as atividades de extensão realizadas pelo IFFar, para então comporem a proposta de intervenção.

A análise documental será atribuída aos seguintes documentos: o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar; o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguarí; as Atas das reuniões realizadas pelo COREDE Vale do Jaguarí; e os Projetos de Extensão realizados pelos *Campi* Jaguarí e São Vicente do Sul. A Figura 4 demonstra as cinco fases da análise, segundo o modelo teórico de

Yin (2016) que será utilizado neste estudo. A figura sugere que a análise ocorrerá de uma maneira não linear e sequencial, mas devido as setas bidirecionais, poderá se transitar entre uma fase e outra.

Figura 4 - Cinco fases de análise qualitativa e suas interações



Fonte: Adaptado de Yin (2016, p. 159)

A primeira fase, a compilação, segundo Yin (2016) representa a classificação dos dados coletados, em alguma ordem escolhida pelo pesquisador e pode ser considerada a base de dados da pesquisa qualitativa. Na segunda fase, a decomposição dos dados, compreende a reorganização e fragmentação dos dados coletados, que pode ser acompanhada pela atribuição de novos rótulos aos elementos. Na sequência, a fase de recomposição é caracterizada pela utilização de temas substantivos utilizados para reorganizar as informações presentes nas notas originais. Nessa fase, a recomposição pode ser facilitada pela representação gráfica, ordenação de listas, quadros ou outras formas de tabular as informações. As fases de composição, decomposição e recomposição podem ser realizadas quantas vezes forem necessárias e de maneira alternada, conforme indicação das setas bidirecionais ilustradas na figura.

A quarta fase do modelo de Yin (2016), envolve a interpretação do material decomposto e recomposto, sendo parte fundamental do processo analítico da pesquisa. Por fim, a quinta compreende a conclusão, em que se exige a extração das considerações relacionadas à análise da quarta fase e, por meio dela, de todas as outras fases do ciclo.

Os instrumentos utilizados para análise e coleta de dados seguirão um pré roteiro de elementos a serem estabelecidos e investigados para que não se perca o norte da pesquisa, que pode ser conferido no Quadro 1. Em relação aos projetos de extensão, como recorte de estudo, a análise será aplicada somente aos projetos caracterizados como de longa duração, com ou sem financiamento institucional, totalizando 84 projetos no período de 2014 a 2017, dos *Campi Jaguari e São Vicente do Sul*.

A elaboração das questões norteadoras de análise do segundo objetivo específico foi realizada a partir da estruturação de um quadro conceitual sobre o tema central do estudo (Apêndice A), em que se apontam os principais conceitos utilizados para a definição de desenvolvimento regional, a partir de autores como Schumpeter (1988), Furtado (1961), Boisier (2001, 2005), Oliveira (2002) e Dallabrida (2017). A partir dessas definições, as questões foram elaboradas a fim de identificar nos projetos de extensão do IFFAR *Campi Jaguari e São Vicente do Sul* quais aspectos relacionados ao desenvolvimento local e regional estes projetos estão atendendo.

Quadro 1 - Questões norteadoras da análise documental, vinculadas aos objetivos específicos da pesquisa

(continua)

OBJETIVO ESPECÍFICO	QUESTÕES NORTEADORAS DE ANÁLISE
<p>I - Reconhecer se o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar (2014-2018) está alinhado às demandas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari (2015-2013), no sentido de garantir ações de extensão que visam o desenvolvimento local e regional;</p>	<p>i) Identificar nos documentos os aspectos de convergência da Política de Extensão do IFFar e as Dimensões Estratégicas do PED do COREDE V.J. ii) A justificativa do projeto está relacionada a que tipo de demanda? (Pontual ou do COREDE)</p>
<p>II - Analisar os projetos de extensão desenvolvidos pelo IFFar, nos Campi Jaguari e São Vicente do Sul, no período de 2014 a 2017, compreendendo a forma como esses projetos são constituídos e se os mesmos contemplam as demandas do COREDE Vale do Jaguari;</p>	<p>i) O projeto destina-se ao desenvolvimento de ações que reflitam em possibilidades de aumento de renda, através da relação trabalho-renda? ii) Os resultados esperados com o projeto relacionam-se a questões de ordem política, sendo estas compreendidas através da responsabilidade do Estado, por meio de proposições de políticas públicas? (educação, segurança, saúde...) iii) O projeto relaciona-se ao desenvolvimento ou melhoria das necessidades de cunho humano e social? (saúde, educação, transporte, alimentação, lazer...) Qual(is)?</p>

(conclusão)

OBJETIVO ESPECÍFICO	QUESTÕES NORTEADORAS DE ANÁLISE
	<p>iv) Em que nível o projeto contempla a participação da sociedade na sua ação no controle social, bem como na construção de políticas interventivas?</p> <p>v) O projeto apresenta perspectivas de distribuição de renda junto ao público contemplado?</p> <p>vi) O projeto destina-se a ações que fomentam o empreendedorismo local ou regional?</p> <p>vii) O projeto contempla em suas ações ou espera contribuir com o desenvolvimento tecnológico?</p> <p>viii) O projeto objetiva ou apresenta ações que reflitam na produção e difusão de conhecimentos, visando proporcionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável em âmbito local e regional?</p> <p>ix) O projeto contempla ações e atividades que possam dar visibilidade à organização da vida social e cotidiana dos sujeitos envolvidos no território que os mesmos ocupam?</p>
<p>III - Identificar se as demandas sociais existentes nas atas do COREDE, no período de 2014 a 2017, se transformam ou não em atividades de extensão legitimadas pelo IFFar, nos Campi Jaguari e São Vicente do Sul, visando o desenvolvimento local e regional;</p>	<p>i) As demandas percebidas nas atas do COREDE se enquadram a qual(is) categorias teóricas?</p> <p>ii) A justificativa do projeto está relacionada a que tipo de demanda? (Pontual ou do COREDE)</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS NORTEADORES

O primeiro objetivo específico deste estudo busca reconhecer se o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR (2014-2018) está alinhado às demandas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari (2015-2030), no sentido de garantir ações de extensão voltadas ao desenvolvimento regional. Para a realização desta pesquisa foi aplicada a primeira fase do método de Yin (2016), denominada compilação, a fim de identificar as informações contidas em cada documento norteador das instituições. Na sequência, os dados foram decompostos e reorganizados em quadros, conforme indica as fases dois e três do modelo metodológico. A partir da fase de recomposição, torna-se possível identificar os elementos que compõem as categorias de cada documento, assim como as convergências e lacunas existentes, a partir do cruzamento entre o Plano de Desenvolvimento do IFFAR e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE.

4.1.1 Conhecendo o IFFAR e seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018

O Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), conforme abordado no referencial deste estudo, pertence à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que corresponde a instituições de educação superior, básica e profissional, voltadas para a oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. O IFFAR está presente em 28 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de seus Campi, Unidades Avançadas, Centros de Referência e Polos de Educação à Distância. Conforme abordado no capítulo da metodologia, como recorte de estudo, a presente análise está delimitada aos *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul, pertencentes à região do COREDE Vale do Jaguari.

O *Campus* São Vicente do Sul foi criado em 1954, por meio de um acordo firmado entre o governo da União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola. Em 1968 a instituição foi transferida

para a Universidade Federal de Santa Maria, sob denominação de Colégio Agrícola, e em 1985 passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Em 1986, após extinção da COAGRI, a instituição passou a ser subordinada à Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG e, em 1990, à Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em 1993, as Escolas Agrotécnicas foram transformadas em Federais, pela Lei 8.731/1993, que conferiu-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET). Em 2006, o Decreto nº 5.773/2006 elevou os CEFETs à condição de Instituições de Ensino Superior. Por fim, em 2008, na fase da Pré-Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir da sua integração com a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto, que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, deu-se origem ao Instituto Federal Farroupilha. O *Campus* São Vicente do Sul atua nos eixos tecnológicos de Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Gestão e Negócios; Produção Alimentícia e Recursos Naturais. Possui, atualmente, 2059 matrículas em 19 cursos, na modalidade presencial e à distância, nos diferentes níveis de ensino – médio profissionalizante, superior e de pós-graduação.¹²

O *Campus* Jaguari foi criado na fase III da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e iniciou suas atividades em 2009, como Núcleo Avançado do *Campus* São Vicente do Sul. Em agosto de 2011 foi elevado à categoria de *Campus* do IFFAR e, em janeiro de 2013, obteve autorização para iniciar as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. O *Campus* Jaguari atua nos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia; Recursos Naturais; e Controle e Processos Industriais. Atualmente, possui 565 matrículas em 14 cursos, na modalidade presencial e à distância, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha.

O *Campus* São Vicente do Sul e o *Campus* Jaguari estão situados a menos de 30 quilômetros de distância. Devido a proximidade geográfica e as características

¹² Conforme dados do ano base de 2018 da Plataforma Nilo Peçanha. Fonte: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>

vocacionais da região, como diferencial entre as duas instituições, que possuem alguns cursos nos mesmos eixos tecnológicos, está o direcionamento do *Campus Jaguari*, voltado para uma educação emancipatória, em que os cursos utilizam, preferencialmente, a metodologia da pedagogia da alternância¹³.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR, vigente no período de 2014 a 2018, está organizado em dez capítulos. Torna-se importante apresentá-los, como será visto na sequência, a fim de valorizar seu conteúdo e finalidade como plano de desenvolvimento institucional. O primeiro capítulo detalha o Perfil Institucional, apresentando o histórico da instituição e seus *campi*, seu referencial estratégico - composto pela missão, visão e valores - as finalidades, os objetivos e as áreas de atuação acadêmica. No segundo capítulo do PDI, apresenta-se o Planejamento Estratégico e o detalhamento das ferramentas metodológicas adotadas para a sua elaboração. O terceiro capítulo traz o Projeto Pedagógico Institucional, em que se estabelecem as diretrizes pedagógicas e de gestão para se trabalhar o ensino, a pesquisa e extensão. Dessa forma, o capítulo subdivide-se em seções, as quais descrevem as Políticas de Ensino, Organização Administrativo-Didático-Pedagógica, Políticas de Educação a Distância - EaD, Políticas de Extensão, Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Internacionalização, Infraestrutura Didático-pedagógica, Oferta de Cursos e Formas de Ingresso.

No quarto capítulo, o PDI trata da Política de Atendimento aos Discentes, que traz aspectos relacionados à moradia estudantil, segurança alimentar e nutricional, auxílios financeiros, atenção à saúde, promoção da cultura, esporte e lazer, apoio didático-pedagógico aos estudantes, ações inclusivas, mobilidade acadêmica, permanência, dentre outros. O Plano Diretor de Infraestrutura Física, disposto no capítulo cinco do PDI, apresenta a caracterização dos *campi* e demandas de infraestrutura. Já o capítulo seis trata sobre a Organização e Gestão de Pessoal, na qual se estabelecem as políticas de qualidade de vida dos servidores, expansão do quadro de pessoal e a caracterização do corpo docente e técnico-administrativo em educação. O capítulo sete dispõe sobre a Organização Administrativa da Instituição, estabelecendo os órgãos de controle, assessoramento e estrutura funcional. No capítulo oito, o PDI do IFFAR traz a Capacidade e Sustentabilidade Financeira,

¹³ A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

Fonte: portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36222-pedagogia-da-alternancia

enquanto o capítulo nove trata do Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação. Por fim, o capítulo dez apresenta o Projeto de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, em que se estabelece a metodologia, os instrumentos e as dimensões de avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional. Como referencial estratégico, o PDI do IFFAR traz como missão “promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável” (PDI IFFAR 2014-2018, p. 23).

A partir de sua missão institucional e por meio de sua visão de “ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica” (PDI IFFAR 2014-2018, p. 23), descritas no primeiro capítulo do documento, todas as políticas institucionais são projetadas com o objetivo de tornar a instituição referência na formação integral e no desenvolvimento sustentável, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, tem-se a Política de Extensão como uma das principais estratégias da instituição para cumprir a sua missão e alcançar a sua visão de futuro.

A Política de Extensão do IFFAR está descrita no terceiro capítulo do PDI e divide-se em concepções, objetivos da extensão, organização e programas de extensão. No âmbito das concepções, destaca-se o que o documento traz sobre a extensão nos Institutos Federais e no IFFAR. Em relação aos Institutos Federais como um todo, a Extensão “pretende consolidar-se como espaço de aprendizagem e de contribuição para a sociedade, ao mesmo tempo em que procurará integrar a instituição no contexto de sua região de abrangência” (PDI IFFAR 2014-2018, p. 95). Nesse viés, pode-se considerar que com a criação dos Institutos Federais a extensão surge com uma nova configuração, buscando fortalecer a prática extensionista, que passa a integrar os objetivos dessas instituições.

No que diz respeito ao IFFAR, conforme o PDI 2014-2018, a extensão está organizada para a solução de problemas locais e regionais, por meio de projetos, programas e ações que oportunizem principalmente o diálogo, envolvendo as diversas interfaces da sociedade, de modo que a extensão não atue somente com a transferência de informações. Dessa forma, o IFFAR se propõe em praticar a extensão por meio de “programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, participação em iniciativas de natureza cultural, artística, científica e desportiva, bem

como por intermédio da divulgação do conhecimento gerado pela instituição” (PDI IFFAR 2014-2018, p. 96)

Para atender a Política de Extensão do IFFAR, as ações desenvolvidas estão direcionadas a objetivos preestabelecidos no PDI. Em primeira análise, para atender às premissas deste estudo, esses objetivos foram divididos em internos, compreendidos como aqueles relacionados à organização, sistematização e/ou avaliação interna no âmbito do IFFAR, e externos, os quais têm relação, articulação ou impacto na comunidade externa. Os objetivos considerados como de impacto externo, previstos na Política de Extensão do IFFAR, são objeto de análise deste estudo, sendo eles:

1. (O.E.1) Constituir a extensão como sistema aberto à sociedade, articulada e sensível aos seus problemas em nível local, regional e nacional, atenta às demandas sociais;
2. (O.E.2) Constituir estudo/diagnóstico, com vistas a reunir informações sobre as principais demandas regionais de modo que o ensino, a pesquisa e a extensão estejam integrados à região;
3. (O.E.3) Criar condições para a participação crítica e a inserção do Instituto Federal Farroupilha nos projetos de desenvolvimento regional sustentável, bem como na elaboração de políticas públicas;
4. (O.E.4) Propiciar à sociedade o acesso ao Instituto Federal Farroupilha, estabelecendo um processo permanente de debates e vivências entre ambos;
5. (O.E.5) Valorizar os programas e os projetos de extensão e de pesquisa interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias;
6. (O.E.6) Fortalecer o espírito empreendedor por meio de projetos que desafiem os docentes e discentes a propor alternativas para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;
7. (O.E.7) Propor projetos que busquem a valorização histórica e sociocultural e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades por meio da potencialização das características endógenas;

8. (O.E.8) Criar eventos que possam integrar as atividades desenvolvidas, no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão, de forma que seja possível potencializar a troca de saberes entre os cursos, docentes, discentes e técnico-administrativos;
9. (O.E.9) Disponibilizar à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos de diversas naturezas.

Como se observa, estes nove objetivos visam impactar no desenvolvimento regional, no âmbito onde o IFFAR se situa, assumindo um compromisso com a comunidade. Na sequência, como estratégia de organização, a Política de Extensão do IFFAR segue a proposta sugerida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEXT¹⁴, que tem por objetivo padronizar as terminologias adotadas, a fim de se construir uma base conceitual comum para a Rede Federal. Dessa forma, as ações de extensão do IFFAR também são classificadas de acordo com Dimensões Operativas, denominadas a partir do conjunto de ações desenvolvidas pela Rede Federal EPT, estando elas descritas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Dimensões Operativas da Política de Extensão do IFFAR

(continua)

Dimensão Operativa	Ações desenvolvidas
a) Desenvolvimento Tecnológico	Projetos aplicados no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos e prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo.
b) Projetos Sociais	Projetos que representam soluções para inclusão social, relações étnico- raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida, a partir da interação com a população,
c) Estágio e Emprego	Atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa destes.

¹⁴ O FORPROEXT é um órgão de assessoramento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), composto por um representante de cada instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, responsável pelas ações sistêmicas vinculadas ao tema. O objetivo do Fórum propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização e o fortalecimento de ações unificadas.

(conclusão)

Dimensão Operativa	Ações desenvolvidas
d) Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada – FIC ou Qualificação Profissional	Cursos de oferta não regular, oferecidos na modalidade presencial ou a distância, planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento, à atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos.
e) Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos	Eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.
f) Visitas Técnicas	Atividade educacional supervisionada que visa promover a interação entre os estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
g) Empreendedorismo e Associativismo	Programas institucionais voltados para a difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo.
h) Acompanhamento de egressos	Ações realizadas com o objetivo de acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
i) Projetos Ambientais	Projetos que voltados para o desenvolvimento, o fomento e a difusão de conhecimentos que visam à preservação ambiental e às práticas sustentáveis.

Fonte: PDI IFFAR 2014-2018, adaptado pela autora, 2019.

As dimensões operativas, além de servirem para padronizar as terminologias adotadas pela Rede Federal EPT, evidenciam o propósito das instituições ligadas à Rede, pois apontam as dimensões de atuação e as ações que englobam o desenvolvimento das mesmas. No que se refere às estratégias para a promoção das Políticas de Extensão, o PDI trouxe aspectos relacionados ao foco no desenvolvimento local e regional. O Quadro 3 organiza as estratégias do PDI juntamente dos tópicos relacionados para cada estratégias. Aos tópicos listados para cada estratégia da política de extensão, atribuiu-se o nome de diretrizes, a fim de padronização na análise dos documentos, em virtude de que o Plano de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari está organizado a partir de estratégias e diretrizes, mantendo dessa forma o mesmo padrão para análise.

Quadro 3 - Estratégias e Diretrizes da Política de Extensão do IFFAR.

(continua)

ESTRATÉGIA	DIRETRIZ
[PDI-E1] Arranjos produtivos, sociais e culturais	[PDI-E1-D1] Desenvolver parcerias e participar da gestão de observatórios, centros vocacionais, núcleos de governanças locais, regionais e estaduais, que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais; [PDI-E1-D2] Contribuir na indução de arranjos produtivos, sociais e culturais a partir dos ativos de competências dos Câmpus do IF Farroupilha.
[PDI-E2] Empreendedorismo	[PDI-E2-D1] Desenvolver ecossistemas empreendedores voltados ao associativismo e ao cooperativismo; [PDI-E2-D2] Provocar as agências de fomento e os gestores institucionais a destinar recursos para o desenvolvimento da política institucional de apoio ao empreendedorismo [PDI-E2-D3] Integrar os programas e os espaços destinados ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo com os programas de incubação de empreendimentos de base tecnológica.
[PDI-E3] Empresas juniores e Incubadoras sociais	[PDI-E3-D1] Estruturar o apoio institucional às iniciativas estudantis voltadas ao associativismo e à organização e funcionamento de empresas juniores; [PDI-E3-D2] Estender a metodologia do Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM) a outros programas com públicos em situação de vulnerabilidade social; [PDI-E3-D3] Complementar a finalidade do PNMM com a inclusão de incubadora social na sua etapa final; [PDI-E3-D4] Implantar incubadoras sociais, tais como Incubadoras Tecnológicas Territoriais, levando em consideração as potencialidades e peculiaridades locais e regionais, com foco na sustentabilidade.
[PDI-E4] Incubadoras culturais	[PDI-E4-D1] Apoiar o desenvolvimento dos produtos culturais derivados dos ativos tangíveis e intangíveis das comunidades locais e regionais, tais como: tradição, folclore, artesanato, gastronomia, patrimônio histórico e arquitetônico, artes, além dos produtos provenientes diretamente da criatividade.
[PDI-E5] Esportes e Jogos Olímpicos e Paralímpicos	[PDI-E5-D1] Apoiar o desenvolvimento de atividades esportivas de lazer e saúde, bem como de desempenho competitivo nas comunidades locais e regionais; [PDI-E5-D2] Apoiar os empreendimentos esportivos
[PDI-E6] Desenvolvimento de equipes gestoras de programas	[PDI-E6-D1] Disponibilizar recursos humanos necessários à estruturação dos núcleos de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubação; [PDI-E6-D2] Capacitar as equipes das instituições para a gestão de programas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubadoras; [PDI-E6-D3] Apoiar as equipes multidisciplinares que dão suporte ao desenvolvimento de atividades de incubação, do P.N. Mulheres Mil e dos programas de incubação social e cultural; [PDI-E6-D4] Apoiar a atuação dos servidores que se dedicam às atividades de educação física, de organização de eventos, de treinamento e de suporte a empreendedores esportivos.

(conclusão)

ESTRATÉGIA	DIRETRIZ
[PDI-E7] Infraestrutura para os programas	[PDI-E7-D1] Disponibilizar espaços, mobiliários e equipamentos específicos para as atividades de gestão e apoio aos programas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubadoras; [PDI-E7-D2] Estruturar espaços físicos próprios e infraestrutura mínima para o funcionamento das empresas juniores nos Câmpus; [PDI-E7-D3] Estruturar nos Câmpus, infraestrutura multidisciplinar de gestão de programas, incluindo um escritório de acesso e acolhimento às pessoas das comunidades atendidas; [PDI-E7-D4] Priorizar a ação de incubação social em espaços e infraestruturas constituídos junto às comunidades atendidas; [PDI-E7-D5] Desenvolver a ação de incubação cultural em espaços multiculturais e infraestruturas multiuso próprias dos Câmpus e em ambientes constituídos junto às comunidades atendidas; [PDI-E7-D6] Implantar e estruturar espaços nos Câmpus, inclusive laboratórios e ambientes para a gestão de programas de empreendedorismo; [PDI-E7-D7] Prover os Câmpus com equipamentos adequados às práticas esportivas de saúde e lazer, bem como as atividades de competição e empreendedorismo;
[PDI-E8] Laboratórios de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEPS	[PDI-E8-D1] Retomar o espaço dos LEPEPS como ambiente simulador do mundo do trabalho e do exercício da prática profissional, bem como da resolução de problemas do mundo produtivo, de forma geral.

Fonte: PDI IFFAR 2014-2018, adaptado pela autora, 2019.

Como parte da metodologia de análise indicada por Yin (2016), a fase de decomposição consiste na organização do material de análise, atribuindo novos elementos ou rótulos. Por isso, no quadro acima estão representadas as estratégias da política de extensão, para as quais foram indicados códigos, que auxiliam na organização da análise, e os elementos que compõem cada estratégia, aqui denominados como diretrizes.

Sendo assim, a partir dos elementos destacados ao longo desta análise, foi possível compreender que o IFFAR, sendo integrante da Rede Federal EPT, além de atuar na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, deve buscar integrar suas ações por meio dos eixos de ensino, pesquisa extensão, produzindo resultados que tragam impactos positivos para a comunidade regional. Diante disso, por considerar a característica de atuação no ensino em diferentes modalidades, a partir do referencial deste estudo que aponta a exigência da oferta de no mínimo 50% das vagas para atender a educação profissional técnica de nível médio, conforme dispõe a legislação, tem-se a atuação extensionista como um grande desafio dessa instituição, podendo esse ser um fator limitante, comparado a

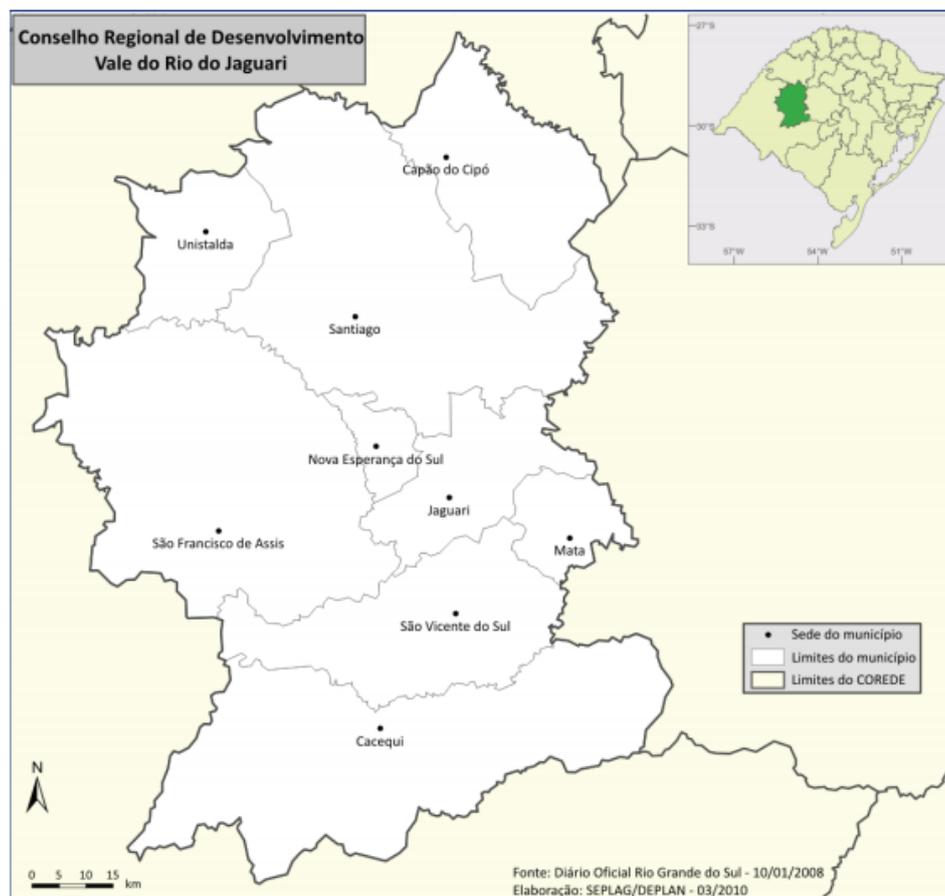
universidades, que atuam exclusivamente no nível de graduação e pós-graduação, obtendo maior flexibilidade curricular para o desenvolvimento tanto da extensão quanto da pesquisa.

Por outro lado, o PDI do IFFAR, sendo o documento base para a atuação da instituição, reafirma o que a legislação aponta como princípios para os Institutos Federais, do mesmo modo que retrata elementos importantes da política de extensão orientada pelo FORPROEXT. Diante disso, as estratégias e diretrizes que foram construídas no PDI do IFFAR, detalhadas no Quadro 3, representam as principais possibilidades de contribuição do IFFAR para a região em que está situado, conforme relacionam os autores que conceituam desenvolvimento regional, como por exemplo nas estratégias voltadas para os arranjos produtivos, sociais e culturais, para o empreendedorismo e também, através das incubadoras.

4.1.2 O COREDE Vale do Jaguari e seu Plano Estratégico de Desenvolvimento

O COREDE Vale do Jaguari, criado no ano de 2008, é um dos 28 conselhos em que o Estado do Rio Grande do Sul está organizado, e tem por finalidade, de acordo com sua lei de criação, a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos, para o aumento da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida, além do estímulo à permanência dos cidadãos na sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. A Figura 5 ilustra os municípios que compõem o COREDE Vale do Jaguari, sendo eles: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Figura 5 - Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari.



Fonte: Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Jaguari, 2015.

Conforme dados da Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS - FEE, a região do COREDE Vale do Jaguari corresponde 4% da área total do Estado do Rio Grande do Sul, com mais de 11 mil quilômetros quadrados de extensão e representa 1,05% da população do Estado. A vocação econômica atual da região, conforme dispõe seu Planejamento Estratégico, está inserida nas áreas de agropecuária, agricultura familiar, comércio e serviços de abastecimento de insumos para agropecuária, turismo cultural, histórico e de balneários, serviço de saúde, indústria de couro e formação educacional. Como potencial econômico está o desenvolvimento de vocações nas áreas de industrialização da agropecuária, produção de plantas medicinais, turismo rural, ecológico, de eventos e gastronômico, logística rodoferroviária e produção de energias limpas.

Assim como todas as regiões organizadas a partir do COREDE, o Vale do Jaguari possui o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) que apresenta, além de um diagnóstico da região, uma série de ações, estratégias e projetos

voltados para o desenvolvimento regional, na perspectiva de 2015 a 2030. O PED está compilado em uma produção denominada “*Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari 2015-2030*”, que consta no acervo teórico deste estudo¹⁵, e está organizado em 10 capítulos. O primeiro e o segundo capítulo apresentam, sequencialmente, a introdução e a conceituação sobre o processo de planejamento estratégico, juntamente com os objetivos do plano de desenvolvimento e a metodologia adotada para a elaboração do documento.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari segue o modelo metodológico de planejamento estratégico sugerido por Siedenberg. Dessa forma, no terceiro capítulo do documento é apresentado o diagnóstico técnico, que consiste na caracterização da região, através de aspectos físicos-naturais, e por cinco dimensões de análise, as quais orientam todo o documento, sendo elas: dimensão ambiental; dimensão social e cultural; dimensão infraestrutura e gestão pública; dimensão econômica; e dimensão institucional.

O quarto capítulo, denominado “Matriz FOFA: potencialidades e desafios”, faz parte da terceira fase metodológica do PED, em que são expostas as potencialidades, os desafios, os riscos e as limitações da região. Para realizar esta etapa foram realizadas assembleias e reuniões com a comunidade nos municípios do COREDE Vale do Jaguari, a fim de obter o que consideram pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças para a região. Nos capítulos cinco e seis estão apresentadas as diretrizes e estratégias do Plano Estratégico de Desenvolvimento, organizadas de acordo com as dimensões já mencionadas no parágrafo anterior.

No sétimo capítulo são apresentados os referenciais estratégicos, compostos pela visão de futuro, vocações e valores. No oitavo capítulo tem-se o detalhamento dos projetos, denominado de “Carteira de Projetos”, os quais foram elaborados a partir das estratégias definidas no capítulo seis. Por fim, o capítulo nove dispõe sobre a gestão e implementação do Plano Estratégico e no décimo capítulo a conclusão do documento, fazendo uma avaliação de todo o processo de elaboração.

A partir da organização detalhada acima, o documento traz um diagnóstico e apresenta ações a serem implementadas na região, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, éticos, culturais, territoriais, entre outros.

¹⁵ O livro foi doado pelo então presidente do Conselho, Sr. Heitor Soares Leal Neto, e também está disponível no site da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda, como premissa do planejamento estratégico, o PED do COREDE Vale do Jaguari projeta a visão de futuro da região para 2030, bem como estabelece os projetos considerados estratégicos ao desenvolvimento sustentável, integrando cadeias produtivas e qualificando os aspectos sociais da região. Dessa forma, tem-se a visão de futuro do Vale do Jaguari como sendo:

Ser uma Região reconhecida pela articulação e atuação integrada da governança, com índices de qualidade de vida acima da média do RS, obtidos por meio do estímulo às atividades empreendedoras, da disponibilidade de infraestrutura para as demandas de produção e mobilidade da população e do acesso à educação, saúde e segurança pública de qualidade. (PED-COREDE Vale do Jaguari, p. 70)

No âmbito das estratégias e diretrizes do PED, a dimensão ambiental traz como estratégia “promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais” (PED-COREDE Vale do Jaguari, p. 64) e suas diretrizes estão voltadas para a preservação dos recursos e belezas naturais, para o manejo adequado no uso de agrotóxicos, para a ampliação dos mecanismos de armazenamento de água, e também para a redução da carga de resíduos jogados no meio ambiente e o incentivo à geração de energias limpas. Na dimensão social, a estratégia visa “promover melhores condições sociais e de renda à população” (PED-COREDE Vale do Jaguari, p. 65), por meio de diretrizes que visam reduzir os índices criminais, ampliar e qualificar a segurança pública, desenvolver ações de atendimento integral à saúde e ampliação do atendimento, bem como promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, aumentar a qualificação da educação e proporcionar projetos voltados ao estímulo da cultura, esporte, lazer, redução da pobreza, inclusão e assistência social.

A dimensão de infraestrutura e gestão pública tem como estratégia “qualificar e ampliar a infraestrutura regional” (PED-COREDE Vale do Jaguari, p. 66) e suas diretrizes estão voltadas para possibilitar o acesso às tecnologias da informação, a qualificar a distribuição de energia, melhorar os índices de saneamento e qualificar a malha rodoviária regional. Na dimensão econômica, a estratégia busca “estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional” e as diretrizes estão voltadas para o estímulo, agregação de valor e promoção de investimento nas cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio, assim como no desenvolvimento de cadeias produtivas alternativas com vocação na região. Também como diretriz da

dimensão econômica, aparece a ampliação do desenvolvimento por meio da inovação tecnológica, da pesquisa, de negócios inovadores e empreendimentos, e da qualificação da mão de obra, bem como a geração de emprego e aumento de renda e a promoção de projetos voltados para o turismo regional, de estímulo à sucessão familiar e migração de retorno aos pequenos municípios.

Por fim, a dimensão institucional traz como estratégia para a região do COREDE Vale do Jaguari “integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional” (PED-COREDE Vale do Jaguari, p. 69). As diretrizes dessa dimensão buscam articular a formação de lideranças, ampliar a representatividade política, sindical e classista da região, alavancar as relações interinstitucionais e estabelecer mecanismos para a execução do plano estratégico de desenvolvimento regional.

Contudo, a partir das estratégias e diretrizes de cada dimensão, é importante evidenciar neste estudo a Carteira de Projetos do PED-COREDE Vale do Jaguari, realizada com a finalidade de detalhar os projetos que serão desenvolvidos no período de 2015 a 2030, objetivando alcançar a visão de futuro da região. Identificou-se que a Carteira de Projetos representa as demandas sociais emergentes da região e esses projetos são de fundamental importância para demonstrar o nível de comprometimento organizacional com o desenvolvimento da região, pois chegar a este nível de detalhamento em um planejamento estratégico depende de responsabilidade e envolvimento das diferentes esferas que compreendem o COREDE.

Os projetos contidos na carteira de projetos estão relacionados no quadro abaixo e a eles foi atribuído um código¹⁶ para orientar o processo de análise, conforme indica a metodologia deste estudo.

¹⁶ No código, “P” significa projeto, seguido das iniciais que representam a dimensão em que o projeto está inserido e o número correspondente, este atribuído pela pesquisadora. Exemplo: P.IGP.2 é o segundo projeto da dimensão de Infraestrutura e Gestão Pública.

Quadro 4 - Demonstração da Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguarí

(continua)

DIMENSÃO	PROJETO
AMBIENTAL	P.A.1 - Preservação dos recursos naturais
	P.A.2 - Água como fonte de desenvolvimento
	P.A.3 - Produção e utilização de energias renováveis de fontes limpas
	P.A.4 - Uso e manejo de agrotóxicos
	P.A.5 - Educação e sensibilização sanitária e ambiental
SOCIAL	P.S.1 - Reaparelhamento dos órgãos de segurança pública
	P.S.2 - Tempo integral na Educação Básica
	P.S.3 - Atendimento em especialidades médicas
	P.S.4 - Pedagogia de alternância
	P.S.5 - Rede de atenção à saúde nos municípios
	P.S.6 - Empreendedorismo, cooperativismo e associativismo nas escolas
INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA	P.IGP.1 - Saneamento básico regional
	P.IGP.2 - Acesso à internet e telefonia móvel
	P.IGP.3 - Recuperação e melhoria de estradas vicinais
	P.IGP.4 - Distribuição da energia elétrica
	P.IGP.5 - Aeroporto Regional
ECONÔMICA	P.E.1 - Agroindustrialização da produção regional
	P.E.2 - Qualificação técnica e gerencial para unidades de produção familiar
	P.E.3 - Desenvolvimento da ovinocultura no Vale do Jaguarí
	P.E.4 - Sistema de atenção à sanidade agropecuária
	P.E.5 - Produção de frutas e olerícolas em ambiente protegido e irrigado
	P.E.6 - Interação Universidade-Empresa para desenvolvimento tecnológico
	P.E.7 - Arranjo produtivo local de Turismo do Vale do Jaguarí
	P.E.8 - Distritos industriais e de serviços
	P.E.9 - Registro e licenciamento de negócios

(conclusão)

DIMENSÃO	PROJETO
INSTITUCIONAL	P.I.1 - Estruturar a governança regional
	P.I.2 - Uniformizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguari

Fonte: PED Vale do Jaguari 2015-2030, adaptado pela autora, 2019.

A partir do detalhamento do Quadro 4, acima, é possível analisar como as instituições presentes na região do Vale do Jaguari estão atentas às necessidades de apresentar projetos que contribuam para o desenvolvimento da região e qual o nível de contribuição para que essas demandas sejam atendidas. O acompanhamento da execução desses projetos, conforme aponta o PED, fica a cargo do COREDE, sendo este o órgão responsável por monitorar e garantir que o planejamento será cumprido, articulando as instituições e o sistema de consulta popular para que o orçamento participativo do RS esteja voltado à execução do PED.

Sendo assim, como propósito deste estudo, foram apresentados dois documentos institucionais que abordam aspectos para o desenvolvimento da região do COREDE Vale do Jaguari. Esses documentos – o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari – foram constituídos a partir de metodologias similares e apresentam estratégias que buscam o desenvolvimento da região do Vale do Jaguari. Dessa forma, cabe então identificar se há convergência entre esses documentos e se existe alinhamento entre as estratégias propostas, a fim de que os esforços dedicados por cada instituição em busca de um objetivo comum não estejam sobrepostos e limitados ao desenvolvimento. Assim, na sequência será apresentada a análise comparativa do PDI do IFFAR e do PED do COREDE Vale do Jaguari, com o propósito de identificar os aspectos de convergência e divergência dos documentos.

4.1.3 Análise comparativa entre o PDI do IFFAR e do PED do COREDE Vale do Jaguari

Adotando a fase metodológica de recomposição, a partir da identificação dos principais elementos de cada documento, são apresentados os aspectos de convergência e divergência entre o PDI do IFFAR e o PED do COREDE Vale do Jaguari. De acordo com a análise do PDI, realizada no item 4.1.1, a Política de Extensão do IFFAR possui nove objetivos estratégicos voltados para a comunidade externa. O PED do COREDE Vale do Jaguari, por sua vez, conforme visto no item 4.1.2, organiza-se em cinco dimensões. Ao confrontar esses dois documentos, observa-se que Política de Extensão do IFFAR, através de seus objetivos estratégicos, estratégias e diretrizes, está relacionada a quatro, das cinco dimensões previstas no PED do COREDE Vale do Jaguari, sendo elas: ambiental; social; econômica; e institucional. Dessa forma, para atender a um dos objetivos propostos neste estudo, a análise de convergência dos documentos será realizada na sequência, a partir das dimensões institucionais do Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari.

Na **dimensão ambiental**, o PDI do IFFAR busca criar condições para a participação crítica e inserção da instituição nos projetos de desenvolvimento sustentável, prevendo a implantação de incubadoras sociais que levem em conta, além de aspectos relacionados às potencialidades e peculiaridades regionais, o foco na sustentabilidade. Já o PED do COREDE Vale do Jaguari associa suas estratégias, diretrizes e projetos a ações de preservação dos recursos naturais, uso e manejo adequado de agrotóxicos, bem como o incentivo à geração de energias renováveis.

A previsão de estratégias voltadas para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento ambiental sustentável evidencia, além do cumprimento de políticas institucionais, a preocupação da comunidade com a temática, já que ambos os documentos foram construídos de forma coletiva e participativa. Nesse aspecto, Dias e Dias (2017) afirmam que o caminho para a universalização do conhecimento e a promoção do desenvolvimento ambiental perpassa pela educação, voltada para a preservação e o uso sustentável do meio ambiente, de forma que a necessidade de crescimento econômico e produtivo não

provoque danos ambientais, ao mesmo tempo em que proporcione a melhoria da qualidade de vida do produtor rural.

No mesmo sentido, Godard (1997) já afirmava que a noção de desenvolvimento sustentável se estabelece a partir da “conciliação entre desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente do planeta a longo prazo” (GODARD, 1997, *apud* CHAVES e RODRIGUES, 2006, p. 100). Assim, a partir dessas afirmações, se compreende que o IFFAR, enquanto instituição educacional, busca em seu plano de desenvolvimento colaborar com a educação ambiental, no mesmo sentido que o COREDE Vale do Jaguari, em seu plano estratégico, e associa seus projetos para a preservação do meio ambiente.

Diante de tais aspectos, e considerando a vocação do campus Jaguari, que possui eixo tecnológico voltado para a formação em energias renováveis, evidencia-se o potencial dessas instituições para atuarem de forma conjunta em projetos que atendam a premissa de desenvolvimento voltado para a preservação ambiental. No mesmo sentido, o PDI, ao buscar atender demandas, potencialidades e peculiaridades regionais pode estar direcionando projetos para atender as ações de preservação dos recursos naturais, apontadas no PED do COREDE Vale do Jaguari. Ao mesmo tempo, observa-se que ambas as instituições estão alinhadas ao que os autores de embasamento teórico mencionam sobre desenvolvimento regional, no aspecto socioeconômico e sustentável.

A **dimensão social** se apresenta no PDI do IFFAR por meio da extensão, como um sistema aberto à sociedade, buscando atender a demandas postas nessa categoria, no mesmo sentido em que apresenta objetivos voltados para a proposição de projetos que buscam a valorização histórica e cultural da região, a promoção do desenvolvimento sustentável e o estímulo ao esporte e lazer. No PED do COREDE Vale do Jaguari, a dimensão social está relacionada à promoção de melhores condições sociais e de renda à população, com diretrizes voltadas para a diminuição da criminalidade, qualificação da segurança pública, melhoria e ampliação da saúde, assim como a qualificação da educação e promoção de projetos e espaços voltados ao esporte, cultura e lazer.

Feita essa análise, observa-se a convergência dos documentos na dimensão social, tendo um documento institucional voltado para tornar-se um sistema aberto à sociedade, como é o PDI do IFFAR, buscando a valorização da história e cultura da região, e o outro voltado para a promoção de melhores condições sociais e de renda

à população, como faz o PED do COREDE Vale do Jaguari. Esses elementos estão presentes no conceito de empreendedorismo social, apresentado por Melo Neto e Fróes (2002, p. 12), que afirmam que o empreendedorismo social, em seu escopo, objetiva a solução de questões sociais, de impacto coletivo e “produz bens e serviços para a comunidade de modo que esta possa, à medida que adquire outra condição de vida, mais digna, solucionar suas carências e demandas sociais”.

Empreender é somar esforços coletivos, onde as estruturas institucionais e os espaços de representação social e comunitária encontram a sintonia para o estabelecimento do desenvolvimento local. Assim, tem-se o empreendedorismo como uma estratégia para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, regional, que se evidencia na dimensão econômica por meio da inovação e do fortalecimento dos arranjos produtivos locais, como será abordado na sequência.

Na **dimensão econômica**, os documentos apresentam maior similaridade, pois ambos apostam no empreendedorismo como ferramenta de desenvolvimento. O PDI do IFFAR indica objetivos estratégicos voltados para fortalecer o empreendedorismo, por meio de projetos que promovam o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. No mesmo sentido, o PED do COREDE Vale do Jaguari busca por meio do empreendedorismo, inovação, agregação de valor e diversificação da produção, melhorar a competitividade econômica da região.

Com base nisso, o documento propõe projetos que estimulam a cadeia produtiva do agronegócio, desenvolvam cadeias produtivas alternativas, qualifiquem as agroindústrias familiares, micro e pequenas empresas e incentivem a formação de arranjos produtivos empreendedores. Em se tratando da contribuição para o desenvolvimento local do Vale do Jaguari, as estratégias dispostas na Dimensão Econômica de ambos os documentos institucionais corroboram com a visão sobre os Arranjos Produtivos Locais (APL's), trazida por Dallabrida (2017). Segundo o autor, as regiões que adotam a estratégia de estímulo aos APL's têm maiores condições de promover o desenvolvimento, pois o APL compreende uma organização que atua em torno de uma atividade produtiva principal, que envolve e articula diversas empresas do mesmo ramo ou de áreas correlatas e possibilita a interação e cooperação com outros atores locais, dentre eles as instituições de ensino.

Diante disso, o fortalecimento e estímulo à estruturação dos arranjos produtivos locais, prevista no PDI do IFFAR e no PED do COREDE, podem ser vista

como uma importante estratégia para o desenvolvimento econômico da região do Vale do Jaguari. Na sequência apresentaremos a dimensão institucional, marco significativo que busca estabelecer uma identidade colaborativa entre o IFFAR e COREDE.

Na **dimensão institucional**, o PDI do IFFAR busca atuar a partir de estudos e diagnósticos que apontam as principais demandas regionais, buscando valorizar projetos de pesquisa e extensão que atuam de forma interinstitucional. Essa relação é vista nas diretrizes do PED do COREDE Vale do Jaguari dessa dimensão, que acrescenta tópicos na formação de lideranças locais, setoriais e regionais, por meio da governança regional. A interinstitucionalidade das ações primeiro depende da compreensão dos atores sociais sobre o seu papel de representação e de gestão social, como já é apresentado no referencial, em que se traz o conceito de gestão social, segundo Tenório (2011), voltado para a descentralização e participação cidadã, por meio da gerência dos espaços públicos e dos arranjos institucionais, de forma participativa, em que o processo decisório é exercido pelos diferentes atores envolvidos.

Nesse sentido, a “governança territorial articula-se com a gestão social na medida em que ambas compartilham a ideia da inserção da ação coletiva organizada na participação e decisão do destino dos rumos da sociedade” (DALLABRIDA, 2011, p. 19). Por esse motivo, a valorização de projetos – seja de extensão ou de pesquisa – que atuam de forma interinstitucional e que promovam a formação, capacitação e diálogo entre as lideranças locais pode ser vista como uma importante estratégia institucional para se constituir a governança territorial. Assim, tanto o IFFAR quanto o COREDE Vale do Jaguari, ao estabelecer ações voltadas a essa finalidade de interlocução e aproximação institucional, sinalizam o primeiro passo para o processo de governança territorial com vista ao desenvolvimento.

Contudo, outra análise importante que se faz em relação a interação entre o COREDE Vale do Jaguari e o IFFAR, no sentido da prática de ações destinadas ao desenvolvimento regional, é a presença do IFFAR nos projetos estratégicos para o desenvolvimento do Vale do Jaguari, compreendidos na Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari. A análise realizada diz respeito a três possibilidades de inserção do IFFAR nos projetos: como a equipe do projeto; como órgão público envolvido; ou como organização parceira. Para ilustrar essa avaliação, no Quadro 5,

abaixo, estão relacionados os projetos em que o IFFAR está inserido e o nível de responsabilidade conforme classificação mencionada anteriormente.

Quadro 5 - Participação do IFFAR na Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari

DIMENSÃO	PROJETO	NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DO IFFAR
AMBIENTAL	P.A.4 - Uso e manejo de agrotóxicos	Organização Parceira
ECONÔMICA	P.E.4 - Sistema de atenção à sanidade agropecuária	Organização Parceira
	P.E.5 - Produção de frutas e olerícolas em ambiente protegido e irrigado	Equipe do Projeto
	P.E.6 - Interação Universidade-Empresa para desenvolvimento tecnológico	Equipe do Projeto
INSTITUCIONAL	P.I.1 - Estruturar a governança regional	Equipe do Projeto

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Diante de tais considerações, é possível identificar que apesar de ocorrer convergência entre algumas estratégias do PDI do IFFAR e do PED do COREDE Vale do Jaguari, ainda existem diversas lacunas que podem ser exploradas. Ao comparar o Quadro 5 com o Quadro 4, que apresenta a Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari, observamos que dos 27 projetos definidos pelo COREDE, a partir de demandas das comunidades, o IFFAR está inserido em apenas cinco. Se olharmos para os eixos de atuação dos Campi Jaguari e São Vicente do Sul, assim como para as Estratégias da Política de Extensão do IFFAR, apontadas no Quadro 3, podemos observar que o IFFAR poderia estar inserido em projetos de todas as dimensões de desenvolvimento da Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari.

Entretanto, é importante considerar que o PDI do IFFAR representa o planejamento de toda a instituição, atualmente composta por 12 unidades – considerando um *campus* avançado e a Reitoria – e está presente em oito regiões delimitadas por COREDE's. Dessa forma, é provável que peculiaridades regionais não estejam dispostas neste documento, pois o nível de planejamento é macro institucional. Contudo, como o desenvolvimento das regiões em que o IFFAR atua é um dos objetivos da política institucional dos Institutos Federais, é importante que os

Campi estejam inseridos no Plano de Desenvolvimento destas regiões, desde a construção de políticas públicas quanto na execução de projetos e ações que promovam o seu desenvolvimento. Aos gestores do IFFAR, principalmente os que estão a frente da extensão e da pesquisa, pode ser atribuído o papel de atores sociais, apontados por Vázquez-Barquero (2009), como sendo os atores públicos e privados responsáveis pela articulação para a execução de programas e iniciativas de desenvolvimento coordenadas e integradas, em que o autor denomina como capacidade de organização dos atores sociais. A atuação desses atores sociais junto ao COREDE é de fundamental importância para que as estratégias institucionais de integração e articulação com a sociedade apontadas no PDI do IFFAR sejam consolidadas e para que a instituição consiga contribuir com a missão regional de desenvolvimento indicadas no PED do COREDE Vale do Jaguari.

Como visto nesta seção, o presente estudo evidencia a importância dessas duas instituições para o desenvolvimento da região do Vale do Jaguari, pois são espaços que oportunizam a participação cidadã na construção de estratégias para o desenvolvimento local, como é o caso do COREDE, assim como atua com formação de agentes participativos, através do compromisso institucional como ensino, pesquisa e extensão, estabelecidos na missão do IFFAR. Diante de tais aspectos, feita a análise dos documentos, observa-se que o IFFAR pode estar presente em diversas frentes de atuação do COREDE Vale do Jaguari, proporcionando, através dos eixos tecnológicos atuantes, a qualificação dos projetos propostos no PED do COREDE Vale do Jaguari.

Entretanto, apesar de ter observado a consonância entre os dois documentos institucionais – PDI do IFFAR e o PED do COREDE Vale do Jaguari – em grande parte das dimensões, pouco se notou a interação dessas instituições na construção de suas ações, como foi visto em relação a inserção do IFFAR na carteira de projetos do COREDE Vale do Jaguari. Dando sequência a análise, será visto nas próximas seções como os projetos de extensão executados pelo IFFAR, dos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, foram constituídos e se os mesmos contemplaram as estratégias institucionais previstas na Política de Extensão do IFFAR, assim como foi analisado e a quais demandas sociais, advindas do COREDE Vale do Jaguari, esses projetos atenderam.

4.2 ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFFAR - *CAMPI* JAGUARI E SÃO VICENTE DO SUL

A seção anterior nos fez compreender que a região do COREDE Vale do Jaguari busca, por meio do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, ser uma região reconhecida pela atuação integrada e governança local, assim como uma região empreendedora e que proporciona o acesso à educação, saúde e segurança pública, com qualidade. No mesmo sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR, projetado para o período de 2014-2018, pretende, por meio da missão e visão institucional, ser referência na promoção da educação profissional, científica e tecnológica, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral e no desenvolvimento sustentável (PDI IFFAR 2014-2018, p. 23).

Isso implica em afirmar que o IFFAR se propõe a atuar de forma integrada na região em que está inserida através de seus *campi* e por meio das possibilidades criadas pelos projetos. Dessa forma, o segundo objetivo específico deste estudo busca analisar os projetos de extensão desenvolvidos pelo IFFAR, nos *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul, no período de 2014 a 2017, compreendendo a forma como esses projetos foram constituídos e se os mesmos contemplam as demandas do COREDE Vale do Jaguari, no sentido de viabilizar ações que possam ir ao encontro do desenvolvimento regional.

Seguindo a recomendação metodológica adotada nesta pesquisa, conforme consta no capítulo referente à metodologia do presente estudo, os projetos de extensão desenvolvidos pelos *campi* passaram pelas cinco fases de análise proposta por Yin (2016) – compilação, decomposição, recomposição, interpretação e conclusão. A primeira fase (compilação) incluiu a coleta dos dados, em que os projetos realizados nos anos de 2014 e 2015 foram obtidos junto às Coordenações de Extensão dos *Campi* e os projetos realizados nos anos de 2016 e 2017 foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Após a compilação dos arquivos, iniciou-se a fase de decomposição e recomposição dos dados, onde, a partir da leitura dos projetos, as informações foram decompostas em uma planilha, na qual foi atribuído um código a cada projeto e foram extraídas informações a respeito do público-alvo, área e linha temática.

Após a fase de recomposição, passou-se para a interpretação dos projetos quanto às questões norteadoras, elaboradas a fim de identificar quais os aspectos relacionados ao desenvolvimento regional esses projetos atendem. Essas fases de recomposição e interpretação foram reiniciadas diversas vezes durante o estudo e, por vezes, foi retomada a fase de decomposição, como orienta o metodologia adotada. Isso ocorreu, em virtude de dificuldades inicialmente encontradas em manter o mesmo padrão de análise, pois as questões norteadoras são relativamente extensas e complexas, podendo apontar várias possibilidades de interpretação.

Desse modo, a avaliação dos projetos em relação a cada questão norteadora foi retomada diversas vezes, a fim de criar um padrão de análise que não prejudicasse os projetos em avaliação. Por fim, a fase de conclusão contempla a demonstração gráfica e de quadros, que serão vistos na sequência, os quais ilustram os resultados obtidos na análise e possibilitam identificar como o IFFAR, através dos *Campi Jaguari* e *São Vicente do Sul*, vem atuando junto ao COREDE Vale do Jaguari, em relação aos projetos de extensão e as demandas apontadas por este conselho.

4.2.1 Classificação dos projetos em relação ao público-alvo, área e linha temática da extensão.

Realizada a compilação dos projetos junto às Coordenações de Extensão dos *Campi Jaguari* e *São Vicente do Sul*, dos anos de 2014 e 2015, e após a busca realizada no SIGAA dos anos de 2016 e 2017, obteve-se o total de 84 projetos de extensão cadastrados. Porém, como o foco de análise está voltado aos projetos executados no período de 2014 a 2017, foi necessário dialogar com os responsáveis pelas coordenações, a fim de identificar possíveis divergências em relação a situação dos projetos no sistema. Dessa forma, chegou-se ao número de 74 projetos para análise, sendo 65 do *Campus São Vicente do Sul* e 9 do *Campus Jaguari*. Ainda, vale destacar que 14 destes projetos foram reofertados em outros anos, mas esse fato não alterou o quantitativo da análise, pois compreendeu-se que os projetos poderiam apresentar características, finalidades ou público-alvo distintos a cada oferta.

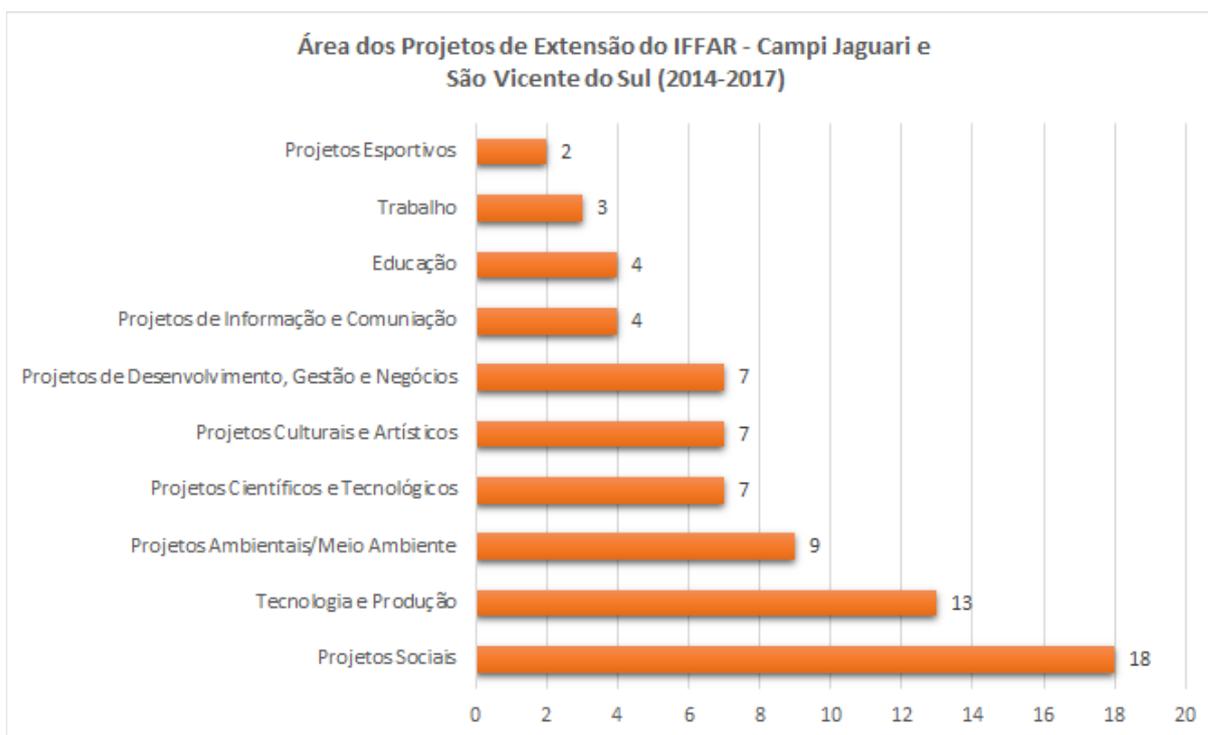
Os projetos de extensão são uma das modalidades de ações de extensão do IFFAR, caracterizados, conforme a Resolução CONSUP nº 046/2016, como um

“conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses) de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. O cadastro dos projetos ocorre por meio de Edital e esses podem ou não receber financiamento institucional para a sua execução, através de edital específico para fomento. Conforme a Resolução CONSUP nº 047/2016, a base do fomento anual para os projetos e ações de extensão compreendem a 1,5% do orçamento de custeio de cada *campus*. Entre os *Campi* São Vicente do Sul e Jaguari esse valor somou no ano de 2017, aproximadamente, R\$ 83,5 mil no orçamento, destinado ao fomento de projetos e ações de extensão que estejam alinhadas à Política de Extensão do IFFAR e promovam o desenvolvimento local e regional.

As áreas e linhas temáticas dos projetos são determinadas no Edital de Cadastro das Ações de Extensão e seguem as orientações do FORPROEXT. Entretanto, nos anos de análise não se manteve o mesmo padrão de classificação das áreas e a partir do ano de 2016, com o cadastro dos projetos no sistema SIGAA, as áreas dos projetos também foram vinculadas a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dessa forma, para realizar a análise das áreas de desenvolvimento dos projetos de extensão, primeiramente foi realizada a classificação, de acordo com a informação contida no projeto, e após foi feito o agrupamento das áreas similares, para demonstração. Por exemplo, projetos realizados nos anos de 2014 ou 2015 e que foram classificados como “projetos ambientais” estão agrupados com os projetos desenvolvidos nos anos de 2016 ou 2017 e que foram classificados na área de “meio ambiente”.

Em relação às linhas temáticas, os editais preveem mais de 50 linhas de atuação dos projetos, as quais se mantiveram inalteradas no período de análise. O Gráfico 1, a seguir, demonstra as áreas dos projetos submetidos e executados pelo IFFAR nos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, no período de 2014 a 2017 e, na sequência, o Gráfico 2 contempla as principais linhas temáticas desenvolvidas no período de análise.

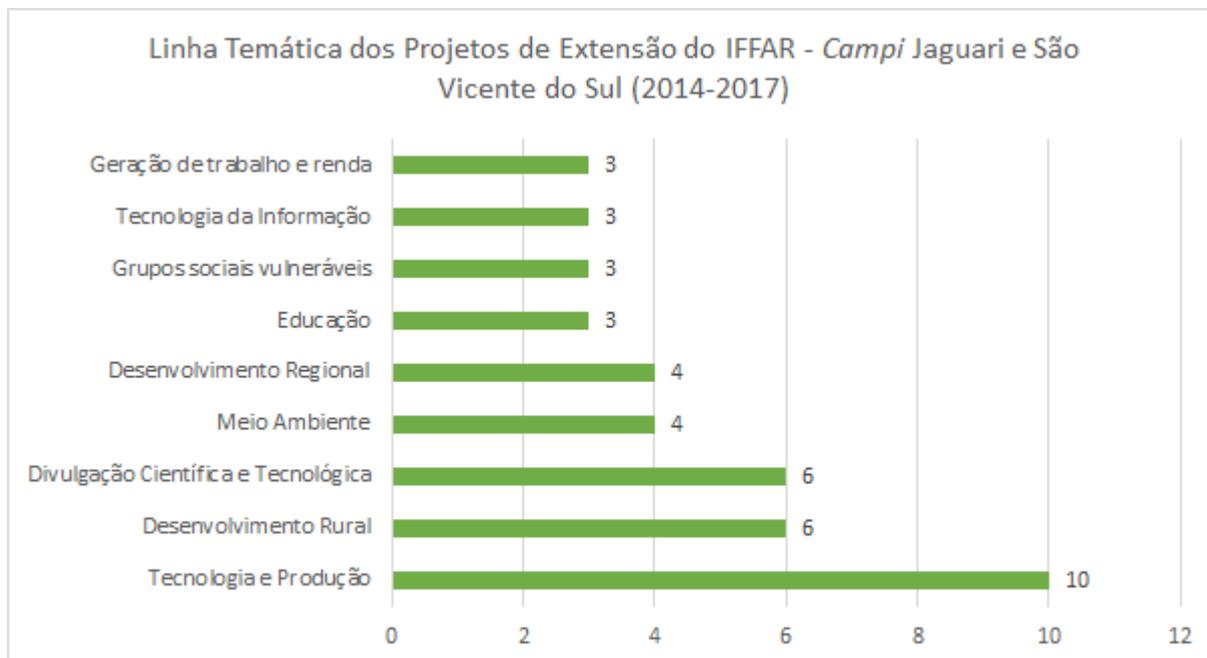
Gráfico 1 - Área dos Projetos de Extensão do IFFAR - *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul (2014-2017)



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

A partir da análise do Gráfico 1 é possível observar que os projetos de extensão dos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul concentram-se principalmente na área de projetos sociais (18), de tecnologia e produção (13) e meio ambiente (09). As linhas temáticas que mais aparecem nos documentos relacionam-se, conforme mostra o Gráfico 2, na área de tecnologia e produção, desenvolvimento rural, divulgação científica e tecnológica, meio ambiente e desenvolvimento regional, as quais, juntas, somam 30 projetos realizados no período de análise.

Gráfico 2 - Linha Temática dos Projetos de Extensão do IFFAR - *Campi Jaguari e São Vicente do Sul* (2014-2017)



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

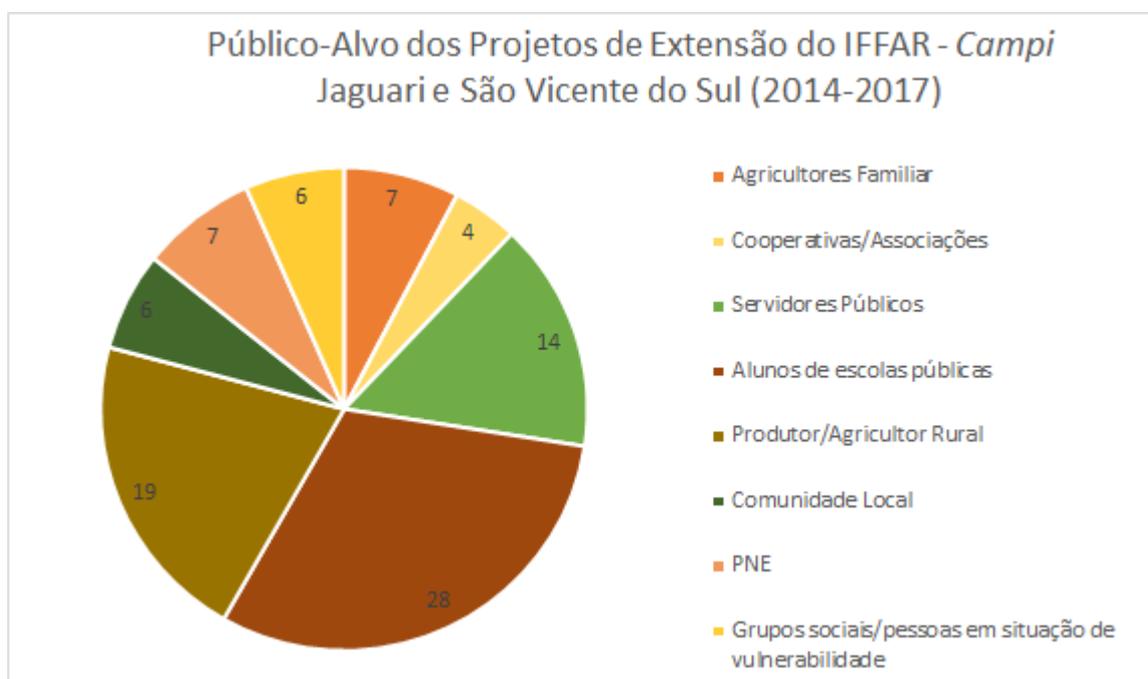
Em virtude de as áreas e linhas temáticas serem determinadas por edital para o cadastro dos projetos, é importante considerar que pode haver projetos que estejam cadastrados em uma área ou linha temática que não esteja diretamente relacionada com o propósito do projeto. Por isso, faz-se necessário aprofundar a análise, a fim de identificar, principalmente as áreas e linhas que há mais concentração de projetos, e quais são os objetivos da ação e se estes estão compreendidos na área e linha indicadas. Porém, esse nível de análise não está compreendido nos objetivos deste estudo.

Outro dado importante analisado indica que dos 74 projetos de extensão executados pelos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul no período de 2014 a 2017, 53 receberam fomento institucional, por meio de editais específicos para a concessão de bolsas e/ou apoio financeiro aos projetos, enquanto 21 projetos foram executados sem o aporte de recursos financeiros da instituição. Alguns dos critérios de avaliação para a concessão de fomento, observado nos últimos editais, foram: contexto e justificativa, objetivos e resultados esperados, qualidade metodológica, impacto social, plano de trabalho do bolsista, consistência do cronograma de execução, acompanhamento e avaliação da ação e adequação orçamentária da proposta.

Além desses fatores, os editais determinaram áreas prioritárias para o desenvolvimento de ações de extensão, as quais, conforme consta nos editais de fomento, não sofreram alterações nos últimos anos, sendo elas: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho. Dessa forma, a concentração de projetos de extensão nas áreas e linhas temáticas voltadas para projetos sociais, tecnologia e produção e meio ambiente se justifica em relação às áreas prioritárias determinadas pelos editais.

No que se refere ao público-alvo, uma das dificuldades em determinar a classificação de cada projeto esteve associada ao fato de que vários projetos destinaram-se a públicos distintos, a exemplo de um mesmo projeto ter como público-alvo “gestores públicos, instituições não governamentais, servidores públicos, grupos organizados e associações (rural e urbano)” ou outro ser destinado a “educandos de escolas públicas e crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade e com necessidades educacionais especiais”. Percebe-se, desse modo, que no mesmo projeto podem ser identificadas mais de uma categoria de público-alvo, o que pode ser questionado a real eficácia de atendimento do projeto. O Gráfico 3, abaixo, demonstra que os projetos, em sua maioria, estiveram voltados para atender aos produtores rurais, alunos de escolas públicas e servidores públicos, estes, por sua vez, na maioria dos casos integrados aos projetos destinados aos alunos de escolas públicas.

Gráfico 3 - Público-Alvo dos Projetos de Extensão do IFFAR - *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul (2014-2017)



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Outro fator importante e determinante para a classificação do público-alvo esteve relacionado a especificação da localização desse público. Houve projetos que indicam como local de realização somente a região e outros determinaram como “comunidade local” ou “comunidade em geral”, o que, de certa forma, não limita a aplicabilidade do projeto e não gera parâmetros para uma avaliação de impacto dos mesmos.

Essas indicações aparecem sozinhas, como no caso da comunidade local expressa no Gráfico 3, com seis projetos, ou junto a outra categoria de público, como por exemplo, um projeto que se destina a “pequenos agricultores, produtores de alimentos artesanais e comunidade local” ou outro que é voltado para “público geral com ênfase nos alunos das escolas da região”. Diante disso, evidencia-se a necessidade de aprimorar a elaboração dos projetos, orientando os proponentes a delimitarem o público-alvo e, a partir das prioridades institucionais e demandas locais, poderem direcionar o projeto para atender as estratégias de desenvolvimento contidas nos documentos institucionais norteadores.

A origem da demanda dos projetos de extensão é outro dado importante para análise, pois busca identificar de que forma a comunidade manifesta suas demandas e como os órgãos de controle e representação social estão atuando na articulação

entre comunidade e instituição. Nesse aspecto, percebeu-se uma lacuna processual no cadastro dos projetos, pois não há um local específico para conter essa informação. Por isso, a maioria dos projetos não menciona a origem da proposta, mesmo que essa informação pudesse estar inserida na justificativa de realização.

Contudo, grande parte dos projetos propostos tem por objetivo divulgar a instituição e seus cursos ofertados, assim como proporcionar um ambiente diferenciado de aprendizagem aos alunos que se envolvem nesses projetos, como alternativa de formação prática. Dos projetos que apresentaram a origem da demanda, esta foi oriunda principalmente da solicitação das escolas e interna - indicada por servidores e estudantes dos *campi*, conforme aponta o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Origem da demanda dos Projetos de Extensão do IFFAR - *Campi Jaguari e São Vicente do Sul* (2014-2017)



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Diante disso, percebe-se novamente a necessidade de aprimoramento da elaboração dos projetos, no mesmo sentido do que foi abordado em relação à delimitação do público-alvo. A inclusão desse tipo de informação no escopo dos projetos, como é o caso do público-alvo e origem da demanda, são de fundamental importância para justificar o seu desenvolvimento, além de possibilitar demonstrar quantitativamente a eficiência e eficácia institucional em relação aos objetivos propostos com a Política de Extensão, deixando claro no mesmo sentido uma linha

de comunicação mais efetiva entre o IFFAR e o COREDE Vale do Jaguari, e a relação das instituições demandantes das ações de extensão com o próprio conselho.

4.2.2 Relação entre os projetos de extensão e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR.

Com o propósito de atender os referenciais estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR, compreendidos pela missão e visão institucional, principalmente aqueles relacionados à Política de Extensão do IFFAR, é importante que os projetos submetidos e executados estejam alinhados aos objetivos, estratégias e diretrizes do PDI. A partir da análise e desdobramentos do PDI do IFFAR tornou-se possível identificar em cada projeto a sua relação com o plano, mesmo que essa informação não estivesse expressa na descrição do projeto, fato que ocorre na maioria dos projetos analisados.

O primeiro fator de análise em relação aos projetos de extensão e o PDI do IFFAR foi em referência a menção do documento no projeto. Do total de projetos analisados, apenas sete fizeram referência ao PDI, mesmo que de forma singular, ou seja, sem aprofundar a relação do projeto para o cumprimento da Política de Extensão da instituição. Entende-se, dessa forma, que os proponentes de projetos ao elaborarem as propostas não estão buscando referências no Plano de Desenvolvimento Institucional, no sentido de alinhar o interesse extensionista com as perspectivas institucionais. Na sequência, foi analisado em que aspectos os projetos de extensão convergiram com a Política de Extensão, mesmo que os proponentes não tenham buscado essa referência para a proposição e execução da proposta.

No que se refere aos objetivos estratégicos da Política de Extensão, para a análise proposta neste estudo nove objetivos – descritos na seção 4.1.1 – foram adotados, pois foram considerados os que apresentam possibilidade de gerar impacto externo para a comunidade. Do total de projetos analisados (74), 28 estiveram relacionados a um objetivo estratégico da Política de Extensão, enquanto 34 estiveram relacionados a dois ou mais objetivos e 12 não apresentaram relação a nem um dos objetivos de impacto externo da Política de Extensão. Para identificar e classificar os projetos de extensão foi atribuído um código a cada objetivo

estratégico, conforme recomenda a fase de recomposição, descrita na metodologia deste estudo, nominando cada objetivo estratégico adotado como O.E.1; O.E.2; O.E.3; e assim sucessivamente.

Sendo assim, dentre os objetivos estratégicos da Política de Extensão do IFFAR o que mais apresentou projetos associados foi o O.E.4, com 29 projetos enquadrados. Este objetivo consiste em “propiciar à sociedade o acesso ao Instituto Federal Farroupilha, estabelecendo um processo permanente de debates e vivências entre ambos”. Após esteve o O.E.1, que busca “constituir a extensão como sistema aberto à sociedade, articulada e sensível aos seus problemas em nível local, regional e nacional, atenta às demandas sociais”, com 26 projetos relacionados. O objetivo O.E.9, que visa “disponibilizar à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos de diversas naturezas” teve 17 projetos de extensão relacionados para atender a essa premissa. Já os objetivos estratégicos O.E.2 e O.E.8 não apresentaram projetos relacionados, pois o O.E.2 está voltado para um diagnóstico sobre as principais demandas regionais e o O.E.8 para realização de eventos que possam integrar as atividades desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão e não houve projetos realizados no período de análise que atendessem a esses propósitos.

No que se refere a estratégias e diretrizes - detalhadas no Quadro 3 (p. 63) - as quais tem o propósito do desenvolvimento regional, e considerando a análise dos projetos de extensão que são objeto deste estudo, constatou-se que 28 projetos não possuem correlação com as estratégias e diretrizes apontadas no PDI do IFFAR. Dos projetos que apresentaram relação, grande parte (26) concentrou-se na estratégia E1, que está voltada para os arranjos produtivos, sociais e culturais e na diretriz D2, que busca contribuir na indução de arranjos produtivos, sociais e culturais a partir dos ativos de competências dos *Campi* do IFFAR.

Já em relação às Dimensões Operativas, conforme consta no Quadro 2 da seção anterior, os projetos estiveram mais relacionados nas dimensões de desenvolvimento tecnológico, que foi possível classificar 24 projetos; na dimensão de projetos sociais, que apresentou 22 projetos relacionados; e na dimensão operativa de projetos ambientais, que teve 17 projetos atendendo a essa característica. Esse resultado da análise corrobora com a classificação dos projetos quanto às áreas da extensão, vista no item anterior, pois a definição dessas áreas

segue o modelo de organização do FORPROEXT, apontado pelas dimensões operativas.

Diante desses fatores, em relação à análise de como foram constituídos os projetos de extensão do IFFAR nos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, é possível concluir que os projetos realizados no período de análise (2014-2017) estão em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Instituição, pois do total de 74 projetos, em apenas seis não foi possível identificar relação com os níveis de análise. Os projetos, em sua maioria, são voltados para a área social, de tecnologia e produção e de meio ambiente. Nas linhas temáticas, a maioria está concentrada na linha de tecnologia e produção, de desenvolvimento rural, de divulgação científica e tecnológica, de meio ambiente e de desenvolvimento regional. Entretanto, convém destacar que muitos projetos tiveram como objetivo divulgar a instituição e seus cursos ofertados, assim como proporcionar um ambiente diferenciado de aprendizagem aos alunos. Porém, esses propósitos não aparecem dentre os objetivos estratégicos da Política de Extensão do IFFAR, o que desvia, de certa forma, a finalidade da ação extensionista.

Ainda, salienta-se que maioria dos projetos realizados recebeu fomento institucional e, apesar das dificuldades de definição do público-alvo, os projetos atenderam mais a produtores rurais, alunos de escolas públicas e servidores públicos. Em relação aos aspectos de referência ao PDI, os projetos de extensão realizados estiveram relacionados principalmente para proporcionar à sociedade o acesso ao IFFAR, através de um processo permanente de debates e vivências, assim como se tornar um sistema aberto à sociedade e atento às demandas sociais. Nesse contexto, esses projetos também estiveram, em sua maior parte, relacionados a estratégias de desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais e a diretrizes que buscassem contribuir na indução desses arranjos a partir dos ativos de competências dos *Campi* do IFFAR.

4.2.3 Análise dos projetos em relação aos elementos teóricos do tema

A análise dos projetos de extensão em relação aos elementos teóricos apontado sobre o tema desenvolvimento regional buscou identificar de que forma os projetos contribuíram para o desenvolvimento do Vale do Jaguari. Nesse sentido, utilizando das questões norteadoras para análise dos projetos, estabelecidas no

Quadro 1 da metodologia (p. 54), apresenta-se a Tabela 1, a seguir, em que a partir da avaliação dos projetos foi possível identificar em quais aspectos teóricos os mesmos estão enquadrados.

Tabela 1 - Resultado da análise dos 74 projetos de extensão em relação aos aspectos teóricos sobre o desenvolvimento.

Questão norteadora de análise	SIM	NÃO
i) O projeto destina-se ao desenvolvimento de ações que reflitam em possibilidades de aumento de renda, através da relação trabalho-renda?	30	44
ii) Os resultados esperados com o projeto relacionam-se a questões de ordem política, sendo estas compreendidas através da responsabilidade do Estado, por meio de proposições de políticas públicas? (educação, segurança, saúde...)	19	55
iii) O projeto relaciona-se ao desenvolvimento ou melhoria das necessidades de cunho humano e social? (saúde, educação, transporte, alimentação, lazer...) Qual(is)?	54	20
iv) O projeto contempla a participação da sociedade na sua ação no controle social, bem como na construção de políticas interventivas?	16	58
v) O projeto apresenta perspectivas de distribuição de renda junto ao público contemplado?	2	72
vi) O projeto destina-se a ações que fomentam o empreendedorismo local ou regional?	22	52
vii) O projeto contempla em suas ações ou espera contribuir com o desenvolvimento tecnológico?	17	57
viii) O projeto objetiva ou apresenta ações que reflitam na produção e difusão de conhecimentos, visando proporcionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável em âmbito local e regional?	59	15
ix) O projeto contempla ações e atividades que possam dar visibilidade à organização da vida social e cotidiana dos sujeitos envolvidos no território que os mesmos ocupam?	19	55

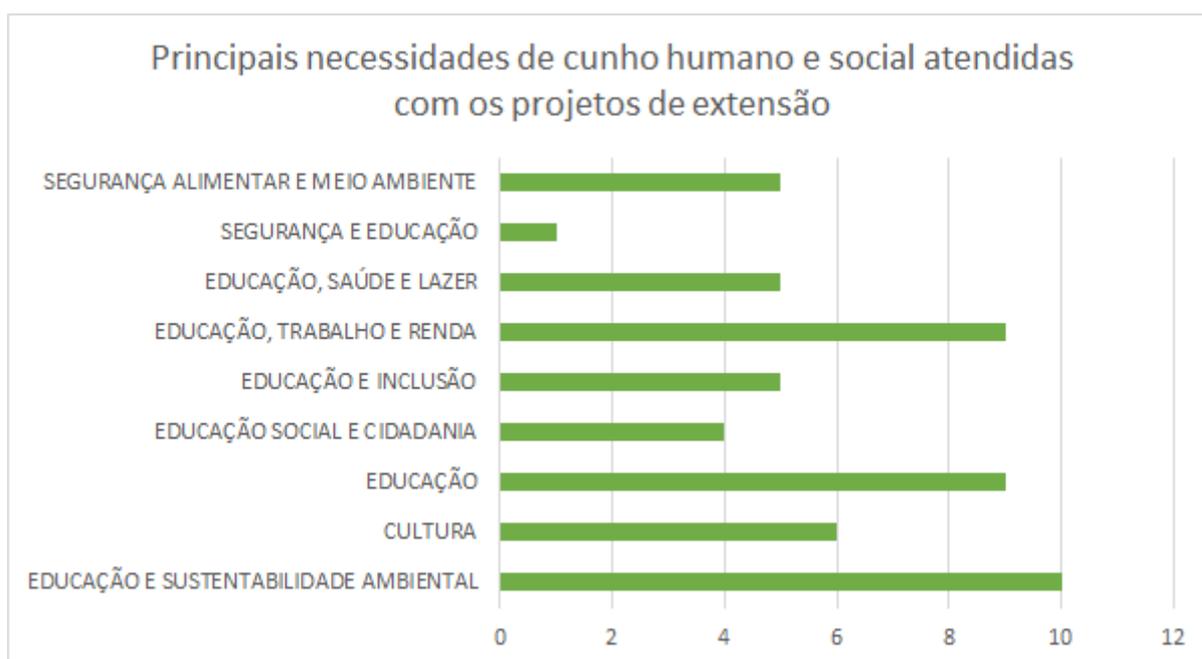
Fonte: elaborada pela autora, 2019.

A elaboração das questões norteadoras seguiu o quadro conceitual sobre o tema desenvolvimento, indicado na metodologia deste trabalho (Apêndice A), que sistematizou as principais definições sobre o tema desenvolvimento regional, a partir da visão dos autores de referência, como Schumpeter (1988), Furtado (1961), Boisier (2001, 2005), Oliveira (2002) e Dallabrida (2017). A partir do entendimento e

definição das categorias teóricas de cada conceito, chegou-se a nove questões de análise, dispostas na tabela acima, em relação aos aspectos que atendem as categorias teóricas sobre desenvolvimento regional.

Diante disso, observada a Tabela 1 (p. 88), é possível afirmar que os projetos de extensão desenvolvidos pelo IFFAR, nos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, atenderam somente as categorias teóricas de política, humana e social, apresentada pelos autores. Ao observar que a maioria dos projetos realizados relacionou-se aos aspectos de desenvolvimento ou melhoria das necessidades de cunho humano e social, sustenta-se o conceito sobre desenvolvimento apontado por Oliveira (2002, p. 40) que afirma que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”, conquistado a partir do aumento das condições sociais e de renda, transformadas para satisfazer necessidades de saúde, educação, habitação, entre outras. Dentre as principais necessidades atendidas com os projetos, a partir das categorias que emergiram da análise, o Gráfico 5 ilustra que os projetos atenderam, em sua maioria, as necessidades voltadas para a educação, sustentabilidade ambiental, trabalho e renda.

Gráfico 5 - Principais necessidades de cunho humano e social atendidas com os projetos de extensão



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Entretanto, mesmo que alguns projetos tenham atendido a essas necessidades, se formos analisar as possibilidades de incremento de renda que os projetos poderiam fomentar, por meio do empreendedorismo, por exemplo, analisado na questão VI da Tabela 1, observa-se que apenas 22 projetos contemplaram ações de incentivo ao empreendedorismo. O mesmo se observa na questão I, em que somente 30 projetos destinaram-se a ações que refletissem possibilidades de aumento de renda, através da relação trabalho-renda. Contrapondo a este dado, na questão VIII foi identificado que 59 projetos apresentaram ações voltadas para a produção e difusão do conhecimento, estando estes direcionados para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável.

Dessa forma, é possível identificar uma lacuna de diálogo entre os proponentes dos projetos, tendo em vista que a maioria realiza a difusão do conhecimento, mas que não se consolida no atendimento das demandas de cunho social. Nesse sentido, convém destacar a importância da participação da sociedade na construção dessas ações de extensão, visando a continuidade dos resultados, mesmo após a finalização do projeto. Contudo, como aponta a Tabela 1, apenas 16 projetos contemplaram a participação da sociedade na elaboração e construção de políticas interventivas, o que aponta para mais uma lacuna existente para a efetiva contribuição institucional com o desenvolvimento regional do Vale do Jaguari.

A partir da análise realizada nesta seção, pode-se constatar que os projetos de extensão foram, em sua grande maioria, voltados para a área social, de tecnologia e produção, e de meio ambiente, e atuaram nas linhas temáticas de desenvolvimento rural, na divulgação científica e tecnológica, meio ambiente e desenvolvimento regional. Porém, apesar de terem oportunizado a difusão de conhecimentos, dos projetos de extensão analisados poucos atenderam aos aspectos teóricos sobre desenvolvimento regional, elencados a partir do quadro conceitual sobre a temática. Além disso, pode-se identificar a necessidade de aprimoramento da elaboração dos projetos, no sentido da melhor definição do público-alvo e origem da demanda, assim como na sua justificativa e fundamentação, buscando consonância com as estratégias institucionais, com as demandas sociais emergidas dos órgãos de representação comunitária e a participação da comunidade na construção dessas ações.

Sendo assim, dando sequência ao propósito deste estudo, a próxima seção trará os resultados da análise dos projetos em relação ao atendimento das

demandas sociais, a partir de documentos do COREDE Vale do Jaguari que elucidam essas necessidades. Dessa forma, têm-se as atas das assembleias e reuniões deste conselho, o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento e demais documentos como sendo a principal fonte de pesquisa e análise.

4.3 RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFFAR E AS DEMANDAS SOCIAIS DO COREDE VALE DO JAGUARI.

A partir do referencial teórico deste estudo observou-se que a gestão social representa um conjunto de ações e processos sociais articulados, capazes de transformar uma realidade territorial. No mesmo sentido, a partir da visão de Bandeira (2011), vimos que a abrangência territorial de uma região, bem como a articulação e mobilização dos atores locais, são fatores importantes para que as regiões tenham relevância de caráter social, político e econômico, trazendo condições para a sustentabilidade e para a aplicação de novos modelos de governança do território.

Dessa forma, sendo o COREDE um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional harmônico e sustentável e a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos, compreende-se a importância da atuação desse conselho na identificação das demandas sociais e na articulação entre os atores locais para a promoção do desenvolvimento regional. Diante de tais considerações, esta seção pretende identificar a relação dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFFAR nos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul com as demandas apontadas pelo COREDE Vale do Jaguari, compreendendo que a relação desses projetos com as demandas sociais da região é um fator importante para a promoção do desenvolvimento regional.

Para realizar essa análise foram adotadas as fases de compilação, decomposição, recomposição, interpretação e conclusão, indicadas na metodologia desta pesquisa. Assim, em um primeiro momento se considerou que as demandas sociais da região seriam identificadas nas atas das reuniões e assembleias do COREDE Vale do Jaguari, em virtude de que o conselho reúne representantes, tidos como os atores sociais, de todos os municípios integrantes da região. Assim, entende-se que esses representantes, integrantes do COREDE Vale do Jaguari, seriam os responsáveis por trazer as demandas sociais de cada município, as quais

seriam analisadas de acordo com o tema, público atendido, impacto no desenvolvimento, relação com as prioridades regionais, dentre outros aspectos, e seriam transformadas ou em demandas regionais ou demandas pontuais para buscar o seu atendimento junto ao governo do estado, instituições de ensino ou representantes da região junto ao governo estadual ou federal.

Entretanto, ao coletar o material observou-se que a análise não tomaria o caminho traçado metodologicamente, em virtude do formato desses documentos (atas) e da carência de informações. As atas coletadas passaram por uma organização inicial, sendo reorganizadas por ano, em virtude de que os arquivos disponíveis estavam fora de ordem e alguns incompletos ou repetidos, sendo estes excluídos. Observou-se que as atas não possuem uma numeração e ordem padrão, havendo registros nominados como atas e outros como “ata da assembleia municipal - orçamento 20xx”, ou como “ata assembleia regional” e, ainda, “ata de fórum regional de delegados”.

Foi identificado o total de 47 atas, sendo 11 de assembleias e reuniões realizadas no ano de 2014; 14 referentes ao ano de 2015; 12 do ano de 2016; e 10 do ano de 2017. Todas as atas registraram prioritariamente as discussões sobre o processo de participação popular e cidadã que trata a Consulta Popular¹⁷, realizada anualmente pelo Governo Estadual do RS, que recebe o auxílio dos COREDEs. Como metodologia para participação popular, os COREDEs coordenam uma assembleia regional com a comunidade da região e representantes no conselho, a fim de definir até 15 áreas prioritárias para investimentos, das quais serão destinados recursos para as 4 áreas mais votadas. Após essa definição, são realizadas assembleias municipais junto com a comunidade local, para definir quais áreas são mais importantes para o município.

Apenas nos registros do ano de 2014 foi possível identificar áreas consideradas prioritárias para os municípios da região do Vale do Jaguari, mas referentes ao processo de consulta popular para distribuição orçamentária. Foram analisados 11 documentos, entre atas de reuniões e atas de assembleias municipais, dentre os quais as principais áreas elencadas como prioritárias para o

¹⁷ O processo de Consulta Popular foi instituído no Estado do Rio Grande do Sul em 1998, por meio da Lei nº 11.179, onde a população define diretamente parte dos investimentos e serviços que constarão no orçamento do Estado. Anualmente o Governo do Estado fixa o valor submetido à deliberação da população. Este valor é distribuído entre as 28 Regiões do Estado, de acordo com critérios como a população de cada região e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Fonte: <http://www.participa.rs.gov.br>

Vale do Jaguari foram: Cultura e Inclusão Digital; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Rural; Saúde; Segurança Pública e Defesa Civil; Irrigação; Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Política para as Mulheres; Esporte, Lazer e Turismo; Habitação, Desenvolvimento Urbano e Saneamento; Educação Básica, Profissional e Regional.

Contudo, o principal assunto tratado nas assembleias e reuniões relatadas nas atas do COREDE Vale do Jaguari está relacionado ao processo de consulta popular. Não foi observado nos documentos a realização de reuniões com o propósito de discutir as estratégias e ações previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, como forma de implementação. Essa constatação vem ao encontro do que foi apontado por Bandeira (2011) como sendo o principal desafio dos COREDEs atuar na formulação de estratégias de desenvolvimento para as regiões. Da mesma forma, observou-se que a atuação do COREDE Vale do Jaguari, de acordo com o material de referência, reforça a crítica de Veiga (2006), o qual considera que os COREDEs destinam muito tempo às Consultas Populares e Orçamento Participativo, abdicando o seu objetivo principal de trabalhar em torno da capacidade de inovação e na elaboração de estratégias para o fomento da competitividade e desenvolvimento do território (região).

Como visto na seção 4.1.2, que detalha o PED do COREDE Vale do Jaguari, foi estabelecido uma Carteira de Projetos para a região. Porém, apesar dos projetos contidos na Carteira de Projetos estarem todos vinculados a um valor orçamentário, que possivelmente vincula-se ao processo de consulta popular (mas isso seria uma análise para ser realizada em outro trabalho), deve haver a compreensão pelo conselho e seus representantes que Plano Estratégico de Desenvolvimento, elaborado a partir das demandas de toda a comunidade regional, é de suma importância e deve estar além da construção de um livro, mas ser um instrumento para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, na composição do COREDE é garantida a representatividade de todos os segmentos organizados da sociedade civil, dos poderes públicos da região e das instituições de ensino superior, conforme previsão no Decreto Estadual nº 35.764, de 28/12/1994. Além disso, o referencial deste estudo traz a compreensão de Bandeira (2011) a respeito do desafio dos COREDEs e do papel das instituições de ensino, indicando que a participação efetiva da comunidade e seu reflexo na representatividade dos COREDEs frente ao desenvolvimento

relacionam-se diretamente ao papel das Instituições de Ensino Superior no processo de construção dessa ideologia participativa.

Diante disso, fica evidenciada a necessidade da atuação efetiva e direta das instituições de ensino superior da região, em que o IFFAR se enquadra, no sentido de contribuir, através de projetos voltados para a formação de atores sociais nas comunidades e também com a formação dos membros COREDE, de modo que compreendam o papel social e representativo que os mesmos possuem e a importância da sua atuação efetiva em prol do desenvolvimento local e regional. Sendo assim, para poder cumprir com o objetivo desta pesquisa, no que diz respeito à análise das demandas sociais do COREDE Vale do Jaguari e a relação destas com os projetos de extensão executados pelo IFFAR - *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, já que as atas das reuniões e assembleias realizadas pelo COREDE Vale do Jaguari não ofereceram subsídios necessários para a construção da análise, foi utilizado somente o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari, como instrumento de demanda social para o estudo junto aos projetos de extensão, que será apresentado na próxima seção.

4.3.1 Relação entre os projetos de extensão e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari.

A análise dos projetos de extensão em relação ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari tem por objetivo identificar como as demandas contidas no documento de planejamento do COREDE estão sendo acolhidas pelo IFFAR. Diante disso, após o desdobramento do PED do COREDE Vale do Jaguari, detalhado no item 4.1.2 deste estudo, é possível identificar em quais diretrizes e projetos estratégicos os projetos e extensão do IFFAR dos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul podem estar inseridos.

Dessa forma, a leitura dos projetos de extensão, nessa etapa, esteve voltada para identificar, primeiro se o projeto fez referência ao PED do COREDE Vale do Jaguari em algum momento, e posteriormente, independente de ter buscado referência no planejamento do COREDE ou não, se os projetos de extensão realizados no período de análise estiveram relacionados a alguma diretriz ou projeto estratégico apontado pelo conselho em seu plano de desenvolvimento. Para essa análise, as diretrizes e projetos associados a cada dimensão do PED foram recompostas em um quadro, disponível no Apêndice B deste estudo, em que foi

atribuído um código a cada diretriz e projeto como mecanismo de análise recomendado pela metodologia. Isto é, as diretrizes da dimensão ambiental, por exemplo, foram precedidas do código D.A mais o número da diretriz, já os projetos receberam o código P.A, acrescido do número de cada projeto, conforme pode ser observado no Apêndice B.

Dando início a esta etapa do diagnóstico, constatou-se que dos 74 projetos analisados, apenas dois fizeram referência ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari, sendo um do *Campus* São Vicente do Sul e outro do *Campus* Jaguari. Um dos projetos faz referência ao PED na justificativa, utilizando os dados do documento para evidenciar o foco do problema socioeconômico da região, tido como o “esvaziamento da força de trabalho jovem”. Esse projeto teve como objetivo “desenvolver e capacitar em âmbito municipal e regional, servidores públicos municipais, empresários, empreendedores individuais e representantes de classe, entorno de captação e gerenciamento de projetos públicos e privados, geração de emprego e renda e processos de gestão pública”. O outro projeto que fez menção ao PED também utilizou o documento como referência em sua justificativa, citando que o plano estratégico do COREDE “aponta que a região apresenta predomínio de empresas no âmbito familiar, agricultura familiar, baixo nível tecnológico na agroindústria, insuficiente formação aos agricultores/assistência técnica entre outros”, sendo estes fatores motivadores para a elaboração do projeto que teve como finalidade “desenvolver ações voltadas à Segurança Alimentar Nutricional junto à comunidade escolar, com enfoque na produção de hortaliças e na disseminação dos conhecimentos e técnicas agroecológicas”.

A utilização do PED como referência para a elaboração de uma proposta de projeto de extensão demonstra o real interesse em colaborar com a região, no sentido de identificar suas demandas e adequá-las com a capacidade intelectual disponível na instituição para o seu desenvolvimento. Entretanto, dos 72 projetos realizados e que não fizeram referência ao plano estratégico de desenvolvimento da região, 21 não obtiveram relação com as diretrizes e projetos estratégicos. Isto implica em afirmar que esses projetos não atenderam a uma demanda coletiva voltada para o desenvolvimento da região.

Dentre os projetos que tiveram algum tipo de relação identificada com as diretrizes e os projetos estratégicos da Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari, a maior parte se concentrou na dimensão econômica, com o total de 26

projetos relacionados, dos quais 19 estavam associados a quarta diretriz econômica (D.E.4), que consiste em “ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra”. Nas diretrizes da dimensão social do PED foi possível enquadrar 20 projetos de extensão dentre o total analisado no período. Destes, oito foram associados à diretriz social (D.S.8), responsável por “proporcionar projetos e ações que visem a redução da pobreza, inclusão e assistência social” e sete na diretriz social (D.S.9), que consiste em “promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer”.

Na dimensão ambiental foram identificados seis projetos de extensão relacionados às diretrizes dessa área. Os projetos foram classificados igualmente em três diretrizes ambientais, sendo elas: D.A.1 - promover a preservação dos recursos e das belezas naturais; D.A.2 - Viabilizar o manejo adequado de agrotóxicos na produção; e D.A.4 - Reduzir a carga de resíduos jogados no meio ambiente, estimulando correto manejo, uso e reuso dos mesmos. Por último, na dimensão institucional do PED foi possível relacionar cinco projetos de extensão realizados no período de análise, dentre os quais, quatro estiveram associados à diretriz institucional (D.I.3), que visa “alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais”.

Por fim, a última análise realizada entre os projetos de extensão executados pelos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, no período de 2014 a 2017, e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari, diz respeito aos projetos estratégicos catalogados na Carteira de Projetos deste conselho, com o intuito de verificar se algum dos projetos realizados pelos *campi* colaborou, mesmo que indiretamente, com os produtos previstos para cada projeto da Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari. Entretanto, como diagnosticado anteriormente, quase a totalidade dos projetos de extensão executados pelo IFFAR, *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul, não buscaram referências no PED do COREDE Vale do Jaguari para a elaboração da proposta.

Dessa forma, a única possibilidade de contribuição desses projetos com a Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari é indiretamente e com pouca probabilidade de gerar algum resultado mensurável para a região, visto que possivelmente o conselho não foi sabedor da existência e execução dessas ações.

Mesmo assim, como parte da análise deste estudo, constatou-se que nove projetos de extensão tiveram relação com a Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari, sendo cinco associados ao projeto P.E.2 - Qualificação técnica e gerencial para unidades de produção familiar, e quatro no projeto P.A.5 - Educação e sensibilização sanitária e ambiental. Como consideração, faz-se necessário um maior diálogo entre representação do IFFAR junto ao COREDE Vale do Jaguari, pois ambas as instituições estão apontando para uma mesma direção, no sentido de se fazer necessário pensar em ações de desenvolvimento local e regional, mas não estão somando os esforços para que realmente o propósito de desenvolvimento regional conforme bem conceituado pelos autores de referência deste estudo propõe.

4.4 PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES

A análise dos resultados apresentada neste estudo apontou que existem lacunas em relação ao nível de interação entre o IFFAR e o COREDE Vale do Jaguari. Constatou-se a necessidade de aperfeiçoamento dos projetos de extensão executados pelos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, no sentido de identificar a origem da demanda e relacioná-la às estratégias institucionais indicadas no PDI do IFFAR e no PED do COREDE Vale do Jaguari. Do mesmo modo, identificou-se que existe uma carência de compreensão dos atores sociais, sendo estes membros do COREDE Vale do Jaguari, em relação ao seu papel social e a importância da atuação efetiva dos representantes das instituições de ensino no COREDE para o alinhamento das estratégias institucionais e a promoção do desenvolvimento regional.

Como propósito de uma pós-graduação *stricto-sensu* em caráter profissional, o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas determina que o resultado final de um trabalho de conclusão gere um produto, que possa ser aplicado no local pesquisado. Diante disso, serão apresentadas propostas de intervenção, que poderão ser implementadas junto ao IFFAR e ao COREDE Vale do Jaguari, a fim de aproximar as duas instituições e colaborar com o processo de formulação de estratégias e ações que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento da região do COREDE Vale do Jaguari. Essas proposições estão relacionadas a três aspectos que podem aprimorados pelas instituições, a partir dos objetivos específicos desta pesquisa. São eles: (i) interação institucional e identificação das demandas sociais; (ii) aprimoramento dos projetos de extensão; e (iii) consciência do papel de representação social.

(i) Interação institucional e identificação das demandas sociais:

A partir da análise de convergência entre os documentos institucionais do IFFAR e do COREDE Vale do Jaguari, realizada na seção 4.1 deste estudo, identificou-se que os documentos se assemelham em relação ao propósito de desenvolvimento nas diferentes dimensões de análise. Entretanto, pouco se notou a

interação dessas instituições na construção de suas ações, como foi visto em relação à inserção do IFFAR na carteira de projetos do COREDE Vale do Jaguarí.

Diante dessas evidências, sugere-se ao IFFAR a aproximação dos gestores da área de extensão, dos *campi* Jaguarí e São Vicente do Sul, junto ao COREDE Vale do Jaguarí, sendo esta aproximação compreendida pela gestão como um fator importante para o processo de concretização das estratégias institucionais voltadas ao desenvolvimento regional. Aos gestores de extensão recomenda-se a adoção da estratégia de alinhamento entre os documentos institucionais demonstrada neste estudo, para estabelecer o diálogo junto ao COREDE Vale do Jaguarí, de modo que seja possível identificar os projetos da região em que o IFFAR pode estar inserido, a partir da relação da Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguarí e o PDI atual, recentemente aprovado (2019-2026).

Em se tratando das demandas sociais, foi possível compreender que a Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguarí, presente em seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, é uma fonte de demandas sociais em caráter regional, pois nela estão contidos os projetos em que a região do Vale do Jaguarí prioriza a execução, no período de 2015 a 2030, para promover o seu desenvolvimento. Entretanto, a Carteira de Projetos não pode ser considerada o único mecanismo para identificar as demandas sociais, pois como representa um trabalho de nível regional possivelmente questões de caráter específico de uma localidade não estão contempladas. Nesse sentido, indica-se a necessidade de aperfeiçoar mecanismos existentes para o levantamento de demandas, como as reuniões do COREDE, de forma que seja possível criar outras estratégias para estabelecer as necessidades em nível local.

Assim, sugere-se ao COREDE Vale do Jaguarí aprimorar as reuniões e assembleias do Conselho, de modo a detalhar fielmente nas atas de reuniões o que se é discutido. Do mesmo modo, numa ação em conjunto com o IFFAR é possível oportunizar espaços de formação aos representantes do COREDE, por meio dos próprios projetos de extensão, e potencializar a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento - COMUDES em cada município da região, a fim de fortalecer a atuação deste conselho junto a seus municípios e a atuação de seus representantes junto ao COREDE Vale do Jaguarí. A partir desse trabalho de formação e reflexão junto aos representantes, ainda como sugestão, torna-se relevante trabalhar em um Plano Local, por meio do qual o COREDE Vale do Jaguarí, através de seus

representantes e atores locais dos municípios, podem estabelecer as principais demandas de desenvolvimento local e regional e o IFFAR, por meio dos *Campi Jaguari* e *São Vicente do Sul*, apresentar as possibilidades de atendimento dessas demandas, tornando-as prioritárias para o desenvolvimento dos projetos de extensão.

(ii) Aprimoramento dos Projetos de Extensão:

No que se refere aos projetos de extensão executados pelo IFFAR, nos *Campi Jaguari* e *São Vicente do Sul*, a partir da análise realizada constatou-se que os projetos de extensão, apesar de terem atendido áreas importantes para o desenvolvimento regional e terem oportunizado a difusão de conhecimentos, poucos atenderam aos aspectos teóricos sobre desenvolvimento regional e fazem referência aos documentos institucionais que apontam as estratégias de atuação. Da mesma forma, identificou-se a necessidade de aprimoramento da elaboração dos projetos, em relação à definição do público-alvo e origem da demanda, assim como na sua justificativa e fundamentação, de forma a contemplar as estratégias institucionais e demandas sociais.

Por isso, indica-se ao IFFAR o aperfeiçoamento dos mecanismos de cadastro e avaliação dos projetos, de forma que contemplem critérios de cadastro e avaliação que tornem obrigatória a indicação do nível de interação da proposta com as estratégias institucionais determinadas no PDI do IFFAR. Da mesma forma, recomenda-se o estabelecimento da exigência de demonstrar a interação da proposta de projeto de extensão com as demandas sociais identificadas no PED do COREDE Vale do Jaguari ou apontadas pela comunidade, podendo estar presente a partir de uma carta de aceite do público-alvo que receberá o projeto de extensão.

É importante destacar que a proposta de curricularização da extensão tornou-se uma realidade a partir da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, em que se estabeleceram as diretrizes para a extensão na educação superior, vinculando o mínimo de 10% da carga horária dos cursos superiores para o desenvolvimento de atividades de extensão. Com essa realidade o IFFAR iniciou neste ano de 2019 um processo de discussão juntos aos colegiados da área de extensão para iniciar a aplicação da nova norma, a partir de projetos de referência. Não é objeto deste estudo avaliar se a curricularização da extensão será

benéfica ou não para as instituições e para o desenvolvimento regional. Contudo, pode-se indicar que a partir desta reformulação surge um cenário de mudanças, e que através deste cenário torna-se possível aprimorar e expandir a atuação do IFFAR por meio da extensão, evidenciando o papel socioeconômico, cultural e de transformação das Instituições Públicas de Ensino Superior.

(iii) Consciência do papel de representação social:

No que diz respeito à consciência do papel de representação social, a importância da articulação de atores sociais para a promoção do desenvolvimento regional e o devido controle social daquilo que representa demandas coletivas, o referencial teórico deste estudo nos indicou que a formação de lideranças e a conscientização destas sobre seu papel em detrimento à formulação da visão estratégica de uma região podem ser consideradas a principal estratégia das Instituições de Ensino Superior para colaborar com o desenvolvimento regional. A partir da visão de Bandeira (2011), compreendeu-se que o processo participativo estimula o aprendizado coletivo, fortalece a comunidade e contribui para o acúmulo de capital social. Nesse sentido, “a participação e o engajamento cívico são elementos essenciais para o bom funcionamento de uma sociedade democrática” (BANDEIRA, 2011, p. 235).

Diante dessas considerações, recomenda-se que o IFFAR, com base no atual objetivo estratégico de “fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional” (PDI 2019-2026) possa, em conjunto nos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, desenvolver um projeto de extensão voltado para a estruturação da governança regional. A realização deste projeto estará vinculada à Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari, na dimensão institucional, que vincula um projeto para a formação da governança e prevê como ações a aproximação das lideranças locais e a capacitação para os temas de desenvolvimento regional, formação de lideranças e elaboração de projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se discutir a respeito do papel da Política de Extensão do Instituto Federal Farroupilha para o desenvolvimento regional, a partir das demandas sociais advindas da comunidade, por meio dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Delimitou-se a região do COREDE Vale do Jaguari como universo de estudo e fonte de dados, na qual o IFFAR está presente com os *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul. Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se por realizar uma análise documental, a partir dos documentos institucionais do IFFAR e do COREDE Vale do Jaguari, a fim de identificar quais aspectos relacionados ao desenvolvimento regional estão presentes nas estratégias dessas instituições.

Dessa forma, o primeiro objetivo específico buscou reconhecer se o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar (2014-2018) esteve alinhado às demandas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari (2015-2030), no sentido de garantir ações de extensão voltadas para o desenvolvimento regional. Para tanto, realizou-se as fases metodológicas de compilação, decomposição e recomposição dos dados extraídos, em que foi possível identificar os elementos que compõem as categorias de cada documento, assim como as convergências e lacunas existentes, a partir do cruzamento entre o PDI do IFFAR e o PED do COREDE Vale do Jaguari.

Como resultado, evidenciou-se a importância dessas duas instituições para o desenvolvimento da região do Vale do Jaguari, pois representam espaços que oportunizam a participação cidadã na construção de estratégias para o desenvolvimento local, como é o caso do COREDE, assim como atuam com a formação de agentes participativos, através do compromisso institucional como ensino, pesquisa e extensão, estabelecidos na missão do IFFAR. Diante de tais aspectos, observou-se que o IFFAR pode estar presente em diversas frentes de atuação do COREDE Vale do Jaguari, proporcionando, por meio dos eixos tecnológicos atuantes, a qualificação dos projetos propostos no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Região do COREDE Vale do Jaguari. Entretanto, o desafio ainda consiste em uma maior aproximação dos gestores da área de extensão, dos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, junto ao COREDE Vale do Jaguari, ação importante para o processo de concretização das estratégias institucionais voltadas ao desenvolvimento regional.

O segundo objetivo específico trouxe a análise dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFFAR, nos *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul, compreendendo a forma como esses projetos foram constituídos e se os mesmos estiveram alinhados aos objetivos da Política de Extensão do IFFAR e atenderam aos aspectos de desenvolvimento regional. A partir da aplicação metodológica para análise, constatou-se que os projetos de extensão, em sua grande maioria, foram voltados para a área social, de tecnologia e produção e de meio ambiente, e estiveram relacionados principalmente as linhas temáticas de desenvolvimento rural, divulgação científica e tecnológica, meio ambiente e desenvolvimento regional. Apesar de oportunizar a difusão de conhecimentos, os projetos de extensão atenderam a poucos aspectos teóricos sobre desenvolvimento regional, elencados a partir do quadro conceitual sobre a temática.

Com isso, identificou-se a necessidade de aprimoramento da elaboração dos projetos de extensão do IFFAR, no sentido de obter uma melhor definição do público-alvo e origem da demanda do projeto, assim como na sua justificativa e fundamentação, a fim de estabelecer consonância com as estratégias institucionais e demandas sociais emergidas dos órgãos de representação comunitária. Dessa forma, sugeriu-se ao IFFAR melhorar os mecanismos de cadastro e avaliação dos projetos, no intuito de contemplar critérios de avaliação para que os proponentes de projetos possam demonstrar o nível de interação da proposta com as estratégias institucionais, determinadas no PDI, assim como com as demandas sociais identificadas no PED ou apontadas pela comunidade.

O terceiro objetivo específico buscou identificar se as demandas sociais existentes nas atas do COREDE Vale do Jaguari se transformaram em atividades de extensão desenvolvidas pelo IFFAR, nos *Campi* Jaguari e São Vicente do Sul. Entretanto, devido ao formato de elaboração das atas e a carência de informações contidas nesses documentos, o principal desafio deste estudo consistiu na identificação das demandas sociais, já que as atas não trouxeram os subsídios necessários para análise. Diante desta dificuldade, a análise das demandas tomou por base somente o Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari, evidenciando a necessidade de compreensão pelo conselho e seus representantes de que o Plano Estratégico de Desenvolvimento é de suma importância e deve estar além da construção de um “livro”, mas ser um instrumento efetivo de trabalho em prol do desenvolvimento regional.

Dessa forma, evidenciou-se a importância da qualificação dos atores de representação social junto ao COREDE Vale do Jaguari, sendo imprescindível aprimorar as reuniões e assembleias do Conselho, de modo a detalhar fielmente nas atas de reuniões o que se é discutido. Do mesmo modo, sugeriu-se que, por meio de uma ação em conjunto do IFFAR e COREDE Vale do Jaguari seja oportunizado espaços de formação aos representantes do COREDE, assim como se potencialize a atuação dos COMUDES em cada município da região, com o objetivo de fortalecer o desempenho deste conselho junto a seus municípios e de seus membros junto ao COREDE Vale do Jaguari. A partir disso, é possível estabelecer um Plano Local para determinar as principais demandas de desenvolvimento local e regional da comunidade, tornando-as prioritárias para o desenvolvimento dos projetos de extensão do IFFAR *Campi Jaguari* e São Vicente do Sul.

O quarto objetivo específico trouxe propostas de intervenção para as instituições que compuseram este estudo, a partir dos resultados obtidos com a análise qualitativa, por meio da técnica de compilação, decomposição, recomposição e interpretação dos dados extraídos dos documentos. Com os dados analisados, foram indicadas ações que incluem o aprimoramento dos mecanismos de cadastro e seleção dos projetos de extensão, a aproximação dos gestores da área de extensão, dos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, junto ao COREDE Vale do Jaguari, o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes para o levantamento de demandas, como as reuniões do COREDE, assim como a criação de outras estratégias para definir as necessidades em nível local.

Além disso, foram recomendadas ações voltadas para a formação dos representantes do COREDE Vale do Jaguari e Conselhos Municipais de Desenvolvimento, no sentido de aproximar essas instituições do IFFAR, assim como fortalecer o processo participativo e estimular o aprendizado coletivo. Da mesma forma, sugeriu-se ao IFFAR, com base no atual objetivo estratégico de “fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional” (PDI 2019-2026), desenvolver em conjunto nos *campi* Jaguari e São Vicente do Sul, um projeto de extensão voltado para a estruturação da governança regional, demanda que está vinculada à Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari, na dimensão institucional.

Como limitações deste estudo, identificou-se a carência de informações para a identificação das demandas sociais existentes no COREDE Vale do Jaguari, assim como a inexistência de mecanismos voltados para o acompanhamento das

estratégias institucionais, tanto por meio do PDI do IFFAR quanto pelo PED do COREDE Vale do Jaguarí. Diante disso, aconselha-se que novas pesquisas possam ser realizadas, com o intuito de propor ferramentas para o acompanhamento e gestão dos planos de desenvolvimento, a fim de demonstrar a eficiência e eficácia das instituições em relação aos seus propósitos.

Em relação à continuidade deste trabalho, outras pesquisas podem ser realizadas com o propósito de analisar o impacto que a curricularização da extensão, proposta pela Resolução nº 07/2018, do Ministério da Educação, trará para a Política de Extensão das Instituições de Ensino Superior. Esta análise poderá ser comparada com os resultados deste estudo, a fim de indicar os possíveis ganhos ou perdas com essa reestruturação.

Por fim, considerando o atual contexto político, em que as Instituições Públicas de Ensino Superior estão sendo questionadas acerca de sua eficiência produtiva em relação à pesquisa, assim como novos cenários estão sendo propostos através da curricularização da extensão, pesquisas que demonstrem a importância destas instituições para o desenvolvimento regional tornam-se ainda mais relevantes. Diante desse contexto, considerando ainda que nos últimos tempos as propostas de restrições orçamentárias para as universidades e institutos federais têm se tornado realidade, põe-se em risco o funcionamento como um todo dessas instituições, principalmente na garantia do cumprimento das estratégias institucionais voltadas para a extensão. Para tanto, é dever de uma instituição federal pública e de qualidade, responsável pela transformação socioeconômica de uma região, demonstrada por diferentes estudos, incluindo este, posicionar-se a favor de sua comunidade, na busca pela garantia da manutenção dos investimentos em educação, os quais contribuem significativamente para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AITH, F. **Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do estado democrático de direito e de promoção e proteção dos direitos humanos.** In: BUCCI, M. P. D. (Org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

ALLEBRANDT, S. L. et al. **Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010.** In: Cad. EBAPE.BR. V. 9, n 3, artigo 11, p. 914-945, Set/2011, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-39512011000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 17 maio 2019.

BANDEIRA, P. S. **Participação, Articulação e Desenvolvimento Regional.** Texto de discussão nº 630. Ipea, 1999.

_____. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. **Desenvolver buscando a redução das desigualdades.** In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BOISIER, S. DESARROLLO (LOCAL): ¿DE QUÉ ESTAMOS HABLANDO? In: Madoery, O., Vázquez-Barquero, A. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local.** Homo Sapiens, Rosario, Argentina: 2001

_____. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? In: Revista de La CEPAL 86. Agosto, 2005. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/11068-hay-espacio-desarrollo-local-la-globalizacion>> Acesso em 25 jan. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção v. 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 20 mar. 2018.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. **Desafios do controle social na atualidade.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 109, p. 126-150. 2012.

CHAVES, M. P. S. R., RODRIGUES, D. C. B. **Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo.** INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 8, nº 13, p. 99-106, set/2006. Disponível em <<http://www.interacoes.ucdb.br/issue/view/43/showToc>> Acesso em 14 ago. 2018.

CHIARELLO, I. S. **A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE.** Revista Extensão em Foco. v. 3, n.1, p. 240-257, 2015. Disponível em <<https://periodicos.uniarp.edu.br/extensao/article/view/795>> Acesso em 23 mar. 2018.

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

_____. Concepções teóricas que sustentam o debate sobre descentralização político-administrativa. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento:** descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. p. 40-52. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. **Teorias do Desenvolvimento:** aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e os desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017.

DIAS, A. A. S., DIAS, M. A. O. **Educação ambiental:** a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural. Revista de Direitos Difusos (online). v. 68, julho-dezembro, 2017. p 161-178. Disponível em: <<http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/issue/view/1>> Acesso em 15 nov. 2018.

FLECK, C., F. **A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR), v. 7, n. 3, p. 270-298, Taubaté/SP, set-dez/2011. Disponível em <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/29>> Acesso em 25 mai 2017.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GONÇALVES, A. **Políticas públicas e a ciência política.** In: BUCCI. Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

HERNÁNDEZ-ARTEAGA, R. I., MORA-GARCÍA, J. P. y LUNA, J. A. **Universidad y empresa:** un binomio de responsabilidad social en el siglo XXI. Revista TENDENCIAS. v. 28, n. 1, p. 145-158, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-86932017000100009&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso em 25 jan. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IFFARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2014-2018). Disponível em: <[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201481613481811plano de de senvolvimento institucional_2014-2018.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201481613481811plano_de_de_senvolvimento_institucional_2014-2018.pdf)> Acesso em 20 mar. 2018.

IFFARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2019-2026). Disponível em: <https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf> Acesso em 10 jun. 2019.

JOHNSON, B., LUNDVALL, B.-A. **Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada.** In: LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E., ARROIO, A. (org.). Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.

MAIA, C. M. **Um ensaio sobre a noção do conceito de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional.** In: GEHLEN, I.; RIELLA, A. (org.). Território e Sociedade: perspectivas teórico-metodológicas e evidências empíricas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías:** una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de gestão estratégica na administração pública.** São Paulo: Atlas, 2012.

MELO NETO, F. P. de, FRÓES, C. **Empreendedorismo Social:** a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Histórico. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>> Acesso em 18 nov. 2017.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista FAE. v. 5, n. 2, p. 37-48, Curitiba: maio/ago. 2002. Disponível em <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/issue/view/35>> Acesso em 15 jan. 2018.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** In: PACHECO, E. (Org.) Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Moderna, 2011.

PIANA, M. C. As políticas públicas educacionais: dos princípios de organização à proposta de democratização. In: PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 10.283, de 17 de outubro de 1994**. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666> Acesso em 09 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari (2015-2030)**. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/planejamento-estrategico-dos>> Acesso em 27 mar. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Jaguari**. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/...>> Acesso em 24 jun. 2019.

SCHMIDT, J.-P. **Condicionantes e diretrizes de políticas públicas: um enfoque comunitarista da transformação social**. Revista Brasileira de Políticas Públicas (Online), Brasília, v.6, nº3, 2016 p. 51-72. Disponível em <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/issue/view/229>> Acesso em 31 jul. 2017

SCHWARTZMAN, S. **A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social**. Estudos Avançados. v. 20, n. 56. São Paulo, Jan./Abr. 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, S. P. Considerações Analíticas e Operacionais sobre a Abordagem Territorial em Políticas Públicas. In: IPEA. **Brasil em Desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2013, p. 89-116. v. 1. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20729> Acesso em 28 out. 2017.

SOUZA, C. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

TENÓRIO, F. G. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais**

de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. p. 73-93. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis**. Universitas Forum, Vol. 1, Nº. 2, May, 2009.

VEIGA, J. E. **Vicissitudes da governança cidadã**: os Conselhos Regionais Gaúchos (COREDE). In: RdE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano III, n. 13, jan. 2006. p.19-27. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/72/75>> Acesso em 11 mar. 2018.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZIMMERMANN, V. J.; DALLABRIDA, V. R. Estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: a possibilidade dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento no Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. p. 94-114. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

(continua)

CONCEITO	AUTOR E DATA PUBLICAÇÃO	ENTENDIMENTO DA PESQUISADORA	CATEGORIAS TEÓRICAS
Para Schumpeter (1988) o desenvolvimento está intimamente ligado ao conhecimento tecnológico, à existência de instituições eficientes e ao estado capitalista, ou empreendedor do empresário.	Schumpeter 1988 apud Dallabrida 2017	Entende que o desenvolvimento relaciona-se a aspectos tecnológicos, a instituições eficientes e a empresários empreendedores.	- empreendedorismo - desenvolvimento tecnológico
“desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”	(FURTADO, 1961, p.115-116)	Visão econômica de que o desenvolvimento envolve questões de aumento de renda e serviços à disposição da comunidade	Crescimento econômico (aumento de renda, relação trabalho-renda)
Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.	SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993 (apud Oliveira 2002)	O autor percebe duas correntes do pensamento sobre desenvolvimento: a primeira considera crescimento e desenvolvimento como sinônimos e a segunda considera que o crescimento é condição essencial para o desenvolvimento, mas não suficiente, ou seja, há outros elementos que corroboram para que o desenvolvimento ocorra.	- crescimento econômico.
O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras [...] o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida.	(OLIVEIRA, 2002, p. 40)	Compreende o desenvolvimento a partir de mudanças no contexto econômico, político, humano e social, considerando que a partir do crescimento voltado para satisfazer necessidades de saúde, educação, habitação, entre outras.	Desenvolvimento passa pelas seguintes categorias: econômica, política, humana e social.

(conclusão)

CONCEITO	AUTOR E DATA PUBLICAÇÃO	ENTENDIMENTO DA PESQUISADORA	CATEGORIAS TEÓRICAS
<p>“Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.</p>	<p>(OLIVEIRA e LIMA, 2003 p. 31)</p>	<p>Ao pensar em desenvolvimento regional deve-se considerar a participação da sociedade no processo de planejamento e na distribuição econômica.</p>	<p>- desenvolvimento regional na participação da sociedade no planejamento e distribuição econômica.</p>
<p>Faz referência ao desenvolvimento utilizando o conceito de desenvolvimento territorial, compreendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.</p>	<p>DALLABRIDA, 2017, p. 163.</p>	<p>Desenvolvimento territorial, compreendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.</p>	<p>- qualidade de vida; - organização da sociedade no contexto territorial.</p>
<p>O desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural localizado (em uma área territorial chamada "região") que está associada a um processo permanente de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade que habita nele e de cada membro individual dessa comunidade e habitante desse território. Essa definição combina três dimensões: espacial; social; e individual. O "progresso" da região deve ser entendido como a transformação sistemática do território regional em um sujeito coletivo; o "progresso" da comunidade deve ser entendido como o processo de fortalecimento da sociedade civil e a percepção de pertencimento regional e o "progresso" de cada indivíduo deve ser interpretado como a remoção de todos os tipos de barreiras que impedem uma pessoa específica, membro da comunidade em questão e habitante da região, realize sua plena realização como pessoa.</p>	<p>BOISIER, S. DESARROLLO (LOCAL): ¿ DE QUÉ ESTAMOS HABLANDO ? In: Madoery, O., Vázquez-Barquero, A. Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. Homo Sapiens, Rosario, Argentina: 2001</p>	<p>Há três dimensões que constituem-se o desenvolvimento regional: espacial, social e individual. A espacial representa o progresso territorial, a dimensão social caracteriza-se pelo fortalecimento da sociedade civil e a individual é a oportunidade de cada indivíduo de desenvolver-se na região que está inserido (oportunidades).</p>	<p>- econômica; - política; - humana e social.</p>

APÊNDICE B – ESQUEMA DE MAPEAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO COREDE VALE DO JAGUARI

(continua)

D	ESTRATÉGIA	DIRETRIZES	PROJETOS
AMBLÉN	E.A.1 - Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais	D.A.1 - Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais; D.A.2 - Viabilizar o manejo adequado de agrotóxicos na produção; D.A.3 - Ampliar os mecanismos de armazenamento de água para abastecimento urbano e rural nos períodos de estiagem; D.A.4 - Reduzir a carga de resíduos jogados no meio ambiente, estimulando correto manejo, uso e reuso dos mesmos; D.A.5 - Incentivar a geração de energias limpas de biomassa, solar e eólica.	P.A.1 - Preservação dos recursos naturais; P.A.2 - Água como fonte de desenvolvimento; P.A.3 - Produção e utilização de energias renováveis de fontes limpas; P.A.4 - Uso e manejo de agrotóxicos; P.A.5 - Educação e sensibilização sanitária e ambiental
SOCIAL	E.S.1 - Promover melhores condições sociais e de renda à população	D.S.1 - Reduzir os índices criminais, especialmente de roubos, furtos, tráfico e posse de entorpecentes; D.S.2 - Ampliar e qualificar a segurança pública, suprimindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos; D.S.3 - Estabelecer ações para atender as demandas de saúde visando a complementariedade de especialidades entre os municípios da região; D.S.4 - Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas; D.S.5 - Ampliar o atendimento em especialidades da saúde; D.S.6 - Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, melhorando os índices de repetência, evasão, escolaridade e analfabetismo; D.S.7 - Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem; D.S.8 - Proporcionar projetos e ações que visem a redução da pobreza, inclusão e assistência social; D.S.9 - Promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer.	P.S.1 - Reaparelhamento dos órgãos de segurança pública; P.S.2 - Tempo integral na Educação Básica; P.S.3 - Atendimento em especialidades médicas; P.S.4 - Pedagogia de alternância; P.S.5 - Rede de atenção à saúde nos municípios; P.S.6 - Empreendedorismo, cooperativismo e associativismo nas escolas;

(continuação)

D	ESTRATÉGIA	DIRETRIZES	PROJETOS
INFRAESTRUTURA E GP	E.IGP.1 - Qualificar e ampliar a infraestrutura regional	D.IGP.1 - Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet; D.IGP.2 - Qualificar a distribuição da energia elétrica, especialmente no meio rural; D.IGP.3 - Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação do lixo; D.IGP.4 - Ampliar a utilização interligada dos modais rodoferroviários e desenvolver o modal aéreo; D.IGP.5 - Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.	P.IGP.1 - Saneamento básico regional; P.IGP.2 - Acesso à internet e telefonia móvel; P.IGP.3 - Recuperação e melhoria de estradas vicinais; P.IGP.4 - Distribuição da energia elétrica; P.IGP.5 - Aeroporto Regional;
ECOMÔNICA INDUSTRIAL	E.E.1 - Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.	D.E.1 - Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo; D.E.2 - Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais; D.E.3 - Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais; D.E.4 - Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra;	P.E.1 - Agroindustrialização da produção regional; P.E.2 - Qualificação técnica e gerencial para unidades de produção familiar; P.E.3 - Desenvolvimento da ovinocultura no Vale do Jaguari; P.E.4 - Sistema de atenção à sanidade agropecuária; P.E.5 - Produção de frutas e olerícolas em ambiente protegido e irrigado; P.E.6 - Interação Universidade-Empresa para desenvolvimento tecnológico; P.E.7 - Arranjo produtivo local de Turismo do Vale do Jaguari P.E.8 - Distritos industriais e de serviços; P.E.9 - Registro e licenciamento de negócios.

(conclusão)

D	ESTRATÉGIA	DIRETRIZES	PROJETOS
E C O N Ô M I C A		D.E.5 - Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região; D.E.6 - Promover a geração de emprego e o aumento da renda; D.E.7 - Estimular a sucessão familiar e a migração em torno aos pequenos municípios.	
I N S T I T U C I O N A L	E.I.1 - Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional.	D.I.1 - Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais; D.I.2 - Ampliar a representatividade política, classista e sindical em instâncias regionais e estaduais; D.I.3 - Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais; D.I.4 - Estabelecer mecanismos e estruturas adequadas para a gestão e execução do planejamento estratégico regional; D.I.5 - Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguarí.	P.I.1 - Estruturar a governança regional; P.I.2 - Uniformizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguarí

Legenda:

E.A. - Estratégia Ambiental; D.A. - Diretriz Ambiental; P.A. - Projeto Ambiental

E.S. - Estratégia Social; D.S. - Diretriz Social; P.S. - Projeto Social

E.IGP. - Estratégia Infraestrutura e Gestão Pública; D.IGP. - Diretriz Infraestrutura e Gestão Pública; P.IGP. - Projeto Infraestrutura e Gestão Pública

E.E. - Estratégia Econômica; D.E. - Diretriz Econômica; P.E. - Projeto Econômica

E.I. - Estratégia Institucional; D.I. - Diretriz Institucional; P.I. - Projeto Institucional

Coluna D = Dimensões do Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguarí.

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA – COREDE VALE DO JAGUARI

(continua)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Heitor Soares Leal Neto, presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari - COREDE Vale do Jaguari, AUTORIZO Mariane Rodrigues Volz de Aguiar, aluna do Curso de Mestrado em Gestão de Organizações Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria, matrícula nº 201760246, a realizar o estudo AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA COMO DISPOSITIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, objeto do Projeto de Pesquisa de Mestrado, sob orientação do professor Dr. Jairo da Luz de Oliveira, Professor da UFSM, que tem por objetivo primário *"Analisar como as atividades extensionistas do Instituto Federal Farroupilha, através de legislação vigente, têm contribuído para o desenvolvimento local, a partir das demandas apresentadas pelo COREDE Vale do Jaguari"*.

DECLARO que fui informado, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento, sendo:

- Coleta de dados documentais, a partir das atas de reuniões do COREDE Vale do Jaguari;
 - Análise de documentos e legislação regulamentar do COREDE Vale do Jaguari;
 - Atividades de observação em reuniões ordinárias e extraordinárias do COREDE Vale do Jaguari;
 - Atividades de observação junto à secretaria e diretoria do COREDE Vale do Jaguari;
 - Ações de intervenção e formação junto aos membros do COREDE Vale do Jaguari, fruto do resultado da presente pesquisa.
- A pesquisada acima qualificada se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados somente após o Cadastro e Aprovação do Projeto nos órgãos competentes;
- 2- Obedecer às disposições éticas norteadoras de pesquisa acadêmica;

(conclusão)



- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, estabelecidas pela Instituição de Ensino a qual a pesquisadora está vinculada.

Santiago, 10 de maio de 2018.


HEITOR SOARES LEAL NETO
Presidente do COREDE Vale do Jaguarí

ANEXO B – REGISTRO DA PESQUISA JUNTO AO IFFAR

(continua)

IF Ferruzópolis - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão | [Cadastro](#) | [Descontato](#) | [SAIR](#)

WAGNER RODRIGUES V. DE AGUIAR [Alterar Perfil](#)
COORDENADOR DE SERVIÇO DE PESQUISA IFFAR (11.01.10.02.00.03)

Pesquisa > Meus Projetos de Pesquisa

Visualizar Projeto de Pesquisa
 Alterar Projeto de Pesquisa
 Remover Projeto de Pesquisa
 Finalizar Projeto de Pesquisa
 Empenhar Projeto de Pesquisa
 Gerar PDF do Projeto de Pesquisa
 Criar Comunidade Virtual com participantes do projeto
 Executar Projeto

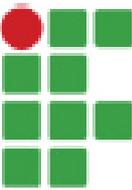
Projetos de Pesquisa em que Participo

Código	Título/Coordenador	Tipo	Situação
Projetos em fase de autorização			
Não há projetos abertos para alteração			
Projetos Encerrados			
2018			
PROJ18-0018	AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FERRUZÓPOLIS, COMO COMPLEMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL WAGNER RODRIGUES VOLT DE AGUIAR	INT	EM Execução

Pesquisa

SIGAA | Diretoria de Tecnologia de Informação - (33) 3118-9400 | Copyright © 2004-2018 - IF Ferruzópolis - [BREVESIGAA2](#) - v1.32.17

(conclusão)

 <p>Instituto Federal Farroupilha Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas Emitido em 21/08/2018 22:28</p> <p>INSTITUTO FEDERAL Farroupilha</p>
--

Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa		
Código:	PIQ23-2018	
Título do Projeto:	AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA COMO DISPOSITIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)	
Categoria do Projeto:	Pesquisas Científicas e Tecnológicas	
Situação do Projeto:	APROVADO	
Unidade:	DIRETORIA DE PLAN. E DESENV. INST. SVS (11.01.10.02.07)	
Centro:	COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO SVS (11.01.10.02.06.02)	
Palavra-Chave:	extensão; desenvolvimento local; controle social	
E-mail:	marlene.aguiar@ifarroupilha.edu.br	
Editais:	EDITAL Nº 049/2018 CADASTRO DE PROJETOS PARA OS PROGRAMAS DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, CNPQ E FAPERGS	
Cota:	Bolsas IC e IT (31/05/2018 e 31/07/2018)	
Área de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa		
Área de Conhecimento:	Organizações Públicas	
Grupo de Pesquisa:	Linha de Pesquisa:	Interfases de Organizações Públicas, Pessoas e Sociedade
Comitê de Ética		
Nº do Protocolo:	Não possui protocolo de pesquisa em Comitê de Ética.	
Resumo		
<p>Os Institutos Federais enquadram-se como uma política pública educacional comprometida com a transformação e difusão de conhecimentos, capazes de modificar a vida social e estabelecendo uma interação mais direta entre o setor público e a sociedade regional. Contudo, consolidam-se como referência em ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis, além de ser um espaço coletivo que oportuniza a troca de experiências e interações com a comunidade, tornando-as, portanto, desafios dessas instituições. Nesse sentido, a extensão apresenta-se como uma fundamental estratégia para os Institutos Federais, com o objetivo de integrar e articular a instituição, atores sociais e comunidade em busca do desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da região de atuação e abrangência. Dessa forma, compreendendo que o papel da extensão é atuar através de interação entre instituição e sociedade, por meio de ações transformadoras que reflitam no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, é que o presente estudo busca identificar como as ações de extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal Farroupilha (IFFar) vêm impactando para o desenvolvimento da região e a inter-relação dessas práticas com as demandas da sociedade. Nesse sentido, a proposta de estudo está orientada pelo objetivo geral de analisar como o Instituto Federal Farroupilha vem acolhendo ou não as demandas sociais regionais apresentadas pelo COREDE do Vale do Jaguarí, com vistas a atender a legislação vigente, buscando contribuir com o desenvolvimento regional. Para tanto, será realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando como método a pesquisa bibliográfica e documental, a qual será aplicada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar e ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguarí, no sentido de reconhecer se estes documentos estão alinhados ao propósito de desenvolvimento regional, do mesmo modo que serão analisadas as atas das reuniões do COREDE Vale do Jaguarí, a fim de identificar como as demandas sociais são expostas por este conselho, e de que forma são acolhidas pelo IFFar. Para esta análise, serão verificados os projetos de extensão do IFFar, nos Campi Jaguarí e São Vicente do Sul, dando visibilidade às aproximações ou não com as demandas do COREDE. Para fins de delimitação do estudo, a pesquisa será aplicada nos Campi do IFFar situados na região do COREDE Vale do Jaguarí, bem como utilizar-se do recorte temporal do PDI vigente do IFFar, ou seja, 2014 a 2018, e da análise dos projetos de extensão caracterizados como de longa duração, com ou sem financiamento institucional.</p> <p>O presente projeto integra a pesquisa para a Dissertação de Mestrado da pesquisadora, para o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do Professor Dr. Jairo de Luz Oliveira, registrada no SIS-UFPM, nº 04803, Processo nº 23081.0166002018-15.</p>		
Introdução/Justificativa		
(Incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da IF Farroupilha em geral)		